

PERIODICIDADE | TRIMESTRAL

 **OUT.NOV.DEZ**

ISSN 2595-2234

2018

BO LE TIM DE



IMESC

CONJUNTURA

ECONÔMICA MARANHENSE



IMESC

INSTITUTO MARANHENSE DE
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
E CARTOGRÁFICOS

O Boletim, fruto do trabalho de uma das linhas de pesquisa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da atual economia maranhense, bem como sobre as perspectivas de curto e médio prazos.

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino de Castro e Costa

SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRAFICOS

Felipe Macedo de Holanda

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Dionatan Silva Carvalho

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS

Lígia do Nascimento Teixeira

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Carolina Araújo Quintanilha

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRAFICOS

Josiel Ribeiro Ferreira

COORDENAÇÃO

Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior

João Carlos Souza Marques

ELABORAÇÃO

João Carlos Souza Marques

Marlana Portilho Rodrigues

Matheus Pereira Farias

Paulo Eduardo Robson Mendes

Rafael Thalysson Costa Silva

Renan Lessa da Costa

Talita de Sousa Nascimento

Victor Gomes Teixeira

Aline de Ávila Rocha

Anderson Nunes Silva

Carlos Eduardo Nascimento Campos

Dionatan Silva Carvalho

Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior

Geilson Bruno Pestana Moraes

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

Jainne Soares Coutinho

REVISÃO/DIAGRAMAÇÃO

Camila Carneiro

Gustavo Sampaio

NORMALIZAÇÃO

Dyana Pereira

CAPA/DIREÇÃO DE ARTE

Yvens Goulart

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v. 6, n. 4 (out./dez. 2018). – São Luís: IMESC, 2018.

Trimestral

85 p.

1. Economia – Maranhão I. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

CDU 33 (812.1)

APRESENTAÇÃO

Temos a honra de apresentar ao público a quarta edição do Boletim Trimestral de Conjuntura Econômica do Maranhão do ano de 2018, referente ao terceiro trimestre do ano. O Boletim, fruto do trabalho de uma das linhas de pesquisa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da atual economia maranhense, bem como sobre as perspectivas de curto e médio prazos. A análise estrutura-se em três dimensões, tomando como base o panorama das Economias Internacional, Nacional e, sobretudo, Maranhense. O trabalho inicia com o aprofundamento do Cenário da Economia Internacional, a partir da dinâmica das principais Economias Avançadas e Emergentes. Na segunda parte, trata-se a Conjuntura Econômica Nacional, através de indicadores de Nível de Atividades (PIB, Produção Industrial, Comércio, Endividamento, Crédito, Serviços e Inflação); Comércio Exterior (Balanço de Pagamentos, *Commodities* e Balança Comercial); Mercado de Trabalho (Formal e Informal) e Finanças Públicas. Na parte final, são apresentados os indicadores disponíveis acerca da Economia Maranhense: O Nível de Atividade Econômica do Estado é analisado por meio de indicadores da Produção Agrícola, Financiamento Imobiliário, Comércio, Endividamento e Inadimplência, Serviços, Investimentos e Produto Interno Bruto Maranhense. Além dessas informações, o Boletim contém análises relacionadas aos indicadores do Comércio Exterior; Mercado de Trabalho Estadual (Formal e Informal) e Municipal e, por fim, das Finanças Públicas Estaduais (Receitas e Despesas). Com uma ampla base de informações, o Boletim de Conjuntura Econômica do Maranhão destina-se aos gestores e técnicos governamentais das mais diversas áreas, aos empresários, trabalhadores e potenciais investidores, aos acadêmicos e pesquisadores, assim como ao público interessado em geral.

SIGLAS

ABAC	Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios
ABECIP	Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança
ADP	Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BACEN	Banco Central Do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNM	Confederação Nacional de Municípios
COPOM	Comitê de Política Monetária
DBGG	Dívida Bruta do Governo Geral
DCL	Despesa Corrente Líquida
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
DPF	Dívida Pública Federal
DTP	Despesa Total com Pessoal
EMAP	Empresa Maranhense de Administração Portuária
Fecomércio/MA	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIEMA	Federação das Indústrias do Maranhão
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPE	Fundo de Participação do Estado
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEC	Índice de Confiança do Empresário do Comércio Ludovicense
ICF	Índice de Confiança das Famílias
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e Serviços
IEMA	Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto de Renda
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NUCI	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PIB	Produto Interno Bruto

PIS	Programa de Integração Social
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRT/PERT	Programa de Regularização Tributária
RCL	Receita Corrente Líquida
RERCT	Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária
RFB	Receita Federal do Brasil
SAF	Secretaria Estado de Agricultura Familiar
SAGRIMA	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SECTI	Secretaria da Ciência Tecnologia e Inovação
SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDUC	Secretaria da Educação
SEFAZ/MA	Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão
SEINC	Secretaria de Estado de Indústria Comércio e Energia
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SEPLAN/MA	Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SFH	Sistema Financeiros de Habitação
SINFRA/MA	Secretaria de Estado da Infraestrutura do Maranhão
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
SSP	Secretaria de Segurança Pública
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE/MA	Tribunal de Contas do Estado do Maranhão
TEGRAM	Terminal de Grãos do Maranhão
TUP	Terminal de Uso Privativo
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
VA	Valor Agregado

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Brasil: Taxas de Variação do PIB Trimestral (em %), entre o 1º Tri/15 e o 3º Tri/18 (com ajuste sazonal).....	19
Tabela 2. Projeções: Taxa de Crescimento do PIB e de Seus Componentes 2018 a 2019	20
Tabela 3. Brasil: Desempenho Trimestral da Indústria por Categoria de Uso, Resultados Mensais do Trimestre Encerrado em set/18, Comparações Interanual, Mensal e Trimestral (com ajuste sazonal), e acumulado em 12 meses.....	21
Tabela 4. Brasil: Variações Mensais das Atividades do Comércio Varejista Ampliado em out. 2018...	25
Tabela 5. Brasil: Índice do Volume de Serviços por Atividades – set/18 contra o mês anterior, contra o mesmo mês do ano anterior, acumulado dos 12 Meses, acumulado do ano, pico histórico e data do pico histórico	31
Tabela 6. Brasil: Balanço de Pagamentos Brasileiro 2015 a 2018* (US\$ milhões).....	35
Tabela 7. Mundo: Cotação Internacional das Principais <i>Commodities</i> Negociadas no Brasil e Maranhão. Médias Anuais de 2016 até 2018* Preços Mensais de out/17, dez/17, set/18, out/18; Projeções para 2019 e 2019 e Crescimento (%)	38
Tabela 8. Brasil: Balança Comercial Brasileira e Corrente Comercial de 2010 até 2018* Valores em US\$ milhões e Variação em (%).....	40
Tabela 9. Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, de 2017 a 2018*, saldo em dezembro** de 2017 e 2018; Variação Absoluta.....	42
Tabela 10. Brasil: Resultado Primário do Governo Central- 2017*, 2018*, out/17 e out/18, Crescimento em % Nominal e Real inflacionado pelo IPCA até ago/18– (R\$ Milhões).....	43
Tabela 11. Brasil: Receitas e Despesas do Governo Central – 2017*, 2018*, out/17 e out/18 - Crescimento em % (Real inflacionado pelo IPCA até out/18, R\$ Milhões)	44
Tabela 12. Maranhão: Estimativa de área plantada e colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos acompanhados pelo LSPA do Maranhão – 2017 e Out/2018.....	47
Tabela 13. Brasil, Nordeste e Maranhão: Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis (R\$ milhões inflac. IPCA), Participação do Nordeste e Brasil 2007 a 2017, Taxa Média de Crescimento Anual 2007 a 2017 (% a.a.), 2017/2016 e Taxa de Crescimento 2018/2017 (acumulado até setembro) e participação do Maranhão no Nordeste e no Brasil (%).....	49
Tabela 14. Maranhão: Investimentos Privados e Públicos Estaduais e Federais em Andamento e Projetados (R\$ milhões) - 2018 a 2022.....	55
Tabela 15. Maranhão: Balança Comercial Maranhense e Corrente Comercial de 2010 até 2018*, Valores em US\$ milhões e Variação em (%)	60
Tabela 16. Maranhão: Principais Complexos e Produtos exportados pelo Estado do Maranhão de 2016 até 2018*, valores em US\$ milhões, quantidade em (1000 toneladas) e Crescimento (%).....	61
Tabela 17. Maranhão: Importações Maranhenses Por Grandes Categorias Econômicas (CGE) de 2017 até 2018*. Valores em US\$ milhões, Participação em (% do total) e Variação em (%)	62
Tabela 18. Maranhão: Principais Produtos das Importações Maranhenses de 2016 a 2018*, valores em US\$ milhões, quantidade em 1000/ton e Variação (%).....	63
Tabela 19. Maranhão: Número de ocupados, segundo os Grupamentos de Atividade, de 2016 a 2018 no Maranhão, em mil pessoas, Variação Absoluta, Taxa de crescimento (%).....	66
Tabela 20. Brasil e Maranhão: Ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2016 a 2018*	67
Tabela 21. Nordeste: Geração de Emprego formal, acumulado* de 2015 a 2018*; saldo mensal e variação absoluta.....	68
Tabela 22. Maranhão: Geração de Emprego Formal, segundo Subsetores de Atividade; Saldo Anual (2017), Acumulado do Ano* e Mensal (2017 e 2018).....	69
Tabela 23. Municípios do Maranhão: Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratações no acumulado de 2018*.....	70
Tabela 24. Maranhão: Receitas do Estado a Valores Constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até out/18), Cresc. (%) – Acumulado do ano de Janeiro a Dezembro de 2017 e 2018, dez/17 e dez/18	72
Tabela 25. Maranhão: Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade Econômica: Valores Constantes (IPCA até set/18) em R\$ Milhões, Part. %, cresc. e Var. Absoluta - 2016, 2017, set/17 e set/18	74
Tabela 26. Maranhão: Despesas do Estado a Valores Constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até out/18), Cresc. (%) – Acumulado do ano de Janeiro a Dezembro de 2017 e 2018, dez/17 e dez/18	75
Tabela 27. Maranhão: Medidas e Compensações Pacote Anticrise.....	76

Tabela 28. Maranhão: Patamar e conceito alcançado na nota final e por indicador da CAPAG – 2017 e 2018.....	79
Tabela 29. Brasil e Regiões: Valores repassados para atender aos benefícios concedidos do Regime Geral de Previdência Social (Em R\$ 1.000.000) – 2010 – 2018*.....	81
Tabela 30. Brasil e Regiões: Quantidade de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – 2010 – 2018* (Em Mil)	81
Tabela 31. Brasil e Regiões: Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – 2010 – 2018* (Em Mil).....	82
Tabela 32. Regiões Brasileiras: Valor médio mensal por família (R\$) do Programa Bolsa Família – 2010 – 2018*.....	82
Tabela 33. Maranhão: Gastos Sociais, por categorias – 2016 – 2018 (R\$ Milhões).....	83
Tabela 34. Maranhão: Valor repassado (R\$ milhões), Valor médio mensal por família (R\$) e Quantidade de famílias beneficiárias (Em 1.000) do Programa Bolsa Família – 2010 – 2018	84
Tabela 35. Maranhão: Valor total repassado (R\$ milhões) e Quantidade de Pessoas Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – 2010 - 2018	85
Tabela 36. Maranhão: Quantidade de benefícios concedidos do Regime Geral da Previdência Social (Em mil) – 2010 – 2018*.....	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Estados Unidos: Taxa Mensal de Desemprego de nov/49 até nov/17	14
Gráfico 2. Estados Unidos: Curvas de juros do Tesouro/EUA (médias mensais)	15
Gráfico 3. Estados Unidos: Curvas de juros do Tesouro - 07/12/2018	15
Gráfico 4. Mundo: Evolução da Cotação Média do Petróleo <i>brent</i> de nov/00 até nov/18 em US\$/bbl	16
Gráfico 5. Brasil: Média de 12 Meses da Variação (%) dos Licenciamentos Nacionais e da Produção Total do Mês em Relação a Mês do Ano Anterior no Período de jan/17 até set/18	22
Gráfico 6. Brasil: Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), resultados mensais do período de jan/10 até out/18	23
Gráfico 7. Brasil: Evolução do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI), entre fev/12 e out/18	23
Gráfico 8. Brasil: Índice do Volume do Varejo Restrito e Ampliado com ajuste sazonal de out/03 a out/18	24
Gráfico 9. Brasil: Nível de endividamento e inadimplência de nov/12 a nov/18	26
Gráfico 10. Brasil: Concentração e Tipos de dívidas em novembro de 2018	26
Gráfico 11. Brasil: Concessões de Crédito para Pessoa Física e Jurídica de mar/11 a set/18	27
Gráfico 12. Brasil: Evolução do ICF de nov/11 a nov/18	28
Gráfico 13. Brasil: Evolução do ICF média móvel trimestral de nov/11 a nov/18	28
Gráfico 14. Brasil: Evolução do Índice de Confiança do Consumidor de nov/05 a nov/18	29
Gráfico 15. Brasil: Evolução do Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC) - mar/11 a nov/18	30
Gráfico 16. Brasil: Índice do Volume de Serviços e Receita Nominal de Serviços, com Ajuste Sazonal - jan/11 a set/18 – Base: 2014 = 100	31
Gráfico 17. Brasil: Índice de Confiança de Serviços e Índice da Situação Atual de Serviços, com ajuste sazonal - out/08 a out/18	32
Gráfico 18. Brasil: Evolução do IPCA; Preços dos Monitorados, Não Comercializáveis e Comercializáveis; Percentual Acumulado em 12 Meses - out/99 a out/18	33
Gráfico 19. Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre abr/19 e abr/24 em %. (out/18, nov/18 e jan/19)	35
Gráfico 20. Mundo: Evolução dos Preços Médios do Petróleo Brent e Índice de Laspeyres (Base 2010=100) das Commodities Energéticas de out/00 até out/18 e Valores em US\$ nominal	37
Gráfico 21. Mundo: Índice de Laspeyres para a Cotação Internacional das <i>Commodities</i> Metálicas (Exceto Metais Preciosos), Agrícolas e Fertilizantes de out/80 até out/18. Base 2010=100 Baseado no Preço em Dólares (US\$) nominais	39
Gráfico 22. Brasil: Massa de rendimentos reais* (R\$ em bilhões), e Taxa de desocupação por Trimestre Móveis (Em %), de 2012 a 2018	41
Gráfico 23. Brasil: Resultado do Setor Público Consolidado em % do PIB – acumulado 12 meses – 2002 a 2017, 2018* e 2019**	45
Gráfico 24. Brasil: Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público em % do PIB – 2002 a 2018	46
Gráfico 25. Maranhão: Varejo Restrito: Comparativo entre MA e BR - últimos 12 meses.	50
Gráfico 26. Maranhão: Arrecadação de ICMS no segmento auto de jan.18 a set.18.	51
Gráfico 27. Maranhão: Nível de Endividamento e Inadimplência no Varejo de nov/12 a nov/18	51
Gráfico 28. Maranhão: Tipos de dívidas no Comércio Varejista em nov/18	52
Gráfico 29. São Luís: ICF em pontos -Nov/10 a Nov/18, relacionado ao grau de satisfação(100 pontos)	53
Gráfico 30. São Luís: Evolução do Indicador ICEC em pontos -nov/12 a nov/18	53
Gráfico 31. Maranhão: Índice do Volume de Serviços e Receita Nominal de Serviços, com Ajuste Sazonal - set/11 a set/18 – Base: 2014 = 100	54
Gráfico 32. Maranhão: Investimentos do Governo Estadual em Andamento por Segmento (R\$ milhões)	56
Gráfico 33. Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB - 2010 a 2021	57
Gráfico 34. Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2021	58

Gráfico 35. Maranhão: Movimentação Portuária Maranhense de out/00 até out/18. Valores em US\$ bilhões e Volume de Carga em 1000/toneladas.....	59
Gráfico 36. Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de Desocupação das Pessoas na Força de Trabalho, por trimestres de 2012 a 2018, (em %)	65
Gráfico 37. Brasil e Maranhão: Rendimento Médio Real (em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões): - 1º tri/2012 a 2º tri/2018, inflac. pelo IPCA a preços de junho/18.....	67
Gráfico 38. Maranhão: Despesa Total com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida e Limites da LRF – Acumulado de 12 meses, 2006 a 2º Quadri/2018 (Em %).....	77
Gráfico 39. Maranhão: Dívida Consolidada Líquida em Relação à Receita Corrente Líquida e Limites da LRF - Acumulado de 12 meses, 2006 a 2º Quadri/2018 (em %).....	78
Gráfico 40. Brasil: Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (em %).....	78
Gráfico 41. Brasil: Evolução do gasto social por categoria* (R\$) e Gasto Social Federal em relação ao PIB (%) – 2001 – 2018	80
Gráfico 42. Maranhão: Trajetória do Gasto Social (R\$ 1.000.000)* e em relação ao PIB (%) – 2005 a 2018**	83
Gráfico 43. Maranhão: Gasto social por categorias (%) – 2005 – 2018**.....	84

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SIGLAS.....	3
LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE GRÁFICOS.....	7
SUMÁRIO.....	9
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	10
1. CENÁRIO INTERNACIONAL.....	12
2. CENÁRIO NACIONAL.....	17
2.1. Cenário Político.....	17
2.2. Nível de Atividades	18
2.2.1. Produto Interno Bruto	18
2.2.2. Comércio	24
2.2.3. Endividamento e Crédito	25
2.2.4. Serviços.....	30
2.2.5. Inflação.....	33
2.3. Comércio Exterior	35
2.3.1. Balanço de Pagamentos	35
2.3.2. <i>Commodities</i>	36
2.3.3. Balança Comercial	40
2.4. Mercado de Trabalho.....	41
2.5. Finanças Públicas.....	42
3. CENÁRIO ESTADUAL.....	47
3.1. Nível de Atividades	47
3.1.1. Produção Agrícola.....	47
3.1.2. Financiamento Imobiliário	48
3.1.3. Comércio	49
3.1.4. Endividamento e Inadimplência.....	51
3.1.5. Serviços.....	54
3.1.6. Investimentos.....	55
3.1.7. Produto Interno Bruto	57
3.2. Comércio Exterior	59
3.2.1. Movimentação Portuária	59
3.2.2. Balança Comercial	60
3.3. Mercado de Trabalho.....	64
3.3.1. Ocupação	65
3.3.2. Municipal.....	70
3.4. Finanças Públicas.....	71
3.4.1. Receitas Estaduais.....	71
3.4.2. Despesas Estaduais.....	74
3.4.3. Responsabilidade Fiscal	77
4. GASTO SOCIAL.....	80

SUMÁRIO EXECUTIVO

Continuidade do crescimento com restrições fiscais e deterioração do cenário internacional - cenários para a economia maranhense em 2019

De acordo com o modelo de simulação do PIB do IMESC, a economia maranhense deve ter registrado em 2018 um crescimento de 2,7% do PIB, descontada a inflação. Do ponto de vista setorial, a Indústria deve ter liderado, com 3,2%, mas com grande discrepância entre seus vários ramos. Destaques na Indústria de Transformação (Sucroalcooleira, Polpa de Celulose e Pelotização de Ferro), compensando a redução no valor adicionado bruto da Indústria de Construção, devido à queda na concessão de financiamentos imobiliários (R\$ 380 milhões em 2018, contra R\$ 1,1 bilhão, em 2014). Destaques também para o subsetor de serviços, especialmente Transportes, Comunicações e Tecnologia de Informação, que compensaram recuos nos serviços de Alojamento e Alimentação, e Pessoais.

No caso da Agropecuária, a previsão inicial de crescimento de 7,0% foi substituída por uma bem mais modesta – de 1,2%, em função de um veranico que atingiu o Estado na fase de enchimento dos grãos, no 1º trimestre de 2018, levando a uma queda na produção do milho, feijão, sorgo e também da mandioca, apenas compensada pelo aumento na produção de soja e agroflorestal.

Os dados de emprego formal do Ministério do Trabalho (CAGED), com cerca de 9,6 mil contratações líquidas em 2018, corroboram a retomada de atividades da economia maranhense. No recorte setorial, destaque para os Serviços (+8,6 mil) e o Comércio (+2,9 mil), estes últimos sinalizando uma recomposição da massa de rendimentos no Estado, em paralelo à uma paulatina redução na inadimplência e recomposição do crédito ao consumo. Em contrapartida, Construção Civil continuou, pelo 4º ano seguido, desmobilizando trabalhadores (-2,3 mil).

Em 2018, a arrecadação tributária do Estado atingiu R\$ 17,5 bilhões, 3,2% acima do apurado em 2017. A receita tributária própria expandiu-se 7,4%, com grande destaque para o ICMS, cujo incremento atingiu R\$ 470 milhões. As transferências correntes da União, por sua vez, cresceram apenas 0,5%, sendo que os repasses do Fundo de Participação dos Estados – FPE cresceram 3,1%, apenas compensando a variação negativa nos repasses do FUNDEB, especialmente em dezembro. No que tange às receitas de capital, houve aumento de 60% das mesmas (para R\$ 846 milhões), mas tendo os aportes reduzido de R\$ 185,5 milhões, no segundo semestre de 2017, para R\$ 135,7 milhões no mesmo período de 2018 – uma tendência que deve continuar em 2019.

As Despesas Totais do Governo do Maranhão atingiram, em 2018, R\$ 19,7 bilhões, um crescimento real de 5,8% contra o ano anterior. No grupo das despesas correntes, destaca-se o crescimento de cerca de 5,0% na folha salarial do pessoal civil e militar, em grande parte resultado das contratações de pessoal militar e na educação, enquanto que a folha de aposentadoria do Estado se expandiu à taxa de 4,8%. Dentre as Despesas de Capital, os Investimentos registraram alta de 0,8% (para R\$ 1,72 bilhão), enquanto que o Serviço da Dívida registrou queda de 2,6% (para R\$ 967 milhões), mesmo em um ano com forte desvalorização cambial, devido a uma boa gestão da aquisição de dólares para o pagamento das obrigações externas.

O cenário internacional deverá deteriorar ao longo de 2019. A escalada da Guerra comercial entre EUA e China, em um quadro de crescente disputa pela hegemonia econômica e tecnológica entre as duas grandes potências econômicas e seus aliados, a recorrência de crises humanitárias e tensões geopolíticas, com o avanço da extrema direita em vários países europeus, além de crise migratória às portas dos EUA e o agravamento das tensões na Venezuela, contribuem para a ampliação de incertezas, a piora do ânimo para investir, com repercussões sobre o crescimento econômico já observadas na China e em vários de seus fornecedores de matérias primas.

De um lado, a redução do faturamento e da capacidade de honrar o já elevado grau de endividamento em dólar, não apenas de entes públicos, mas também (e largamente) de empresas que aproveitaram o longo período de taxa de juros básica praticamente nula nos EUA para financiar agressivas recompras de ações, porém financiadas por endividamento crescente em dólar. Deprimidas as expectativas de lucros, os custos crescentes do refinanciamento das posições devedoras das empresas poderão dar origem a uma onda de inadimplência, que contribuiria para e ampliar a instabilidade nos mercados financeiros globais. O agravamento do déficit público norte americano, para 6,0% do PIB (a maior leitura desse indicador, em um período de expansão econômica dos EUA), evidencia a fragilidade da gestão econômica do Presidente Trump (Trumpnomics), que prolonga o crescimento dos EUA, mas às custas de renúncia fiscal (para grandes empresas e os mais ricos) e gastos em infraestrutura que redundam em mais inflação e juros crescentes.

No front nacional, a estreia internacional do Presidente Bolsonaro evidenciou seu despreparo ao realizar um discurso de 6 minutos no fórum econômico de Davos (Suíça), quando poderia ter utilizado 45, tendo ainda cancelado a entrevista coletiva que seria dada juntamente com alguns de seus ministros, no dia subsequente. O Ministro Paulo Guedes, sem problemas em expressar-se no idioma inglês, colocou como prioridade máxima a reforma da Previdência, mas sem conseguir alinhar suas características principais, o que terminou frustrando os grandes investidores internacionais. Particularmente preocupante, para estes investidores, são as pressões, dentro do próprio Governo, para retirar da reforma grandes corporações do funcionalismo público, a exemplo de militares e membros do Judiciário, o que poderá terminar esvaziando os impactos fiscais da Reforma. O escândalo envolvendo o trânsito de cerca de R\$ 7 milhões ao longo de 3 anos, pela conta corrente do ex-motorista e assessor parlamentar do Senador eleito e filho do Presidente, Flávio Bolsonaro, evidencia práticas patrimonialistas típicas do baixo clero da política brasileira e ainda deverá trazer ruídos e custos políticos consideráveis, e não apenas ao Senador Eleito e seu assessor, mas ao Governo de seu pai. Continuamos preocupados com propostas de reforma tributária defendidas por membros da equipe de Paulo Guedes, que poderão retirar ainda mais recursos dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, contribuindo para o agravamento adicional da questão regional brasileira. Em um quadro de precoce deterioração da sustentação política do Governo Bolsonaro (a ser melhor compreendido com a materialização dos resultados das articulações para a eleição das mesas diretoras da Câmara e do Senado), seguimos monitorando a atividade econômica que, não obstante a continuidade da baixa inflação, de reduzidas taxas básicas de juros e da melhora das condições de crédito e expectativas empresariais, segue apontando para baixo volume de investimentos, especialmente daqueles que têm impactos na geração de empregos.

Em 2019, espera-se um crescimento do PIB estadual de 4,0%, com possível nova supersafra e impactos da construção do Porto de São Luís, além dos novos investimentos na geração e distribuição de energia. No caso dos investimentos e custeio do Governo do Estado, destacam-se a continuidade de obras rodoviárias, e de escolas e hospitais, com impactos também na contratação de pessoal. Atenta-se para uma possível estagnação ou queda das Transferências Correntes em 2019, associada ao menor volume de aportes em Operações de Crédito, que figuram como destaques entre os maiores desafios fiscais.

Prof. Dr. Felipe de Holanda
Presidente do IMESC

1. CENÁRIO INTERNACIONAL

Crescimento econômico mundial manteve-se robusto em 2018, mas a escalada da Guerra comercial entre EUA e China, disputa por influência, crises humanitárias e tensões geopolíticas agravam o quadro internacional com incertezas, reduziram ânimo para investir e pioram o já elevado grau de endividamento em dólar.

Nas economias avançadas, a liderança dos Estados Unidos é o destaque para as estimativas de 2018, com crescimento estimado em 2,9% devido aos fortes investimentos públicos (US\$ 1,7 trilhões) em setores estratégicos, sobretudo em infraestrutura.

- Ressalta-se que a economia dos Estados Unidos atua com taxas de desemprego abaixo do considerado como “natural”¹ pelos economistas, dessa forma, a ampliação dos gastos dos Estados Unidos deveria ser mais cautelosa para não gerar mais inflação. Deve-se ressaltar, que embora o nível do emprego esteja mais baixo, a qualidade dos empregos é baixa, com poucos ganhos em termos de salários e qualidade de vida.
- Na Zona do Euro, a maioria dos países já esgotou sua capacidade de exercer política fiscal expansionista. Exceto a Alemanha, que ainda possui margem e deverá utilizar para expandir os investimentos públicos com objetivo de ampliar a participação da força de trabalho feminina e de emigrantes, além de políticas de produtividade a partir da inclusão digital e aprimoramento de tecnologias digitais, programas pós escolas, assistência infantil e social. Por esse fator, as projeções revisam menor crescimento para a Zona do Euro em 2019 (+1,9%) em relação à 2018 (+2%) e para os Alemães manutenção dos 1,9% para ambos os anos.
- No Japão, a situação fiscal deve continuar apertada com a dívida pública, que atinge mais de 260% do PIB, o mercado espera políticas que apontem para medidas de consolidação de novos planos para controlar as dívidas. Caso contrário, o acesso a crédito poderá afetar, sobretudo, a previdência social, a seguridade e a saúde. A expectativa é de que o país registre 1,1% em 2018 e seja 0.2 p.p. menor em 2019.

Nos emergentes, Líbia, Venezuela e Iêmen, continuam com crises civilizatórias. Nesses países, o comércio, o nível de investimento e a enorme instabilidade política se acentuaram.

- A inflação cresceu nos países emergentes e em desenvolvimento, com efeito, sobretudo, da variação cambial e devido às políticas expansionistas realizadas pelos EUA e pela União Europeia (este último até 2017);
- As condições de financiamento ficaram mais apertadas nos emergentes, sobretudo, América Latina e Turquia, com aumento dos riscos e das taxas de juros nos EUA. Por sua vez, isso não afetou significativamente os desenvolvidos.

Cúpula G20 e Guerra Comercial

Na cúpula do G20, realizada em Buenos Aires em 30/11 e 01/12/2018, os presidentes dos EUA e da China firmaram um acordo de pausa à escalada na guerra comercial. A proposta propunha manter as tarifas de 10% impostas a US\$ 200 bilhões em produtos chineses, adiando para março o plano de aumentar tais tarifas para 25%. Em troca, a China levantará seu embargo à soja estadunidense, maior exportação agrícola do país² fonte de renda em estados que constituem base eleitoral de Trump.

- O presidente Trump demonstrou, desiludindo mercados, ser baixa a probabilidade de resolução significativa das diferenças neste prazo. Algumas exigências de Washington – explícitas ou não

¹ É aquela que marca o ponto em que o Mercado de Trabalho está saturado em um nível que forçar a redução do desemprego desencadeia em inflação sem crescimento econômico de longo prazo caso não ocorra aumentos de produtividade.

² De acordo com o *Observatory of Economic Complexity* (OEC), a Soja representa 19% do total dos produtos agrícolas exportados em 2016. Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/usa/>. Acesso em 13/dezembro/2018.

– tocam em questões que alicerceiam o modelo econômico chinês, cuja raiz ideológica se imortalizou na doutrina “Xi Jinping Thought”³. O básico exigido é a redução do *déficit* comercial estadunidense com a China. O gigante asiático já busca formas de reduzir sua dependência econômica por exportações, dando crescente enfoque ao mercado interno.

No entanto, são outras duas questões que tornam espinhoso o caminho a uma real resolução. Primeiro, as acusações de Trump a empresas chinesas, principalmente estatais, de roubo de propriedade intelectual, tendo em vista o modelo de interação com entrantes estrangeiras que realizem investimento no país. Sob tal modelo, os empreendimentos são forçados a se associarem a companhias chinesas e transferir tecnologia caso queiram entrar no país.

- Além disso, Washington critica a obstrução ao investimento estrangeiro em certas áreas, consideradas estratégicas por Pequim. Na prática, Trump almeja reduzir o domínio estatal sobre a economia chinesa, visto como gerador de concorrência desleal, controle esse que norteia a “nova era” da economia chinesa e imortalizada em constituição.

A segunda questão, também preocupante para Washington, é a crescente influência chinesa sobre o mundo, ilustrada em ações como a iniciativa “Cinturão e Rota”, um pacote de US\$ 1 trilhão em investimentos na Ásia, África e Europa visando ampliar a conexão terrestre e marítima entre as regiões e a China, numa grande rede comercial.

- A postura agressiva por parte de Pequim sobre territórios no Mar do Sul da China, reclamados pelo governo chinês alarma os EUA. Apesar da questão não ser explicitamente tratada como motivadora para a guerra comercial, discursos do presidente estadunidense demonstram que a contenção da influência é prioridade nas relações entre os dois gigantes.

Enquanto Donald Trump e Xi Jinping negociavam a trégua, oficiais estadunidenses prendiam a CFO e filha do fundador da Huawei, Meng Wanzhou, sob acusações de violar as sanções impostas pelos EUA ao Irã. A acusação à empresa toca ponto central à guerra comercial, a venda de tecnologia estadunidense à república islâmica pela empresa chinesa, adicionando força às acusações de roubo de propriedade intelectual, dada a investigação de Meng.

- Países que competem no mercado de *commodities* com a produção dos EUA embargada, como a soja brasileira e argentina, favoreceram-se no curto prazo, por exemplo, o Brasil apresentou crescimento de 20% das suas exportações do grão à China após a retaliação imposta por Pequim. A retomada da comercialização irá repor os estoques (safra recorde) dos EUA no mercado, possivelmente reduzindo os preços.

Petróleo e Gás

Produção saudita no limite máximo, incentivada por Trump em campanha legislativa, além de expectativas de desaquecimento na demanda por petróleo formam expectativas no mercado por uma explosão nos estoques da *commodity*, motivando a queda de 27% no preço do petróleo desde outubro, a contragosto da Arábia Saudita, líder de uma OPEP enfraquecida. O príncipe saudita, Mohammad bin Salman encontra-se em situação delicada, desde que investigações da CIA conectaram seu governo ao assassinato do jornalista Jamal Khashoggi no consulado saudita em Istambul, assunto menosprezado por Trump, para quem o apoio saudita é essencial em seu plano de enfraquecer o Irã sem pressionar os preços do petróleo.

Os preços do Gás Natural Liquefeito (GNL) tiveram, na contramão do petróleo, abrupta apreciação, atingindo alta de 77,1% entre meados de setembro e de novembro, por razões tanto conjunturais quanto estruturais. Conjunturalmente, expectativas de um inverno excepcionalmente rigoroso, aliadas a estoques excepcionalmente baixos para o período e interrupções na produção de energia nuclear, causada pelos impactos da passagem do furacão Florence nos EUA contribuíram para o movimento no preço. Some-se a isto a transição estrutural pela qual passam os principais mercados globais da

³ “Pensamento de Xi Jinping quanto ao socialismo com características chinesas para uma nova era”: Reafirma o papel do Estado, sob comando do Partido Comunista Chinês.

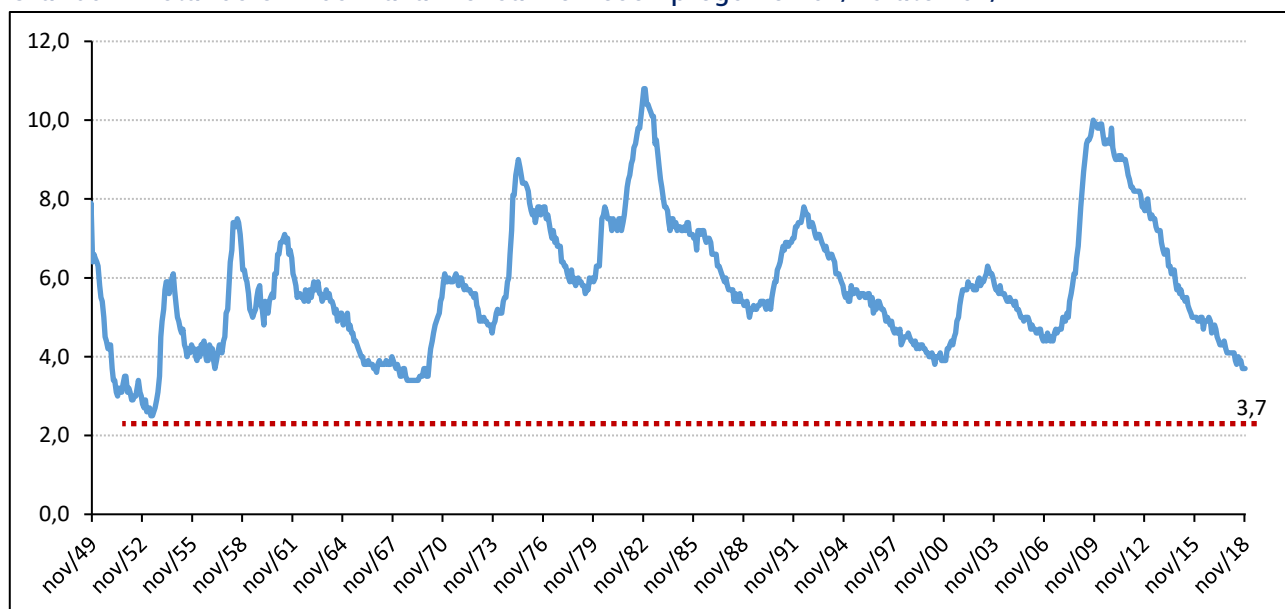
commodity, que vêm continuamente buscando reduzir a dependência do carvão, altamente poluente, na geração de calefação, substituindo-o pelo GNL, combustível fóssil mais limpo à disposição. Além dos EUA, a China vem mirando tal transição a partir do estabelecimento de meta governamental de atingir, até 2020, 10% da produção de eletricidade pelo GNL, já tendo ultrapassado o Japão como a maior importadora da *commodity*. De fato, a DNV GL, maior consultora e supervisora técnica do mundo nos setores de óleo, gás e energia renovável emitiu relatório que prevê a ultrapassagem do petróleo pelo GNL como fonte primária de energia global em 2026.

Discurso Powell/FED

Com a afirmação de que a taxa de juros se encontra "logo abaixo" do nível considerado "neutro" para a economia, o presidente do conselho do FED, Powell indica que o próximo aumento da taxa do FED, prevista para chegar aos 2,5% em meados de dezembro, deve estabilizar a partir daí, contrariando sinais anteriores de novos aumentos em 2019 e 2020.

- De fato, a situação favorável da economia estadunidense, hoje com desemprego num mínimo histórico, abaixo da taxa natural de desemprego, impulsionada pela política fiscal fortemente expansionista implementada por Trump, parece já ter atingido seu pico. Assim, se aproxima a necessidade de arrefecer o aperto monetário que vem sendo praticado ao longo do ano pela instituição, cujo mandato duplo a responsabiliza não somente pela estabilidade dos preços, mas também por baixo desemprego;
- Os ganhos no mercado financeiro local em 2018 já se dissiparam, enquanto efeitos negativos da guerra comercial começam a aparecer nos setores agrário, que sofre com embargos chineses, e industrial, cujos custos alavancando-se elevam dadas medidas protecionistas, levando montadoras como GM à decisão de fechar fábricas nos EUA.

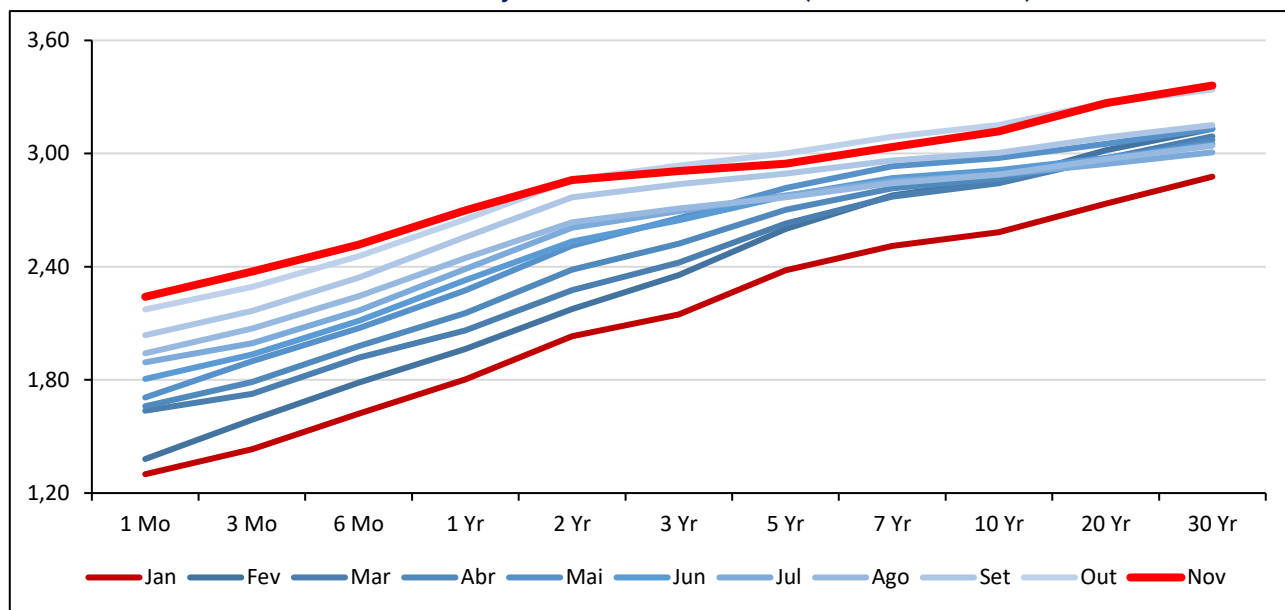
Gráfico 1. Estados Unidos: Taxa Mensal de Desemprego de nov/49 até nov/17



Fonte: US Bureau of Labor.

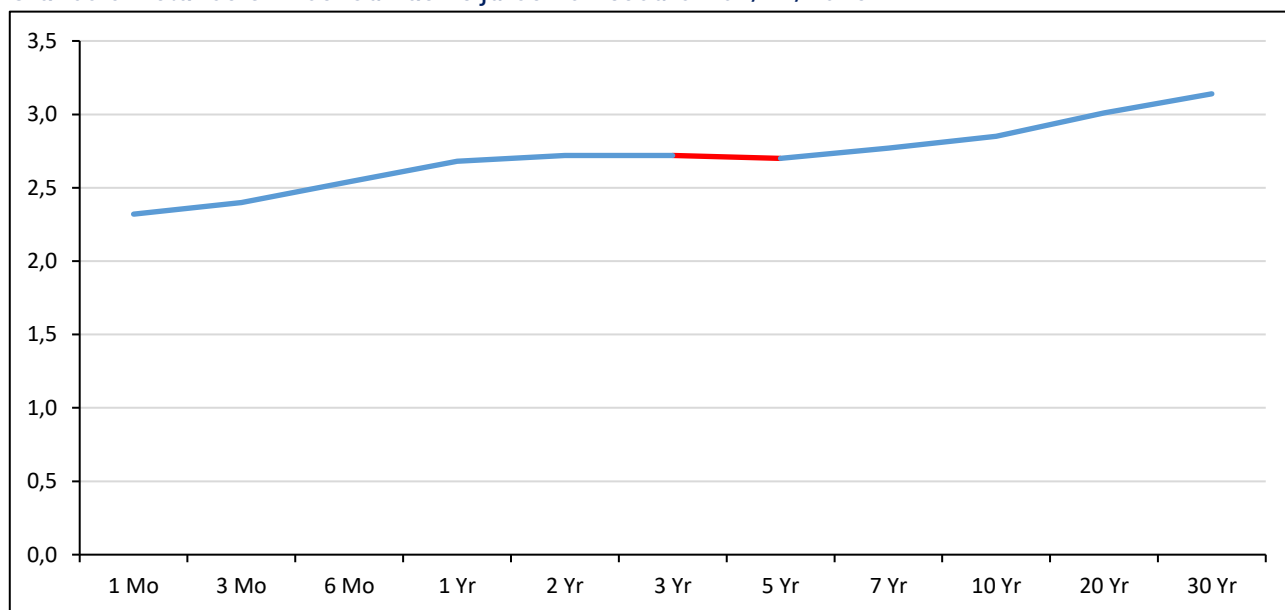
Em discursos anteriores, Powell alimentava expectativa de maior continuidade no aumento da taxa de juros, movimentando o mercado especulativo em torno da expectativa de queda no preço dos títulos do Tesouro. A partir do discurso desse mês, o presidente do FED reverteu expectativas, tendo potencialmente contribuído para os recentes movimentos de aplainamento na curva de rendimento – *yield curve* (Gráfico 2 e Gráfico 3).

Gráfico 2. Estados Unidos: Curvas de juros do Tesouro/EUA (médias mensais)



Fonte: USDT.

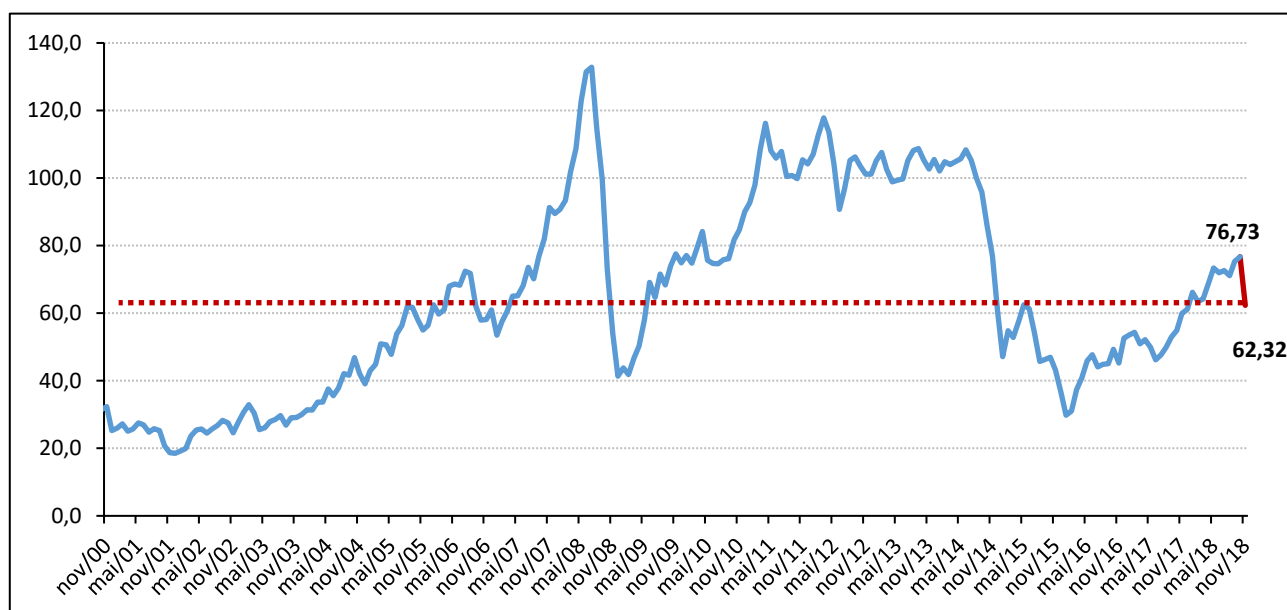
Gráfico 3. Estados Unidos: Curvas de juros do Tesouro - 07/12/2018



Fonte: USDT.

- Ademais, parte da curva já vem apresentando inversão, notório prenúncio de recessão, costumeiramente com *lag* de dois anos. De fato, outros números globais vêm apontando na mesma direção, em especial a forte queda recente preço do petróleo (Gráfico 4) e o menor crescimento chinês.

Gráfico 4. Mundo: Evolução da Cotação Média do Petróleo Brent de nov/00 até nov/18 em US\$/bbl



Fonte: World Bank ¹Nov/18 estimativa em vermelho.

A análise dos tais indicadores traz um panorama geralmente positivo para o mercado financeiro estadunidense, com instituições financeiras tendo hoje capital de melhor qualidade, alavancagem em níveis responsáveis, ativos aparentemente bem precificados e famílias com endividamento em níveis aceitáveis⁴.

- No entanto, em níveis alarmantes, a dívida corporativa alimenta temores de que, sob stress financeiro de eventual choque, ocorra inadimplência em massa, contagiando outros atores do cenário financeiro. Vale lembrar que esse é também o maior fator de preocupação na economia chinesa, cujos níveis de dívida das empresas estão em forte ascensão, minando a capacidade de manter seus altos níveis de investimento;
- A dívida em dólar também afeta os entes públicos, mas é mais muito impactante nas empresas, que aproveitaram o juros praticamente nulo nos EUA para financiar agressivas recompras de ações e outros produtos do mercado financeiro no qual os juros eram mais elevados, contudo, essa decisão foi à custa de endividamentos crescentes, que uma vez deprimidas as expectativas de lucros, os custos crescentes do refinanciamento das posições devedoras das empresas, poderá dar origem a uma onda de inadimplência, que contribuiria para ampliar a instabilidade nos mercados financeiros globais. O agravamento do *déficit* público norte americano, para 6,0% do PIB (a maior leitura desse indicador, em um período de expansão econômica dos EUA) e deverão contribuir para deteriorar expectativas futuras, a partir de 2019.

Brexit, crises migratórias e instabilidade político-social

No 25 de novembro, realizou-se uma cúpula extraordinária na União Europeia para avaliar a proposta da primeira ministra britânica, Theresa May, quanto ao pacote da saída do Reino Unido do bloco (*Brexit*), resultando em aprovação pela unanimidade dos 27 países votantes. A reunião ficou agendada para março de 2019 e registra o limite em que se torna legalmente possível a negociação de novos acordos comerciais durante um período de transição.

- A contragosto, britânicos continuam cumprindo as obrigações de Estado-membro sem direito a voto, fase prevista para durar até dezembro de 2020, meta otimista dada a complexidade inerente a acordos comerciais;

⁴ Disponível em: <https://sc.cnbcfm.com/applications/cnbc.com/resources/editorialfiles/2018/11/28/fed-chairman-powell-181128.pdf>. Acesso em 13 de dezembro de 2018.

- A UE busca desestimular movimentos similares em outros países impedindo facilidades no acesso aduaneiro e na questão regulatória. De fato, efeitos econômicos da saída devem ser sentidos mais fortemente pelo Reino Unido, que já vê indícios de queda no investimento estrangeiro, fuga de sedes de empresas e perda postos de trabalho;
- Ponto de conflito nas negociações, a futura situação aduaneira da Irlanda gerou a controversa cláusula de “backstop”⁵, imposta pela UE e aceita por May sob protesto. Executado o *Brexit*, o sul da ilha (República da Irlanda) se manterá na UE, enquanto a Irlanda do Norte, parte do Reino Unido, sairá das uniões aduaneira e de mercado apesar de a permanência de situação “sem fronteiras” entre as Irlandas ser convenção desde o acordo de paz na ilha;
- A rejeição de May a qualquer hipótese de união aduaneira e permanência no mercado comum pelo Reino Unido e as preocupações de perda de soberania de Londres sobre Belfast caso haja tratamento diferencial para a parte irlandesa do reino, tornam difícil a resolução.

Desigualdade sociorregional e colapsos humanitários em várias regiões do mundo contribuem para pressões migratórias e revolta popular, sem propostas de resolução por todo o espectro político dominante. Alimenta-se o sentimento antissistema e de rejeição a políticos, inflamando por vezes o discurso nacionalista identitário, sendo o Brexit um dos primeiros reflexos e a guerra comercial o mais impactante.

- Movimento dos “coletes amarelos” em Paris um protesto contra a sensação de baixa representação dos anseios populares nas decisões políticas e desigualdade regional que desfavorece periferias e o interior da França, tendo como estopim o aumento do imposto sobre combustíveis implantado por Macron;
- Volta da extrema-direita à participação em governo regional espanhol, pela primeira vez desde a queda de Franco;
- Crise de violência levou uma caravana a cruzar a América Central em busca de asilo nos EUA. Com mais de 6 mil na fronteira, o governo estadunidense chegou a fechar temporariamente a aduana de San Ysidro, acesso ao trabalho para milhares de mexicanos, levando o México a deportar 500 que tentaram cruzar ilegalmente. O futuro presidente mexicano, Obrador, oferecerá visto com permissão para trabalhar aos migrantes enquanto seu pedido de asilo é processado;
- Manutenção da crise humanitária na Venezuela e agravamento no Iêmen, onde já se estima a morte de 85 mil crianças por inanição, resultado da violenta intervenção da coalizão saudita na guerra civil do país, hoje bloqueado pelo exército saudita de receber ajuda humanitária.

2. CENÁRIO NACIONAL

2.1. Cenário Político

Nomes já confirmados para o novo governo prenunciam perfil altamente liberal da direção econômica a guiar o país a partir de 2019.

A proximidade do recesso de fim de ano com uma Lei de Orçamento Anual ainda a ser discutida impacta os planos do novo governo de aprovar reformas impopulares – Previdência em especial – ainda nesse ano. A reforma é cara à nova equipe econômica que começa a tomar forma, indicando os rumos do país a partir do próximo ano. Essencialmente formada por indicações de Paulo Guedes, além da manutenção de encarregados do atual governo, nomes como Joaquim Levy (BNDES) e Mansueto (Tesouro) confirmam o teor liberal anunciado em campanha, e a aparente “carta branca” oferecida ao novo ministro da economia. Procede a expectativa de redução nos investimentos e gastos sociais vindos da união, impactando mais fortemente regiões mais vulneráveis, Nordeste em especial.

Outro indicativo do perfil econômico a caracterizar o novo governo é a instituição de uma Secretaria de Privatizações, ligada ao ministério de Guedes, a ser comandada pelo empresário Salim Mattar, fundador da Localiza. Mattar é membro do Instituto Millenium, centro de pensamento promotor do

⁵ Na ausência de acordo sobre a questão até 2022, institui automática inserção de-facto da Irlanda do Norte na união aduaneira e mercado comum europeu. Restaria ao Reino Unido a difícil tarefa de manter um Mar da Irlanda livre de fronteiras. Essa cláusula foi imposta pela UE e aceita por May sob protesto.

liberalismo econômico, do qual participa o futuro ministro da economia. O movimento de liquidação de ativos públicos deve encontrar resistência da base nacionalista militar de Bolsonaro, a comandar cinco ministérios, retornando ao protagonismo político do qual se distanciará desde a redemocratização.

Também se espera conflito no próximo governo entre executivo e judiciário, visto o potencial de inconstitucionalidade em algumas promessas de campanha de Bolsonaro, como a criminalização de certos movimentos sociais via Lei Antiterrorismo, a Escola Sem Partido e a redução da maioria penal. Com a recente aprovação pelo Senado do aumento no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), toma corpo um movimento crítico de contestação à instituição, sentimento que deve ser explorado pelo futuro presidente ao primeiro conflito entre poderes.

O chanceler escolhido por Bolsonaro sinaliza guinada na política externa brasileira. Ernesto Araújo, de perfil antiglobalista, representa um afastamento diplomático de instituições multilaterais, como ONU e OEA, enjeitamento para com o Mercosul e BRICS. Sua ideologia parte da utilização de um modelo de "identidade ocidental", baseado em valores conservadores judaico-cristãos, como ferramenta de unificação das nações euramericanas ante ameaça representada pelo comunismo, hoje personificado no sucesso econômico da China, atualmente maior parceira comercial brasileira.

Sinais do governo vêm frustrando expectativas de uma reforma na previdência de fato profunda e ampla, capaz de atingir os setores mais deficitários, nomeadamente os regimes próprios – o regime dos militares ficará de fora da reforma em discussão. As metas para os primeiros 100 dias do governo Bolsonaro apresentadas pela Casa Civil não contemplam esta reforma, tampouco a tributária, cuja pequena alteração sofrida a torna potencialmente mais regressiva, além de reduzir uma alíquota base para os Fundos Constitucionais. Apesar de desavenças entre a equipe econômica e setores governistas, o mercado financeiro segue otimista, instigado por acenos governistas favoráveis à liquidação de ativos públicos, como o aval do presidente à venda da área de aviação civil da Embraer à Boeing via *joint venture*.

2.2. Nível de Atividades

2.2.1. Produto Interno Bruto

O PIB brasileiro cresceu 0,8% no 3º trimestre de 2018, em relação ao trimestre anterior, quando houve expansão de 0,2%. O bom desempenho dos Investimentos deve ser relativizado, já que parte dele é resultado de manobras contábeis relacionadas às incorporações de plataformas de petróleo.

Pela **ótica da oferta**, a *Agropecuária* avançou 0,7% de julho a setembro, frente aos três meses antecedentes, seguida por *Serviços*, que subiram 0,5%, e pela *Indústria*, com ampliação de 0,4%. Na comparação com o terceiro trimestre de 2017, a *Agropecuária* teve expansão de 2,5% enquanto o PIB da *Indústria* aumentou 0,8% e os *Serviços* cresceram 1,2% (Tabela 1).

- Na comparação com o segundo trimestre de 2018, o PIB da *Agropecuária* mostrou avanço de 0,7%, suavemente mais acelerado que o registrado no trimestre anterior (+0,5%).
 - Em comparação com igual trimestre de 2017, cresceu 2,5%, impulsionado pelo avanço da safra de algodão herbáceo (+28,4%) e café (+26,6%), que compensaram o fraco desempenho de culturas como cana de açúcar, mandioca, laranja e milho.
- A *Indústria de Transformação* cresceu 0,8% enquanto a *Indústria Extrativa* e *Construção* subiram 0,7% cada. Em sentido contrário, *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos* tiveram baixa, de 1,1%. A indústria apresentou o menor desempenho dentre os três setores de atividade, crescendo somente 0,8% na comparação interanual e 0,4% em relação ao segundo trimestre de 2018.
 - Tal resultado foi influenciado pelo fraco desempenho da *Construção Civil*, que apesar de ter crescido 0,7% no 3º trimestre deste ano, caiu 1,0% em relação ao mesmo período do ano passado. Importante notar que este é o único setor que ainda está retraindo em relação ao ano passado. A queda de 1,0% representa a 18ª redução seguida nessa base de comparação;

- Outro fator foi a piora do setor automotivo e de outros segmentos industriais que têm a Argentina como mercado relevante. A crise econômica argentina, tem gerado impactos negativos na *Indústria de Transformação* neste terceiro semestre.

Tabela 1. Brasil: Taxas de Variação do PIB Trimestral (em %), entre o 1º Tri/15 e o 3º Tri/18 (com ajuste sazonal)

PIB Trimestral	Variação Tri sobre Tri anterior														
	2015				2016				2017				2018		
	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	1 Tri	2 Tri	3 Tri
Ótica da Oferta															
Agropecuária	2,2	-2,8	-0,6	2,3	-7,2	0,1	1,7	4,2	11,0	-3,3	-1,9	-0,1	1,8	0,5	0,7
Indústria	-1,8	-3,3	-1,7	-1,8	-0,7	0,3	-1,4	-1,7	1,0	0,0	0,3	1,1	-0,3	-0,3	0,4
Extrativa	2,9	-0,3	-0,7	-4,2	-0,9	1,0	4,6	1,2	0,8	0,5	-0,4	-0,6	0,2	0,5	0,7
Transformação	-2,4	-4,3	-3,0	-1,9	-0,1	0,8	-1,8	-1,5	1,9	1,0	0,8	1,9	-0,3	-0,7	0,8
SIUP	-2,1	-0,7	3,2	1,7	2,0	2,2	-0,1	0,1	0,7	-0,2	-0,3	0,1	2,3	-0,6	-1,1
Construção	-0,6	-5,5	-1,4	-1,8	-2,7	-2,6	-3,2	-3,2	-1,2	-1,8	-0,8	1,5	-2,9	-0,4	0,7
Serviços	-1,2	-1,5	-1,0	-0,4	-0,2	-0,5	-0,6	-0,7	0,5	0,9	0,4	0,2	0,2	0,3	0,5
Comércio	-2,2	-4,4	-2,7	-2,2	-1,6	-0,8	-1,0	-0,6	0,7	2,3	1,6	0,3	0,6	-0,5	1,1
Transp., armaz. e correio	-3,0	-1,6	-0,8	-1,4	-1,7	-1,2	-2,2	-0,9	2,2	1,0	0,1	0,8	1,3	-1,6	2,6
Informação e comun.	1,3	-2,9	-1,2	-0,7	-0,1	0,4	0,5	-3,8	3,3	-2,0	-0,3	0,9	-1,5	1,4	0,2
Ativ. fin., seg. e serv. rel.	0,3	-0,7	-0,4	-0,7	-0,4	-1,8	-1,2	-1,1	0,0	0,2	-0,1	0,4	-0,1	0,4	0,4
Atividades Imobiliárias	-0,4	-0,6	0,2	0,1	0,5	-0,2	-0,4	0,4	-0,2	1,2	0,8	0,4	0,4	1,3	1,0
Outros Serviços	-1,2	-1,3	-2,4	0,2	0,8	-0,9	-0,2	-0,5	0,7	1,0	0,3	-0,6	0,7	0,2	0,2
APU	-0,3	-0,1	0,5	0,3	0,1	0,1	-0,1	-0,6	-0,2	0,4	0,2	0,1	-0,1	-0,1	0,1
PIB	-0,9	-2,3	-1,5	-0,9	-0,9	0,0	-0,8	-0,3	1,1	0,6	0,4	0,2	0,2	0,2	0,8
Ótica da Demanda															
Consumo das Famílias	-1,7	-1,9	-1,7	-0,7	-1,2	-0,8	-0,3	-0,4	0,5	1,2	1,1	0,2	0,4	0,1	0,6
Consumo do Governo	-0,5	-0,7	0,2	-0,9	1,4	0,0	-0,4	-0,4	-0,8	0,6	-0,4	0,8	-0,3	-0,4	0,3
FBCF	-3,2	-7,8	-4,5	-5,5	-2,1	0,7	-4,1	-2,5	-0,4	1,1	0,8	1,8	0,5	-1,3	6,6
Exportação	6,1	3,7	-0,4	4,2	-0,8	-0,3	-4,2	0,2	5,7	1,6	2,1	-0,6	1,5	-5,1	6,7
Importação	-0,4	-6,3	-8,7	-5,9	-4,7	10,6	-6,5	2,9	1,9	-0,5	4,1	2,0	2,1	-1,2	10,2

Fonte: SCNT/IBGE.

- No caso dos *Serviços*, todos os componentes tiveram resultados positivos, com destaque para Transporte, armazenagem e correio (2,6%).
 - Apesar da agropecuária ter apresentado o maior crescimento, foram os serviços que mais influenciaram o resultado, já que esse setor tem maior peso no PIB (73%). Ainda assim, o resultado está 3,1% abaixo do pico da série da atividade, observado no quarto trimestre de 2014;
 - Todas as atividades de serviços cresceram entre o segundo e o terceiro trimestre, com destaque para *Transporte, armazenagem e correio*, que tiveram alta de 2,6%. Esse crescimento pode ser explicado pela menor base de comparação do segundo trimestre, quando a greve dos caminhoneiros, em maio paralisou o país por 11 dias.

Pela **ótica da demanda**, a *Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)* cresceu 4,3% e o *Consumo das Famílias*, 2,3%. Já o *Consumo do Governo* teve variação positiva de 0,2%. Essa é a primeira vez que todos os componentes da demanda interna tiveram resultado positivo, desde o segundo trimestre de 2014.

- O *Consumo das Famílias* registrou resultado positivo pelo sexto trimestre seguido (+1,4%), influenciado pelas menores taxa de juros, aumento de acesso ao crédito e melhora no mercado de trabalho em comparação com o terceiro trimestre de 2017;
- Já a *FBCF* teve variação positiva de 6,6% no terceiro trimestre de 2018, enquanto que a taxa de investimento atingiu 16,9% do PIB no terceiro trimestre do ano. Esse avanço é justificado pela incorporação de bens destinados à indústria de óleo e gás decorrente de modificações no regime REPETRO.

- Mudança no REPETRO impulsiona investimentos, mas não afeta PIB, isso porque, com mudanças nas regras do REPETRO, as plataformas usadas na exploração do petróleo do país agora passam a ser contabilizadas como investimento - antes, as embarcações produziam petróleo no Brasil, mas eram considerados ativos localizados fora do país.
- As *Exportações* aumentaram 6,7% nos três meses até setembro, enquanto as *Importações* tiveram alta de 10,2% ante o segundo trimestre. Perante o terceiro trimestre de 2017, as vendas externas subiram 2,6% e as compras registraram incremento de 13,5%.
 - As mudanças no REPETRO, regime fiscal aduaneiro que suspende a cobrança de tributos federais na importação de equipamentos para o setor de petróleo, ajudou a impulsionar ritmo das importações. Segundo Rebeca Palis, coordenadora das Contas Nacionais do IBGE, sem a atualização de regras do regime, que incorporou como investimento plataformas de petróleo com produção no país bem como as classificou como importações, as compras externas teriam subido 6,9% e não 13,5% no terceiro trimestre ante igual trimestre do ano anterior, ainda assim cresceriam em cadência mais intensa do que as exportações.

A forte elevação da FBCF no terceiro trimestre de 2018 não pode ser tomada como absoluta, devido ao forte impacto do registro contábil das plataformas de petróleo como importação de bens de capital. Não se trata de algo que vai aumentar a capacidade produtiva do país, já que essas plataformas já operavam no território nacional.

Projeções para o Crescimento Econômico Brasileiro entre 2018/2019

O PIB deve fechar 2018 com crescimento de apenas 1,3%, bem abaixo do esperado no início do ano. A *Tabela 2* a seguir detalha as taxas de crescimento dos principais componentes do PIB. Pelo lado da oferta, a Agropecuária e a Indústria devem registrar taxas de 0,6% e 0,8%, respectivamente, enquanto que os Serviços devem crescer a um ritmo apenas um pouco mais forte que os outros componentes (+1,4%). Pelo lado da demanda, o Consumo das Famílias e a FBCF destacam-se, com expansão de 1,9% e 4,4%, respectivamente. Por outro lado, o Consumo do Governo deve permanecer praticamente estagnado, enquanto que as Exportações Líquidas (Importações – Exportações) devem apresentar contribuição negativa para a expansão do PIB (-4,0%), com as Importações crescendo bem mais do que as Exportações.

Tabela 2. Projeções: Taxa de Crescimento do PIB e de Seus Componentes 2018 a 2019

Componentes do PIB		Observado ⁶						Projeções ⁷	
		2015	2016	2017	1 Tri/18	2 Tri/18	3 Tri/18	2018	2019
OFERTA	Agropecuária	3,3	-5,2	12,5	-3,0	0,3	2,5	0,6	0,9
	Indústria	-5,8	-4,6	-0,5	1,2	0,8	0,8	0,8	2,8
	Serviços	-2,7	-2,3	0,5	1,8	1,1	1,2	1,4	2,9
PIB		-3,5	-3,3	1,1	1,2	0,9	1,3	1,3	2,7
DEMANDA	Consumo das Famílias	-3,2	-3,9	1,4	2,9	1,8	1,4	1,9	2,7
	Consumo do Governo	-1,4	0,2	-0,9	0,7	-0,3	0,3	0,1	0,2
	FBCF	-13,9	-12,1	-2,5	2,6	3,0	7,8	4,4	4,8
	Exportação	6,8	0,9	5,2	5,3	-2,9	2,6	4,6	4,2
	Importação	-14,2	-10,3	5,0	7,8	6,5	13,5	8,6	4,0

Fonte: IBGE/IPEA.

⁶ Os valores observados para 2015, 2016 e 2017 são referentes à taxa acumulada em quatro trimestres enquanto que os valores observados para os três trimestres de 2018 são referentes à taxa de variação trimestral.

⁷ As projeções estão baseadas na Carta de Conjuntura nº 41 do IPEA, disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/181220_cc41_visao_geral.pdf. Acesso em 30 de dezembro de 2018.

Já as projeções para 2019 baseiam-se na já questionável hipótese de que o governo eleito obterá sucesso na implementação imediata das reformas e medidas necessárias à superação da crise, o que levará à renovação do processo de recuperação cíclica, com o PIB atingindo, potencialmente, um crescimento de 2,7% em 2019. Cabe notar que, tanto pelo lado da oferta como pelo lado da demanda, quase todos os componentes do PIB devem apresentar taxas de crescimento em elevação entre 2018 e 2019, com exceção de exportações e importações.

A evolução da taxa de câmbio deverá desempenhar um papel importante nesse cenário, já que sua taxa passou por forte desvalorização (13,2%) entre o início de agosto e o final de setembro. A consolidação do quadro eleitoral levou à valorização do real, de forma que, no final de outubro, a taxa de câmbio voltou ao nível do início de agosto. A nova desvalorização, durante novembro, refletiu um movimento de ajuste pós-eleitoral, em que voltaram a prevalecer as, preocupações em relação à aprovação das reformas.

Não somente a taxa de câmbio sinaliza instabilidade e apresenta-se como risco a ser monitorado. As projeções feitas pelo Grupo de Conjuntura do IPEA consideraram que tais números levam em consideração que o ambiente externo continuará provendo liquidez suficiente durante o período de transição, enquanto as medidas de ajuste necessárias não forem adotadas. Porém, conforme análise feita na sessão **CENÁRIO INTERNACIONAL**, crescem as chances de que o cenário internacional poderá agregar mais incertezas e instabilidades

Produção Industrial cai 1,8% em setembro, refletindo terceira queda consecutiva no setor impactada, principalmente, pelo setor de fabricação de veículos.

A Produção Física Industrial, em setembro de 2018, recuou 1,8% em relação a agosto, a terceira queda consecutiva na variação mensal, desde 2015. Com isso, o resultado foi pior que o esperado pelo mercado, que previa queda de 1,1%, segundo dados do Valor Data. No mês de setembro todas as categorias de uso tiveram queda, com destaque para a categoria de *Bens de Consumo Duráveis* (-5,5%) que recuou após estagnação em agosto de 2018 (0,0%). Outro destaque foi a categoria *Bens Intermediários* (-1,0%) computando a segunda queda consecutiva dessa categoria.

Tabela 3. Brasil: Desempenho Trimestral da Indústria por Categoria de Uso, Resultados Mensais do Trimestre Encerrado em set/18, Comparações Interanual, Mensal e Trimestral (com ajuste sazonal), e acumulado em 12 meses

Categoria de uso	% contra mês anterior (c/ ajuste sazonal)			MoM	3° Tri	Acum. Ano	12 Meses	Pico (12 meses)	Período
	ago/18	set/18	out/18						
Geral	-0,7	-1,8	0,2	4,1	-2,8	1,9	2,7	11,5	nov/10
Bens de Capital	6,2	-1,8	1,5	7,4	-2,0	9,1	9,2	22,9	nov/10
Bens Intermediários	-2,3	-1,2	-0,3	3,9	-1,3	1,5	1,7	11,8	nov/10
Bens de Consumo	-0,2	-1,6	0,2	4,4	-4,1	2,4	3,2	9,2	fev/05
Bens de Consumo Duráveis	0,2	-6,6	4,4	17,0	-6,0	11,6	13,1	21,6	nov/04
Semi-Duráveis e Não Duráveis	-1,2	-0,9	-0,2	1,4	-3,4	0,1	0,8	7,4	ago/05

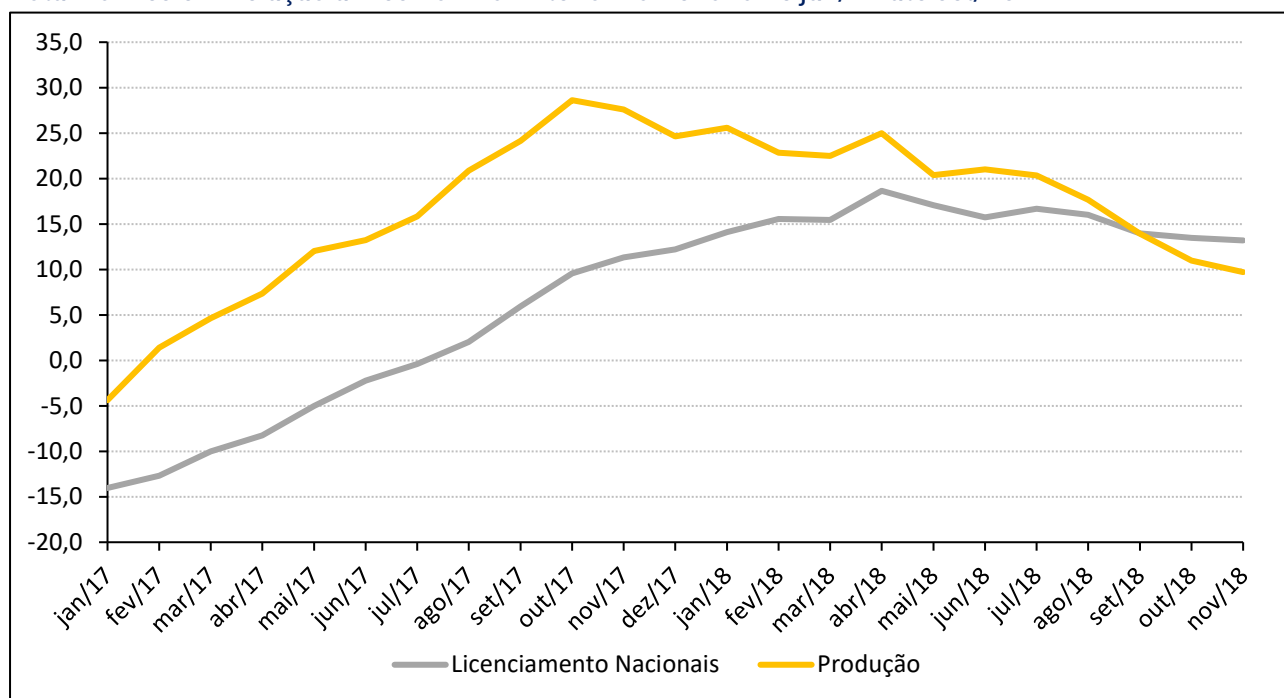
Fonte: PIM-PF/IBGE.

No âmbito das atividades industriais, 16 dos 26 setores, apresentaram queda no mês de setembro segundo o IBGE. O principal segmento responsável pela queda na categoria *Bens Intermediários* foi o setor *Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis* (-1,5%), queda que representa a segunda consecutiva do setor no ano, desde fevereiro. Esse decréscimo pode ser, ainda, tanto reflexo do acidente na refinaria de Paulínia (a principal refinaria no Brasil) que está operando com 50% da capacidade no mês de setembro, como pode ser reflexo da valorização do real por ter aumentado o consumo de etanol derivado do milho, afetando o segmento de biocombustível, impactando negativamente o setor. Na categoria *Bens de Consumo Duráveis*, o principal impactante é o setor de *Fabricação de veículos, reboques e carrocerias* (-5,11%), decréscimo que deve-se à baixa nas

exportações causada pela crise da Argentina, que absorve 70% das exportações de veículos fabricados no Brasil. Em contrapartida as vendas internas vinham, nos meses anteriores, impedindo que a produção diminuísse, o que não aconteceu no mês de setembro, já que os licenciamentos caíram 14,3%, reflexo de um recuo do comércio no mês de setembro (ver [Comércio](#)).

No período de janeiro a setembro de 2017, o ciclo de retomada da produção de veículos ocorreu, principalmente, devido às exportações que, nesse período, girava em torno de 35% da produção total. Em 2018, até agosto, observa-se redução da participação das exportações na produção total para 26,8% e isso não ocorre devido uma redução em números absolutos, mas sim pelo crescimento da produção em função da demanda interna, que demonstra alguns sinais de retomada com crescimento de 27,7% dos licenciamentos nacionais em igual período, acompanhada da variação de estoques nos primeiros, fato que não acontecia há três anos com o início da crise.

Gráfico 5. Brasil: Média de 12 Meses da Variação (%) dos Licenciamentos Nacionais e da Produção Total do Mês em Relação a Mês do Ano Anterior no Período de jan/17 até set/18



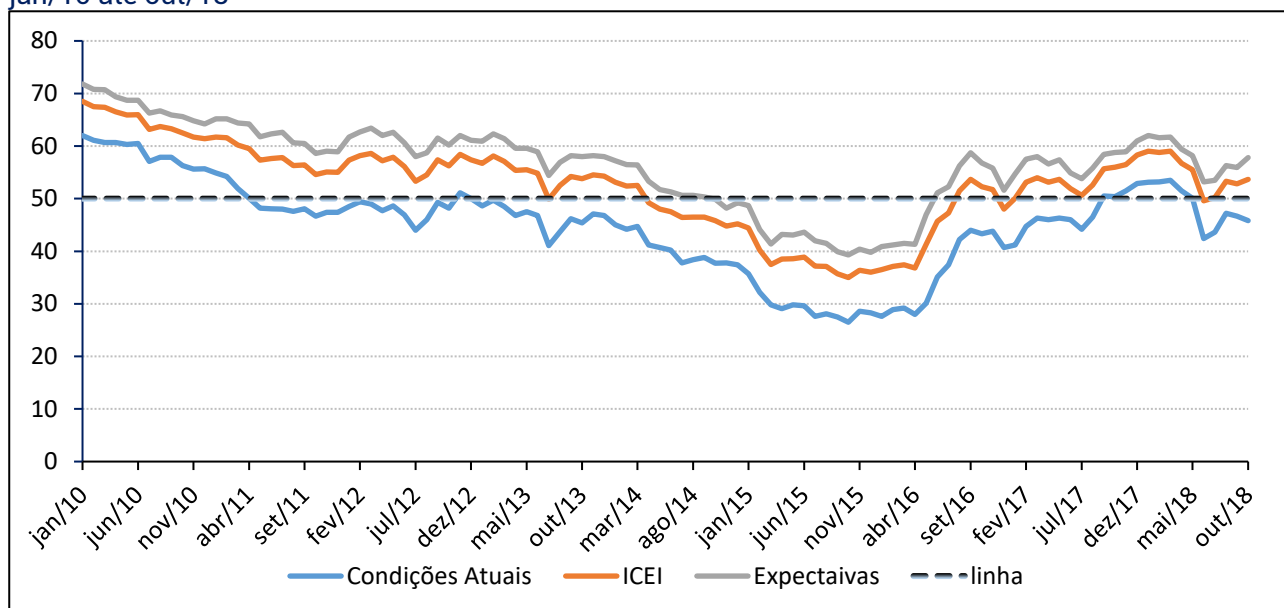
FONTE: ANFAVEA.

Dos setores com maior influência sobre os resultados de setembro, destacam-se *Metalurgia* (+5,43%) e *Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos* (+2,14%). No que concerne à *Metalurgia*, destaca-se, segundo levantamento da Wordsteel⁸ que registrou aumento de 4,4% na produção de aço. O impacto foi sentido também no Mercado de Trabalho Brasileiro, que segundo dados do CAGED, registrou aumento de 2.142 novos postos de trabalho na categoria *Indústria metalúrgica*, no mês de setembro.

De acordo com o [Gráfico 6](#), o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), de setembro para outubro, computou acréscimo de 0,9 p.p. (53,7). Com o nível registrado, o ICEI registra recuperação após uma diminuição no mês anterior de 0,5 p.p., acumulando alta de 4,1 p.p. nos últimos quatro meses.

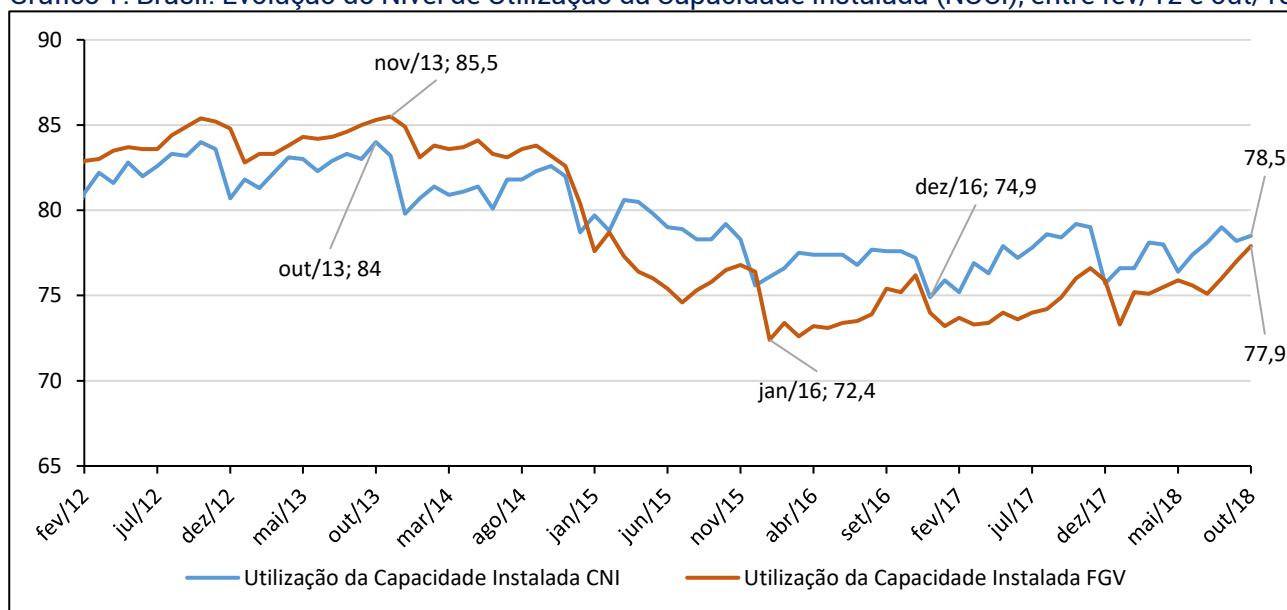
⁸ Disponível em <https://www.valor.com.br/empresas/5946265/producao-mundial-de-aco-bruto-cresce-em-setembro-aponta-worldsteel>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

Gráfico 6. Brasil: Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), resultados mensais do período de jan/10 até out/18



As expectativas para os próximos seis meses (57,8) ficaram acima da linha divisória do pessimismo e otimismo, reflexo de melhoria quanto às expectativas referentes ao ambiente político do Brasil. A confiança das grandes empresas é maior do que nos outros segmentos, computando índice de 54,9 no mês de outubro.

Gráfico 7: Brasil: Evolução do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI), entre fev/12 e out/18



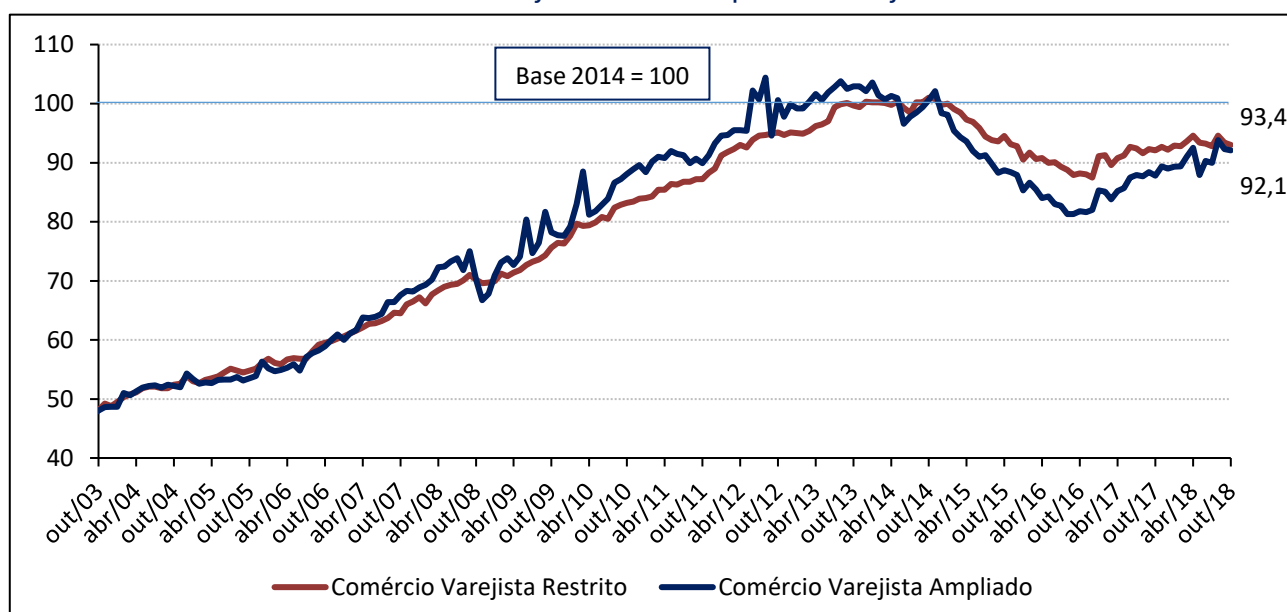
Já o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI), segundo o Gráfico 7, ficou em 78,5% no mês de outubro, segundo a metodologia da CNI, um acréscimo de 0,3 p.p. ante o mês de setembro (78,2). Com esse resultado a NUCI mostra-se acima do período pré-greve dos caminhoneiros, porém ainda muito abaixo do patamar mantido até 2014.

2.2.2. Comércio

Com recuo de 0,4% em relação a setembro, e alta de 2,2% no acumulado do ano, o volume de vendas no mês de outubro reforça a avaliação de continuidade de lenta retomada nas vendas do comércio varejista

A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) realizada pelo IBGE apontou recuo de 0,4% no volume de vendas no comércio varejista nacional na variação mensal entre setembro e outubro de 2018. A queda do volume de vendas em outubro deu-se pelo contingenciamento do orçamento das famílias em face às dificuldades de obter crédito e a necessidade de manter o seu padrão de consumo. O obstáculo ao crédito e motor do contingenciamento é o custo do endividamento medido pelas taxas de juros praticadas no mercado creditício. O recuo apontado pela PMC reduziu o resultado acumulado de 12 meses para 2,7% e no acumulado de janeiro a outubro de 2018 para 2,2%. Apesar da queda na variação mensal, ao comparar com o mesmo período em 2017, existe melhora no desempenho, avanço de 1,9 explicado pela menor oscilação de resultados em 2018 e manutenção dos pontos do índice de volume de vendas da PMC em níveis próximos do alcançado no último bimestre de 2017 (Gráfico 8).

Gráfico 8. Brasil: Índice do Volume do Varejo Restrito e Ampliado com ajuste sazonal de out/03 a out/18



Fonte: PMC, IBGE.

O segmento de combustíveis e lubrificantes apresentou redução do volume de vendas que era 2,0% em setembro e passou para 1,2% em outubro. Contribuiu para esta queda, o aumento de preços de 0,92% no segmento segundo o IPCA, somada a baixa demanda em outubro pelos serviços de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, que caíram 0,2% em outubro segundo dados da PMS.

O segmento de hipermercados, supermercados e produtos alimentícios contribuiu para a melhora do comércio ao sair de um recuo de 1,3% em setembro para crescimento de 0,3% em outubro. Este resultado é importante dado o tamanho deste segmento no comércio, com a Confederação Nacional do Comércio (CNC) projetando vendas de R\$ 12,4 bilhões para o final do ano.

Tabela 4. Brasil: Variações Mensais das Atividades do Comércio Varejista Ampliado em out. 2018

Atividades	Variação Mensal % (*)			Out/18 (**)	Acum. do ano(%)	12 meses %
	ago/18	set/18	out/18			
Comércio Varejista Restrito	1,9	-1,3	-0,4	1,9	2,2	2,7
Combustíveis e lubrificantes	3,7	-1,9	-1,2	-5,7	-5,7	-5,6
Hiper., super., prod. Alim., beb. e fumo	0,7	-1,3	0,3	2,2	4,1	4,4
Super e hipermercados	0,8	-1,2	0,2	2,1	4,4	4,9
Tecidos, vestuário e calçados	3,9	0,6	-2,0	4,1	-2,3	-0,1
Móveis e eletrodomésticos	2,0	1,5	-2,5	-1,8	-1,1	1,4
Móveis	-	-	-	-0,6	-3,3	-1,1
Eletrodomésticos	-	-	-	-2,2	0,6	2,9
Art. farm., méd., orto., perf. e cosm.	0,8	-0,3	0,9	6,8	5,5	5,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	-4,3	-2,7	-7,4	-23,1	-11,2	-10,3
Equip. e mat. Escrit., inform. Comum.	1,5	-0,2	-0,8	3,2	0,1	-2,6
Outros art. uso pessoal e doméstico	2,4	-1,0	0,7	7,8	7,3	6,4
Comércio Varejista Ampliado	4,2	-1,6	-0,2	6,2	5,3	5,7
Veículos, motocicletas, partes e peças	5,5	-0,1	0,1	20,1	16,2	14,7
Material de construção	3,8	-1,5	1,3	6,6	4,2	5,4

Fonte: PMC, IBGE.

* Contra o mês anterior. ** Contra o mesmo período do ano anterior.

O segmento de *livros, jornais, revistas e papelaria* apresentou recuo pelo sexto mês seguido com forte queda de 7,4% na variação mensal, em face do fechamento de pontos físicos de vendas, indicando contração de investimentos neste setor, resultado de redução de gastos das famílias e mudanças na preferência do consumidor que migra para o uso de meios eletrônicos em detrimento dos meios impressos.

O comércio varejista ampliado recuou 0,2% em volume de vendas em outubro de 2018 quando comparado ao mês anterior, a redução da queda pode ser creditada a melhoria no desempenho do segmento *materiais de construção* que inverteu da trajetória de recuo, avançando 1,3% em outubro frente a queda de 1,5% no mês anterior. O setor mostra avanço de 5,4% no comparativo dos últimos 12 meses e sobre o mesmo período do ano passado em 6,6%.

Os segmentos do varejo restrito e ampliado apresentaram recuos em suas variações mensais, porém em ritmo menor que o do mês anterior. O resultado deu-se diante da melhora no mercado de trabalho que amplia o número de contratações no último bimestre de 2018 criando, no país, 58.664 vagas formais de trabalho em novembro segundo dados do CAGED. A maior capacidade de consumo das famílias responde por um dos principais motivos que levou o empresariado do comércio a ampliar o ritmo de contratações para 88.587 novos postos formais de trabalho em novembro. Entretanto, para recuperação mais robusta no volume de vendas do comércio, o mercado de trabalho precisa continuar avançando, pois, o desemprego encontra-se em níveis elevados (12,4 milhões de desempregados segundo a última PNAD do IBGE).

O maior nível de contratações formais em novembro contribuiu para estimativas de ampliação do faturamento do comércio. A CNC projetou vendas de R\$ 34,6 bilhões para dezembro de 2018, alta de 3,1% em relação ao desempenho alcançado no ano anterior.

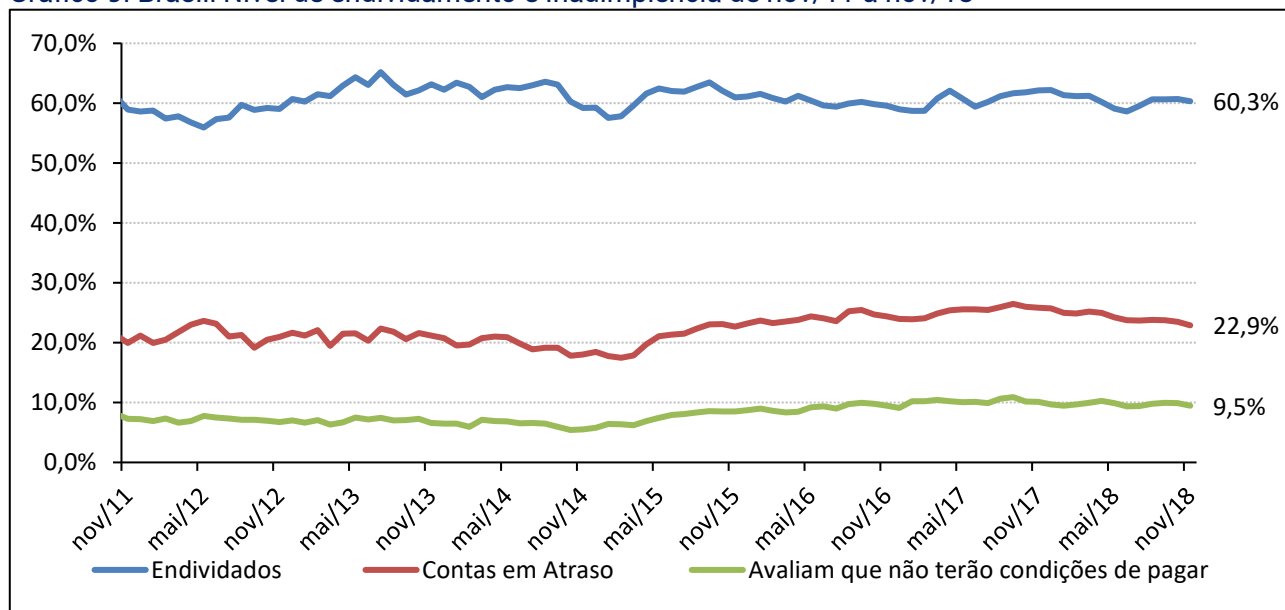
2.2.3. Endividamento e Crédito

Em novembro de 2018, a PEIC medida pela CNC indicou estabilização do nível de endividamento no comércio nacional em 60,3%, indicando que não houve expansão na contração de crédito pelas famílias para o consumo.

Apesar do aumento da massa de rendimentos proveniente do aumento das vagas formais de trabalho, além do crescimento da ocupação informal, estes ainda não são suficientes para manter o ritmo de vendas apresentado em agosto deste ano. Isto porque, embora os níveis de endividamento e inadimplência estejam regredindo lentamente, ainda estão em um patamar elevado, absorvendo recursos das famílias para a quitação de dívidas.

Os níveis elevados de inadimplência apontam que, em outubro, 9,5% das famílias declararam não ter condições de pagar suas dívidas e 22,9% das famílias declararam ter contas em atraso. Estes dados contribuem para tornar o crédito disponibilizado pelo mercado financeiro mais caro, reduzindo as compras a prazo feitas no comércio (Gráfico 9).

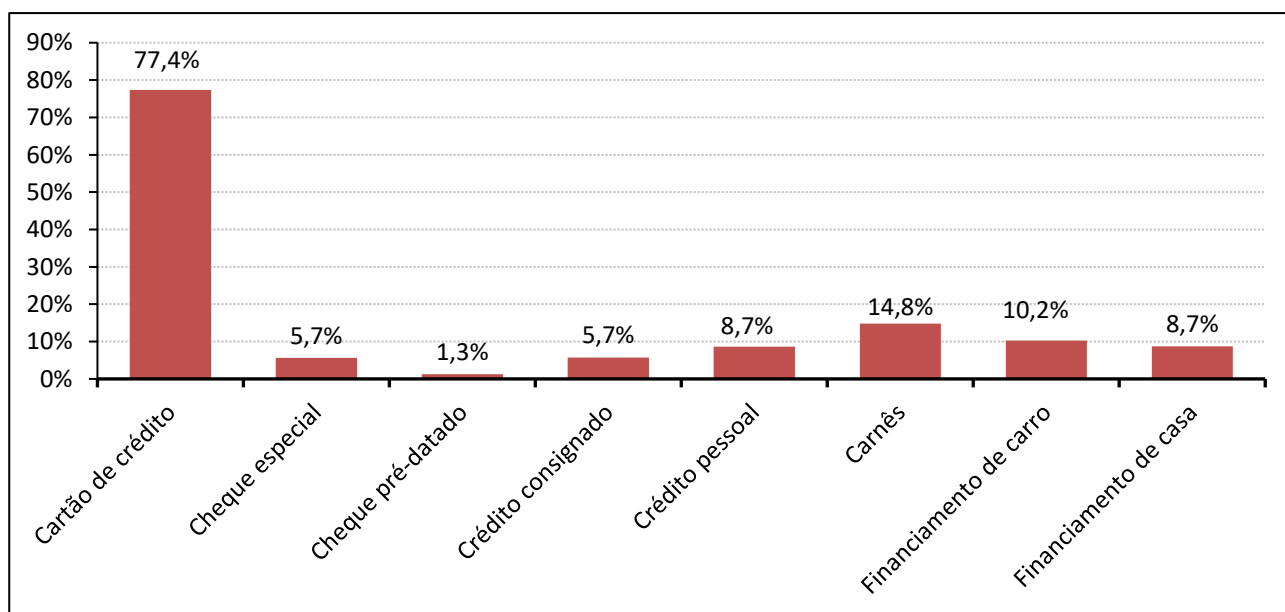
Gráfico 9. Brasil: Nível de endividamento e inadimplência de nov/11 a nov/18



Fonte: CNC.

Ao analisarmos a concentração das dívidas por tipos (Gráfico 10), o cartão de crédito aparece com 77,4% do total de dívidas, seguido por carnês com 14,8% e o financiamento de carros com 10,2%. Entretanto, ao analisarmos a concentração destas dívidas conforme a renda mensal das famílias, observa-se mudança de peso da dívida com financiamento de carro que assume a segunda posição e representa 19,5% do peso no total de dívidas para aqueles com renda superior a 10 salários mínimos mensais.

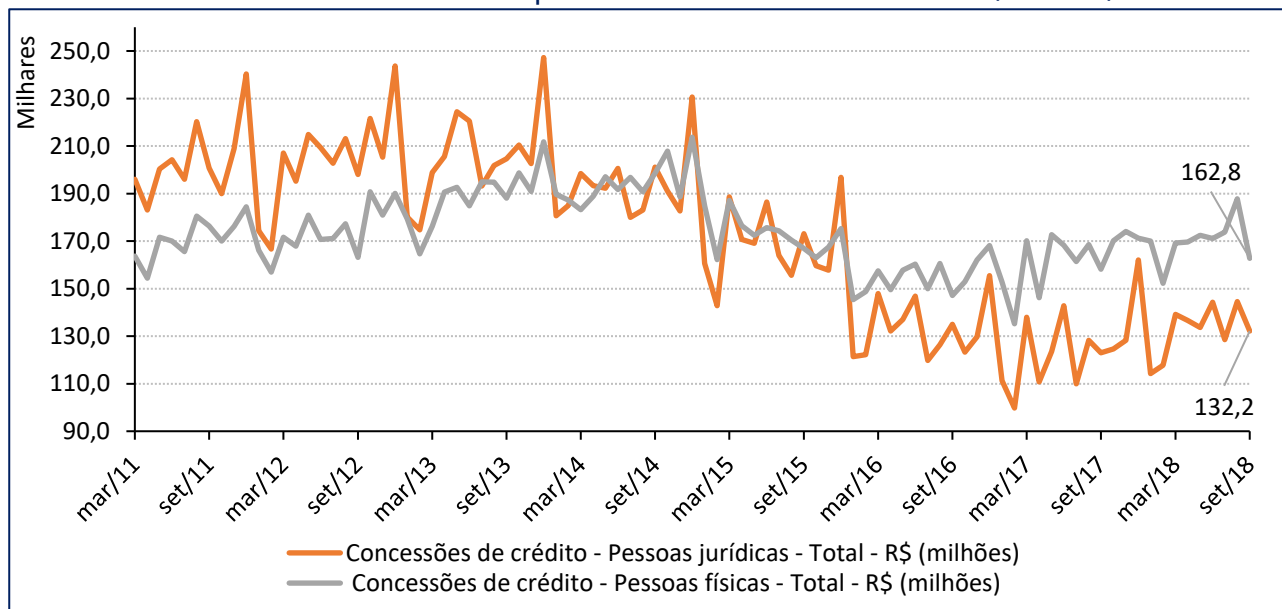
Gráfico 10. Brasil: Concentração e Tipos de dívidas em novembro de 2018



Fonte: CNC.

O nível de crédito é um importante indicador para o comércio, pois, em níveis crescentes, possibilita a ampliação da margem de vendas pelo lado do consumo e, para os empresários do setor, a possibilidade de expandir investimentos em estoques e contratações. Como efeito direto dos elevados níveis de endividamento e inadimplência observados no terceiro trimestre deste ano, houve queda na concessão de crédito para pessoa física e jurídica de agosto a setembro, conforme dados do Banco Central ([Gráfico 11](#)).

Gráfico 11. Brasil: Concessões de Crédito para Pessoa Física e Jurídica de mar/11 a set/18



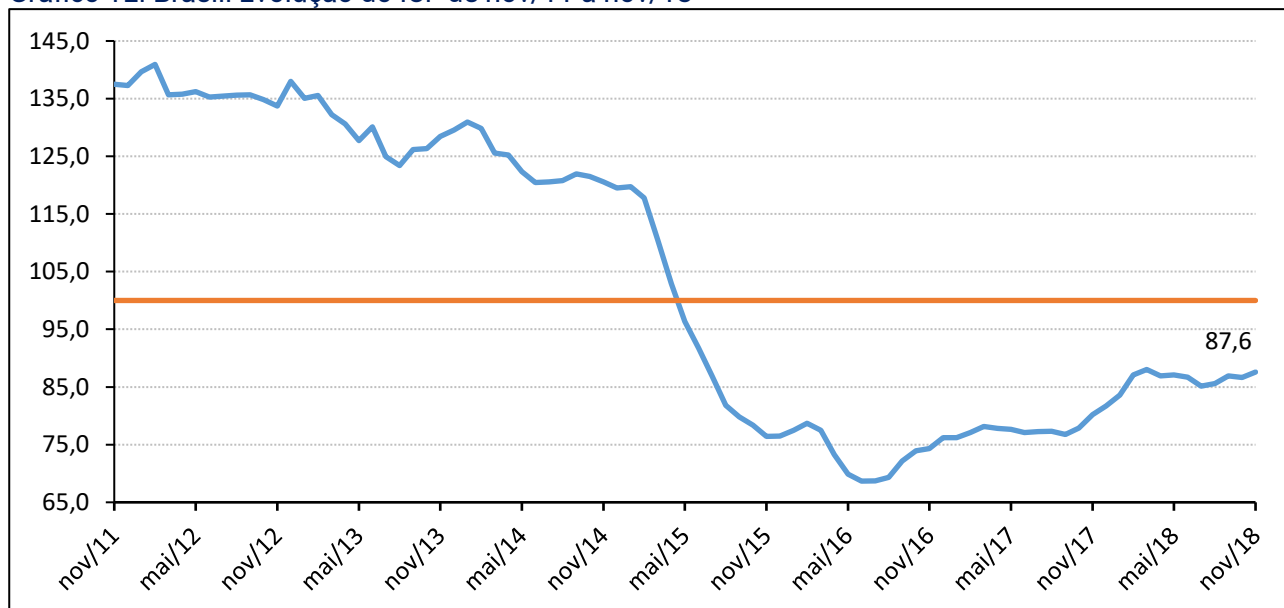
Fonte: BACEN.

Intenção de Consumo das Famílias (ICF)

A pesquisa ICF realizada pela CNC, que mede a intenção de consumo das famílias alcança sua segunda melhor pontuação no ano e avança 1,1% em novembro de 2018 em um comparativo mensal. A melhora deste indicador antecedente do nível de vendas no comércio se deve à melhora em suas perspectivas de consumo e o nível de consumo atual, tendo em vista a proximidade com a principal data festiva do comércio em dezembro.

A atual conjuntura econômica brasileira impacta positivamente nas perspectivas de consumo, refletindo o atual momento de melhora dos níveis de contratação no mercado formal de trabalho. Ao alcançar 87,6 pontos, aproximou-se de seu melhor momento neste ano obtida no mês de março quando o indicador tinha 88 pontos, em um período anterior à greve dos caminhoneiros. Apesar da melhora do otimismo do consumidor, este ainda se encontra abaixo do grau de satisfação da pesquisa que é de 100 pontos e que não é atingido desde abril de 2015, conforme o [Gráfico 12](#) a seguir que mostra a evolução da avaliação de intenção de consumo.

Gráfico 12. Brasil: Evolução do ICF de nov/11 a nov/18

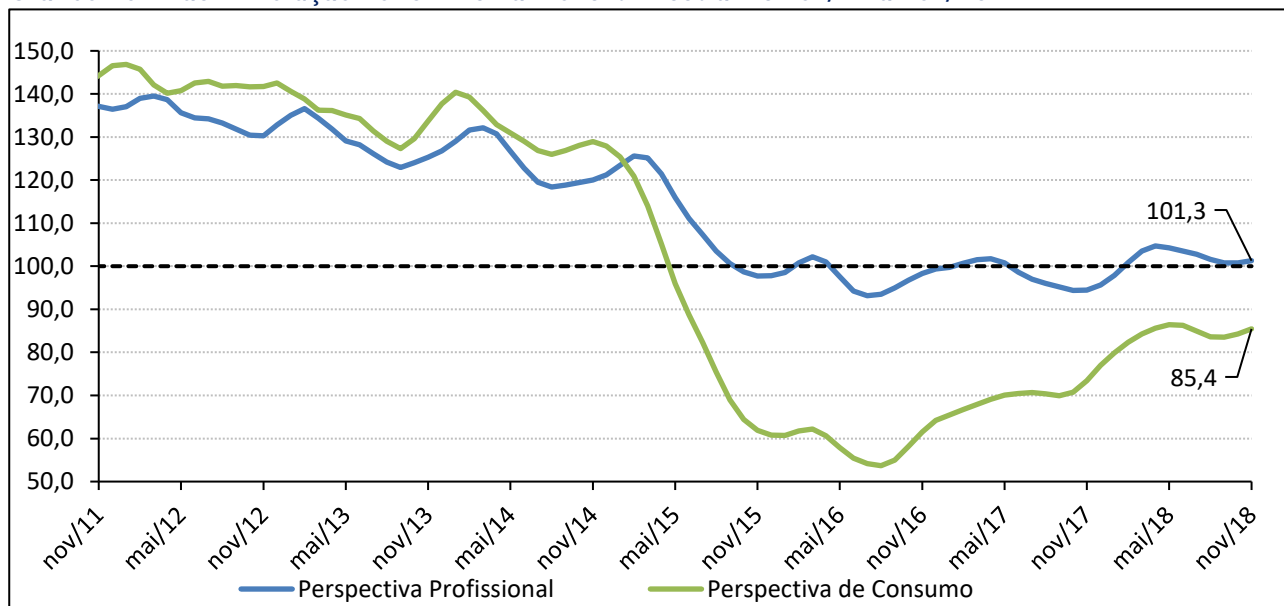


Fonte: ICF/CNC.

O nível das perspectivas profissionais alcançou 101,3 pontos, sendo 15 pontos maior que o nível das perspectivas de consumo que alcançou 85,4 pontos. Esta diferença indica o potencial de crescimento das expectativas futuras do consumidor, porque o aumento do otimismo na perspectiva profissional em sua área de trabalho favorece a programação de gastos dentro do seu orçamento familiar com o consumo futuro.

O distanciamento entre as duas tendências observado a partir de mai/15 e aprofundado em jul/16 se deve ao alto nível de inadimplência na economia durante este período, que mantém elevadas a restrição ao crédito para consumo e reduzem o ritmo de compras feitas a prazo, conforme o Gráfico 13.

Gráfico 13. Brasil: Evolução do ICF média móvel trimestral de nov/11 a nov/18

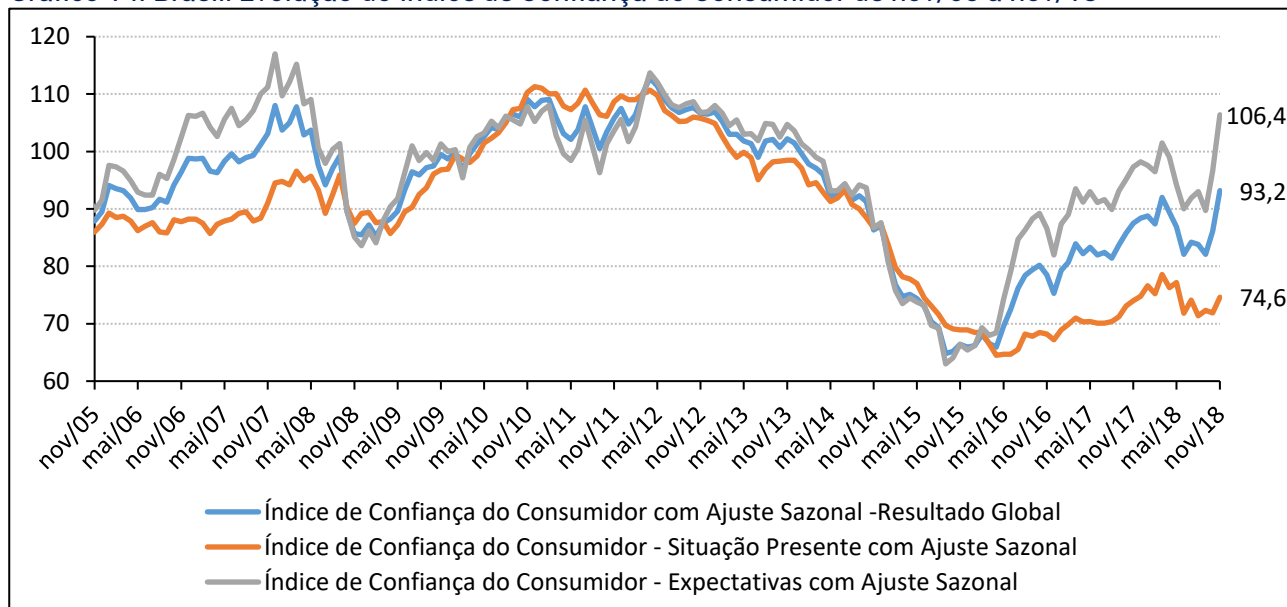


Fonte: ICF/CNC.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da FGV que capta a avaliação do consumidor relacionada a suas finanças pessoais e percepção de gastos presente e futuro, alcançou 93,2 pontos em nov/18. O subcomponente responsável pelo bom desempenho do índice é a perspectiva positiva do consumidor que tem indicado expansão dos gastos, alcançando 106,4 pontos em sua evolução das expectativas com ajuste sazonal. A melhora do cenário futuro do consumo colabora para tracionar positivamente os

dados da situação presente que estão baixos dado o cenário de baixa poupança das famílias no segundo trimestre de 2018, identificado na pesquisa e que alcançou 74,6 pontos com ajuste sazonal, conforme o [Gráfico 14](#) a seguir.

Gráfico 14. Brasil: Evolução do Índice de Confiança do Consumidor de nov/05 a nov/18



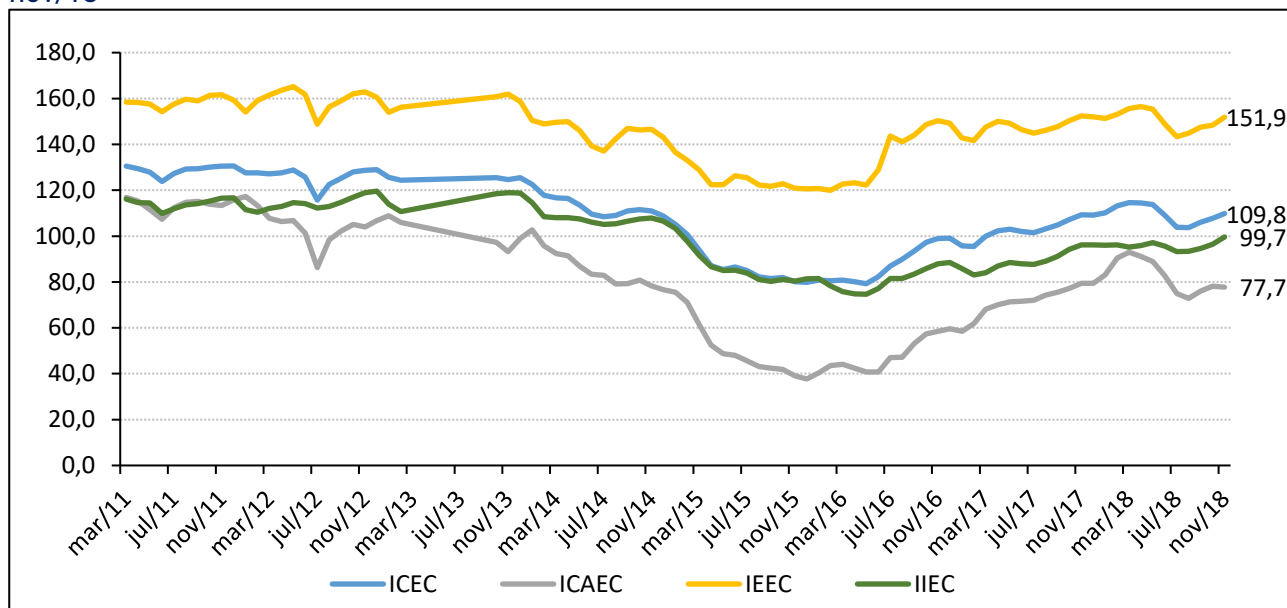
Fonte: ICC/FGV.

Índice Confiança do Empresário do Comércio (ICEC)

O indicador da CNC que mede o nível de confiança empresarial no Brasil registrou a sua maior alta em nove meses com 1,4% em sua variação mensal, alcançando 109,8 pontos em novembro de 2018. A atual pontuação do ICEC confirma a tendência de novos investimentos no comércio como contratações neste fim de ano, com o subcomponente IIEC que analisa nível de investimentos, estoques e contratações de funcionários atingindo 99,7 pontos e subindo pelo terceiro mês consecutivo. A melhora do nível de confiança empresarial em contratar confirma a tendência de melhora no mercado de trabalho nacional que no terceiro trimestre gerou 308 mil vagas de emprego formal.

O subcomponente IIEC que analisa as expectativas empresariais em relação à economia, às empresas comerciais e ao setor do comércio, mostra tendência de elevação continuada e atingiu 151,9 pontos dentro do ICEC. O subcomponente IIEC está ancorado na melhora das despesas com consumo das famílias que cresceu 2,3% no terceiro trimestre, conforme dados do IBGE. O consumo das famílias vem avançando gradativamente e o melhor trimestre dos últimos quatro anos no mercado formal, segundo dados do CAGED, projetam a manutenção das expectativas dos empresários do comércio em níveis acima do grau de satisfação da economia no indicador que é de 100 pontos, conforme o [Gráfico 15](#) a seguir.

Gráfico 15. Brasil: Evolução do Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC) - mar/11 a nov/18



Fonte: ICEC/CNC.

O subcomponente ICAEC que mede as condições atuais da empresa, da economia e do setor comércio, alcançou 77,7 pontos contaminado pela insegurança econômica vivida durante o período eleitoral. O indicador tende a elevar sua pontuação na medida em que começa a sofrer os impactos positivos da esperada ampliação do volume de vendas, projetado no otimismo que os demais subcomponentes do ICEC apresentam.

As expectativas empresariais diante da redução do desemprego em diversos setores da economia e a definição do cenário eleitoral, levaram a CNC a revisar de 1,3% para 1,4% o crescimento do PIB em 2018 e ajustando para 2,7% a previsão de crescimento do PIB para 2019. A instituição também revisou para cima a previsão de vendas no varejo para 4,5% em 2018 e de 5,2% em 2019, como reflexo das expectativas com a evolução esperada para a economia nacional no fechamento do quarto trimestre de 2018.

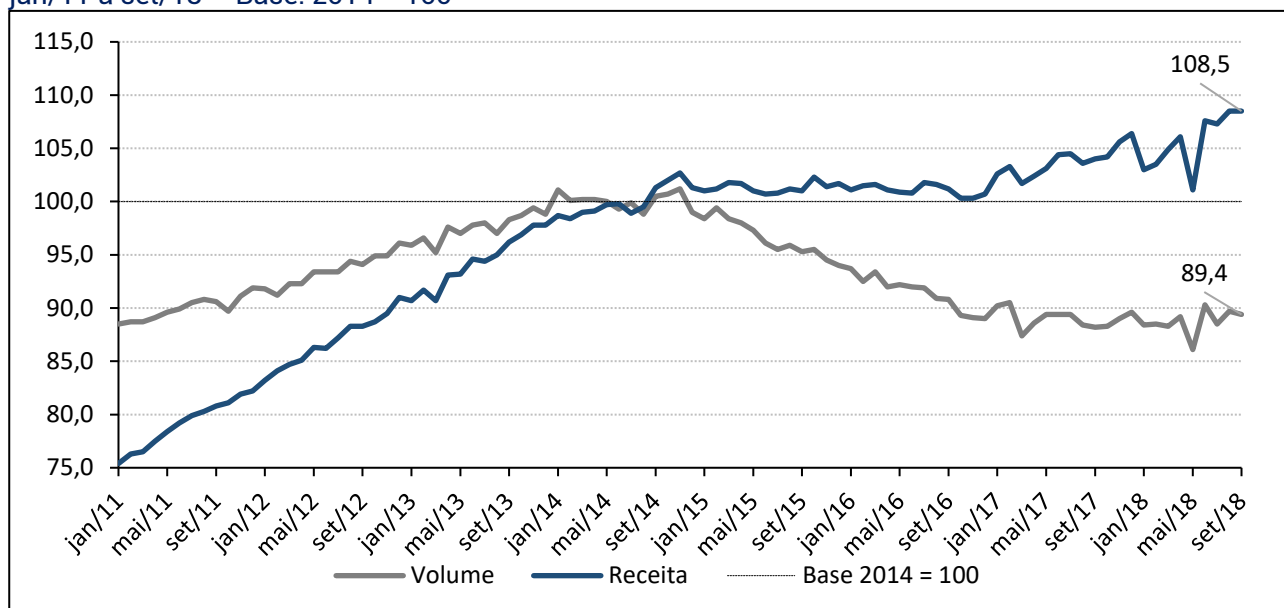
2.2.4. Serviços

Em setembro de 2018, o Volume de Serviços com ajuste sazonal, registrou queda de 0,3%, em relação a agosto de 2018, ocasionada principalmente pelo segmento Transportes (-1,3%). Os crescimentos pontuais apresentados pelo setor ainda não podem ser vistos como sinais de retomada.

O Volume de Serviços apresentou queda de 0,3% em setembro de 2018, em relação a agosto de 2018, de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) foi o pior resultado para o mês após três anos. Em relação a setembro de 2017, os serviços cresceram 0,5%, segunda taxa positiva consecutiva. Os resultados positivos no volume de serviços ocorreram devido à base de comparação deprimida, não pelo crescimento de dinamismo do setor. No acumulado do ano, o setor de serviços apresentou a taxa negativa (-0,4%) menos intensa desde janeiro de 2015. Seguindo a mesma tendência, no acumulado de 12 meses, a queda foi de 0,3%, a menos intensa desde julho de 2015. O indicador encontra-se 11,5 p.p. abaixo do ponto mais alto da série histórica, registrado em novembro de 2014 (Tabela 5).

Conforme o Gráfico 16, a Receita Nominal do setor estagnou no mês de setembro em relação a agosto e tem se mantido acima da média de 100 pontos. Em setembro de 2018, o índice se configurou como o ponto mais alto da série histórica. Em termos reais, a receita de serviços registrou queda de 0,5% em setembro de 2018, e o índice se encontra 22,9 pontos abaixo do ponto mais alto da série histórica, registrado em novembro de 2013.

Gráfico 16. Brasil: Índice do Volume de Serviços e Receita Nominal de Serviços, com Ajuste Sazonal - jan/11 a set/18 – Base: 2014 = 100



Fonte: PMS/IBGE.

Paralelo ao resultado do volume e receita de serviços, o mercado de trabalho formal do setor apresentou queda no ritmo de contratações em setembro de 2018, ficando 9,8% inferior a agosto de 2018, apesar da queda, quando comparado a de 2017, o setor de serviços registrou melhoras no saldo de contratações líquidas (+469%).

Conforme a [Tabela 5](#), a queda no Volume de Serviços em setembro de 2018, foi acompanhado por três das cinco atividades, com destaque para o setor *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio*⁹, que apresentou queda de 1,3% no mês de setembro comparado ao mês de agosto.

Tabela 5. Brasil: Índice do Volume de Serviços por Atividades – set/18 contra o mês anterior, contra o mesmo mês do ano anterior, acumulado dos 12 Meses, acumulado do ano, pico histórico e data do pico histórico

Atividades	Var. Mensal ¹ (%)		MoM	Acum. do ano (%)	12 meses %	Índice ¹	Pico Histórico ¹	Data
	ago/18	set/18	Set/18					
Volume de Serviços - Brasil	1,4	-0,3	0,5	-0,4	-0,3	89,7	101,2	nov/14
Serviços prestados às famílias	-0,7	1,4	0,4	-0,8	-0,8	90,3	104	out/13
Serviços de alojam. e alimentação	-0,9	1,2	0,9	0	0	91,3	103,2	jul/13
Outros serviç. prestados às famílias	0,9	2	-2,6	-4,8	-4,5	85,3	111,1	out/13
Serviços de informação e com.	-0,5	0,4	2,2	-1,2	-1	93,5	104,1	mar/15
Serv. de tec. da inf. e com. (TIC)	-0,2	0,1	3,1	-1	-0,7	97	104,4	mar/15
Telecomunicações	-0,3	-0,4	-1	-3,4	-3,2	90,7	102,7	out/14
Serviços de tecn. da informação	-0,4	1,3	12,3	4,6	4,2	111,6	114,2	jun/18
Serviços audiovisuais	-1,5	1,4	-3,8	-2,8	-2,3	77,2	115,2	jun/14
Serv. Prof., adm. e complementares	3,1	-1,4	-2,3	-1,9	-2,8	84,4	101,1	out/14
Serviços técnico-profissionais	2,9	1,3	-3,1	0,2	-1,7	69,9	111	jan/14
Serviços adm. e complementares	2,7	-1,9	-2,1	-2,6	-3	90,2	102,1	dez/14
Transp., ser. aux. transp. e correio	2,8	-1,3	1,6	1,3	2,6	92,5	101,7	nov/14
Transporte terrestre	0,5	-1,6	0,9	2,4	3,5	85,8	103,4	fev/14
Transporte aquaviário	9,5	-0,1	0	-1,2	5,2	128,9	135,1	abr/17
Transporte aéreo	22,4	-1,4	20,1	3,1	-4,3	94,6	118,5	mai/15
Armaz. serv. aux. aos transp. e corr.	2,8	0,4	-1,6	-0,4	2,4	98,8	106	jan/14
Outros serviços	1	-3,2	-4	1,6	-0,8	81,2	107,1	jan/12

¹Base com ajuste sazonal

Fonte: PMS/IBGE.

⁹O segmento tem maior influência no índice geral, já que detém 31,2% de participação no resultado do setor de Serviços.

O comportamento dos *Serviços* também depende do que ocorre na indústria, comércio e agricultura. No mês de setembro de 2018 houve queda de 1,8% no índice geral da produção industrial, queda acompanhada pela produção de produtos alimentícios (-1,3%), fabricação de coque, produtos derivados de petróleo e biocombustível (-1,5%), entre outros segmentos, indicando que há menos bens a serem transportados (ver Produção Industrial).

No mês de setembro, o segmento que amenizou a queda do Volume de *Serviços* foram os *Serviços de informação e comunicação*, que apresentaram crescimento de 0,4% em comparação a agosto de 2018, o segmento detém 30,8% de participação no resultado do setor de serviços.

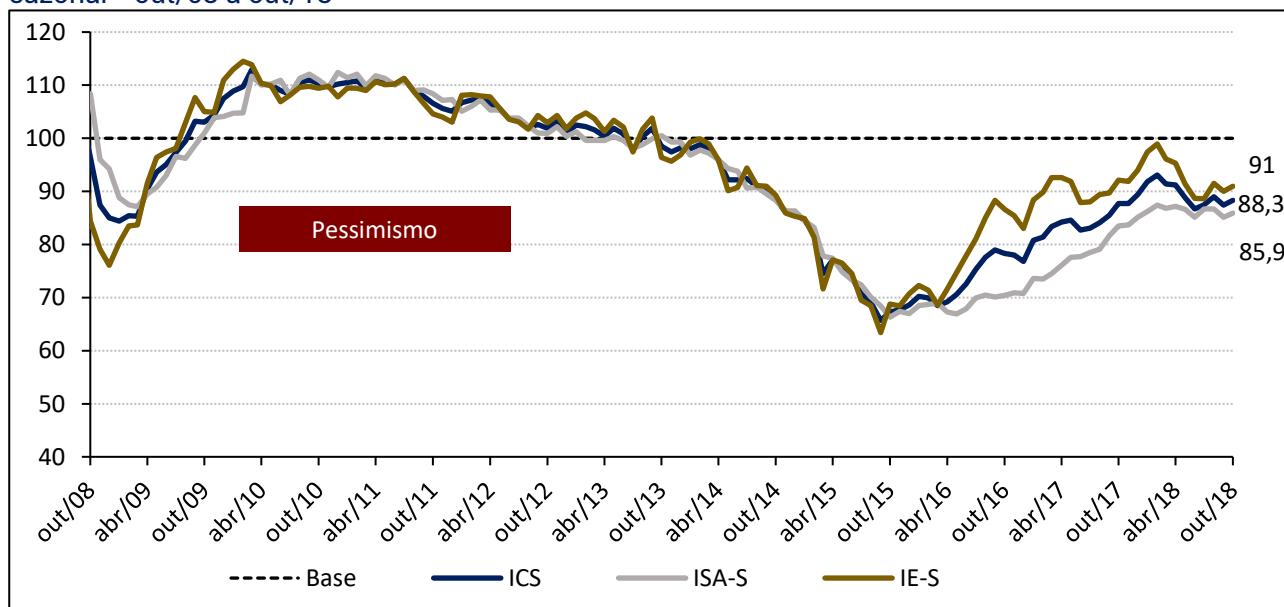
- No geral, os *Serviços de tecnologia da informação* foi a atividade que chegou mais próximo (-2,6 pontos) do pico da série histórica. Excetuando-se os serviços de TI, todas as atividades encontram-se distantes do ponto mais alto da série histórica, com destaque para outros serviços prestados às famílias (-25,6 p.p.) e *Transporte aéreo* (-23,9 p.p.).

A recuperação no setor ainda é lenta por apresentar crescimentos pontuais que ainda não podem ser vistos como sinais de retomada, uma vez que o índice em set/18, na série com ajuste sazonal, mantém-se no mesmo patamar de maio de 2017.

O Índice de Confiança de Serviços, produzido pela FGV cresceu 0,9 pontos no mês de outubro de 2018

Conforme o [Gráfico 17](#), o Índice de Confiança de Serviços (ICS) apresentou crescimento de 0,9 p.p. em outubro de 2018 frente ao mês anterior. Todos os indicadores que compõe o índice síntese também apresentaram crescimento no mês de outubro, fato que não ocorria desde fev/18. A melhora nos indicadores está associada as definições no cenário político em outubro, que atuou na redução de incertezas dos empresários do segmento, no entanto todos os índices encontram-se abaixo da linha de otimismo. O índice de Situação Atual dos Serviços (ISA-S) cresceu 0,8 p.p., ocasionado, principalmente, pelo índice que avalia o grau de satisfação com o volume de demanda atual, que avançou 1,0 p.p. no mês. Quanto ao Índice de Expectativas do Setor de Serviços (IE-S), o crescimento no mês de outubro foi de 1,1 p.p., provocado pelo otimismo das empresas na situação dos negócios nos seis meses seguintes.

Gráfico 17. Brasil: Índice de Confiança de Serviços e Índice da Situação Atual de Serviços, com ajuste sazonal - out/08 a out/18



Fonte: ICS; ISA-S; IE-S/FGV.

2.2.5. Inflação

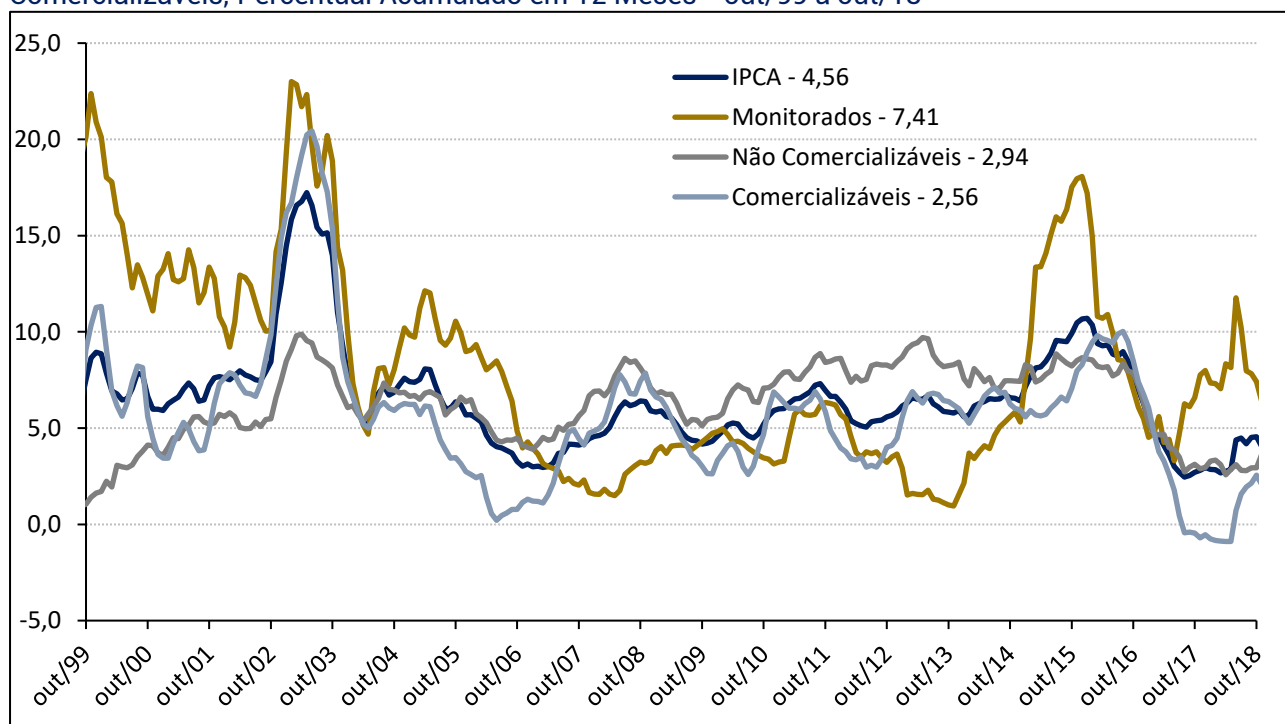
IPCA desacelera em outubro (+0,45%) em relação ao resultado de setembro (0,48%). Mas a política de paridade da Petrobras continua pressionando os preços no Brasil.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou aumento de 0,45% em outubro, uma leve desaceleração se comparado ao aumento de 0,48% em setembro. Nos 12 meses, encerrados em out/18, o índice chegou em 4,56%, ante 4,53% em setembro. No ano, a inflação oficial acumula alta de 3,8%, acima do 2,21% registrado em igual período de 2017.

Em outubro, **Transportes** e **Alimentos** foram os principais impactantes para a variação do IPCA. O grupo **Transportes** foi o principal destaque no período, ao aumentar 0,92% ante setembro. Esse grupo foi responsável por acrescentar 0,17 p.p. no IPCA.

- Dentro de **Transportes**, o principal impactante foi o item *Combustível (veículos)*, que mesmo desacelerando, terminou o mês com aumento de 2,44% em outubro, após aumento de 4,18% em setembro. Foi o maior impacto do IPCA, adicionando 0,14 p.p. do resultado do mês, contribuindo para a variação positiva do grupo Transportes. Os destaques de alta, neste caso, foram o *Etanol* (+4,07%) e a *Gasolina* (+2,18%). As *Passagens Aéreas*, por sua vez, também apresentaram alta (+7,49%) em relação ao mês de setembro, mostrando desaceleração ante o mês de agosto quando cresceram 16,81%.
 - Mesmo com o câmbio mais favorável em outubro, a redução do preço da gasolina foi repassada apenas para as refinarias enquanto que, para o consumidor final, segundo dados da ANP, o preço da gasolina nos postos aumentou 1,9%.
 - O aumento dos preços do Etanol é reflexo do aumento do preço da gasolina, pois os dois bens são substitutos entre si, o que justifica o aumento dos preços.
- Dentro de **Alimentos e Bebidas**, o principal impactante foi o item *Alimentação no domicílio* (+0,91%). Por sua vez, o produto que mais impactou nesse item foi o *Tomate* (+51,27%), pois se trata do produto com o segundo maior peso na cesta básica (cerca de 20%), portanto, qualquer variação nesse produto, a categoria é fortemente afetada.

Gráfico 18. Brasil: Evolução do IPCA; Preços dos Monitorados, Não Comercializáveis e Comercializáveis; Percentual Acumulado em 12 Meses - out/99 a out/18



Fonte: IPCA; IBGE.

Os **Serviços consumidos por famílias** registraram inflação de 0,17% em outubro, na comparação com setembro. A inflação de *Serviços* acumula alta de 3,03% em 12 meses, desacelerando em relação a setembro deste ano (3,23%).

Os **Preços Administrados** aumentaram no mês de outubro (+0,54%) apesar de mostrar desaceleração em relação a setembro (+0,96%). Pelo indicador acumulado em 12 meses, a inflação dos Preços Administrados desacelerou de +10,36% até setembro para +9,88% até outubro, bem acima da variação dos **Preços Livres**, que foi de 2,77% no período.

- Os **Combustíveis** voltaram a ter trajetória de acréscimo no mês, ao apresentarem alta de 2,44%. Contribuíram para o aumento o Etanol (+4,07%) e a Gasolina (+2,18%). Esse grupo se configura como o maior vetor de alta, devido às cotações do petróleo no mercado internacional e a consequente política de paridade da Petrobras.

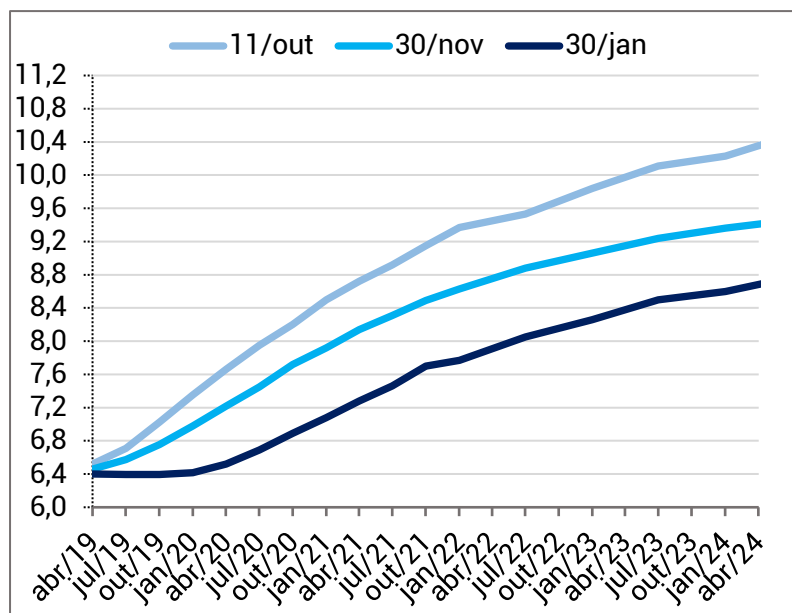
Nos **Preços Comercializáveis** - aqueles que sofrem competição externa - mesmo com o câmbio caindo o preço apresentou crescimento (+2,56%) e aceleração em relação ao mês de agosto (+2,14%). Essa alta dos preços pode ser explicada pela ociosidade do país, considerando a categoria de bens duráveis como um dos principais impactantes no qual no mês de setembro a produção dessa categoria caiu (-5,5%)¹⁰. Portanto, mesmo o câmbio tendo uma alta influência nos preços dos comercializáveis, a diminuição na oferta pode ter sido, para o mês de outubro, o maior impactante nos preços da categoria. Para os **Não Comercializáveis**, no acumulado em 12 meses, os preços desaceleraram mantendo-se em 2,94%.

Cenário de estabilidade no curto prazo sinaliza a manutenção do ciclo de expansão do crédito até janeiro de 2020

No primeiro mês do ano de 2019, as expectativas do mercado continuam positivas acerca da continuidade do ciclo de expansão do ciclo de crédito, principalmente no curto prazo (até janeiro de 2020), com expectativa de declínio dos juros mais longos e estabilidade no curto prazo, sendo que a diferença entre as curvas do dia 30 de novembro e 30 de janeiro para janeiro de 2020, chega a ser 53 pontos base (pb), contra 120 pb entre as curvas de 11 de outubro e 30 de janeiro para o mesmo período. (**Gráfico 19**). Isso se deve à possibilidade da reforma na previdência, conjunta com reformas fiscais que, de acordo com Luka Barbosa, economista do Itaú, a aprovação da reforma da previdência impulsionaria as taxas de juros estimadas a uma queda real para 4% a 6% ao longo dos anos seguintes. Essa situação reflete uma posição positiva do mercado para os próximos anos, com cenário de juros baixos, taxa de câmbio controlada e inflação baixa.

¹⁰ Ver **Produção Industrial**.

Gráfico 19. Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre abr/19 e abr/24 em %. (out/18, nov/18 e jan/19)



Fonte: ADVFN/BM&F BOVESPA.

Segundo o Banco Central, esse movimento nos juros futuros sinaliza que a economia ainda opera com elevada capacidade ociosa e, conseqüentemente, com baixo crescimento econômico.

Por outro lado, a Bolsa de Valores opera em torno dos 96.996,21 pontos, o que sugere uma troca de ativos (títulos de curto prazo por ações) devido à expectativa positiva em torno do novo governo que acaba de se iniciar.

- O Cenário externo também contribuiu para essa perspectiva positiva interna, pois apesar dos rumores de que a taxa de juros dos Estados Unidos fosse aumentar em mais 0,25 p.p. neste último dia 30 de janeiro, não houve alteração. Com isso, revisou-se o discurso acerca do número de altas no decorrer do ano, já que o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, fez críticas severas ao FED diante do arrocho monetário em 2018, que resultou em um aumento de 1 p.p.
- Já no cenário nacional, a expectativa é de que na primeira semana de fevereiro, o Comitê de Política Monetária do BCB (Copom) mantenha a taxa básica de juros em torno dos 6,5% a.a. Vale destacar que alguns analistas de mercado preveem que essa manutenção seja até outubro do ano corrente.
- Quanto aos títulos públicos, o Tesouro Nacional espera uma emissão líquida de Letras Financeiras do Tesouro (LFT's) significativa ao longo deste ano, com resgates que giram em torno dos R\$ 67,4 bilhões.
- Segundo Mansueto Almeida, secretário do Tesouro Nacional, a taxa Selic tem se mostrado estável no curto prazo, conforme destacado no Gráfico 19. Assim, não há risco de um aumento inesperado da dívida porque boa parte dela ficará atrelada à Selic.

2.3. Comércio Exterior

2.3.1. Balanço de Pagamentos

Aumento das importações ocasionada pela alta da demanda de plataformas de petróleo foi o principal responsável pelo aumento do *déficit* em Transações Correntes no trimestre.

O *déficit* das Transações Correntes encerrou outubro com US\$ 11 bilhões, correspondendo a uma piora de US\$ 11,3 bilhões em relação ao saldo em igual período do ano passado. Isso ocorreu, pois, as importações cresceram quase US\$ 29 bilhões, não obstante o valor exportado de US\$ 15 bilhões, maior que o computado no ano passado. Este resultado, derivou em especial, do aumento das importações do setor de petróleo na incorporação de *Plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, etc* (+US\$ 7,4 bilhões).

Tabela 6. Brasil: Balanço de Pagamentos Brasileiro 2015 a 2018* (US\$ milhões)

Discriminação	2015	2016	2017	Var. % 17/16	Acumulado até Outubro		Var. % 18/17
					2017*	2018*	
TRANSAÇÕES CORRENTES	-54.094,3	-23.156,2	-5.487,1	76,3	-1.418,7	-11.332,9	-698,7
Balança Comercial (Bens e Serviços)	-19.275,9	14.590,1	30.177,7	106,8	29.088,4	15.835,6	-45,5
Balança Comercial - Bens	17.669,8	45.036,9	64.028,1	42,1	56.140,1	43.798,8	-21,9
Balança Comercial - Serviços	-36.945,8	30.446,7	-33.850,4	-11,18	-27.051,6	-27.963,2	-3,3
Renda Primária	-37.569,5	-40.690,7	-38.297,1	5,8	-32.457,16	-29.308,7	9,7
Renda Secundária	2.751,2	2.944,2	2.632,2	-10,6	1.949,9	2.140,1	9,7
CONTA CAPITAL + FINANCEIRA	-50.307,3	-9.132,8	1.684,3	118,4	4.859,2	-5.031,9	-203,5
Conta Capital	461,1	273,7	379,3	38,5	372,6	401,4	7,7
Conta Financeira	-50.768,4	-9.406,6	1.304,9	113,8	4.486,6	-5.433,4	-221,1
Investimento Direto (IDE-IDP)	-56.806,9	-57.831,5	-49.157,56	15,0	-46.252,6	-59.096,1	-27,7
Investimento Direto no Exterior	3.133,9	14.693,4	19.352,3	31,7	14.761,1	8.411,8	-43,0
Investimento Direto no País	59.940,9	72.525,0	68.509,9	-5,5	61.013,7	67.507,9	10,6
Investimento em Carteira	-22.245,8	18.992,7	14.041,9	-26,0	8.261,0	635,5	-92,3
Outros Investimentos	23.265,8	21.163,7	30.622,5	44,6	30.354,1	39.250,6	29,3
TRANSAÇÕES CORRENTES (%PIB)	-3,01	-1,29	-0,3		-0,08	-0,72	
RESERVAS INTERNACIONAIS	356.464	365.016	373.972	2,45	380.351	380.290	-0,02

Fonte: BACEN.

- O saldo da Balança Comercial (Bens e Serviços) do ano foi de US\$ 15,8 bilhões, o qual foram US\$ 2,3 bilhões nos valores foram referentes apenas ao mês de outubro. Em relação ao mesmo período do ano passado, houve redução na Balança Comercial de US\$ 13 bilhões, reflexo do aumento nas importações (US\$ +29 bilhões), quase o dobro em relação às exportações (US\$ +15 bilhões);
- A conta de Serviços registrou *déficit* de quase US\$ 28 bilhões esse ano, queda de US\$ 9,1 milhões em relação a igual período do ano anterior. Em relação ao *déficit* da conta, destaca-se o setor de Transportes, no qual houve decréscimo de US\$ 1,2 bilhões na comparação entre o acumulado de 2017 em relação à 2018;
- Por outro lado, o *déficit* de Renda Primária variou positivamente em relação ao ano anterior (+9,7%) refletindo um ritmo de queda menor em 2018 (US\$ -29 bilhões) em relação a 2017 (US\$ -32 bilhões) em US\$ 3,1 bilhões. Esse *déficit* em Renda Primária é reflexo dos baixos Investimentos Estrangeiros deste ano, os quais resultam em menores volumes de renda de Investimento Direto.

Os Investimentos Diretos no país totalizam US\$ 67,5 bilhões no saldo até outubro de 2018, isso corresponde a aumento de US\$ 6,5 bilhões em comparação ao ano anterior, resultado que melhorou as expectativas a respeito da conjuntura econômica brasileira após as eleições. Na conta de Investimento em Carteira, observa-se um *superávit* de US\$ 635 milhões (92% menor do que o fluxo do período anterior que era de US\$ 8,2 bilhões), tendo como principal responsável a conta dos *Passivos de Títulos de Renda Fixa*, no mês de outubro, a qual no acumulado de 2018 se encontra em torno de US\$ 4,4 bilhões (400% maior que o período do ano anterior US\$ 868 milhões). Por fim, considerando os saldos da Conta Financeira e Transações Correntes, é possível perceber *déficit* de US\$ 5,9 bilhões na Balança de Pagamentos.

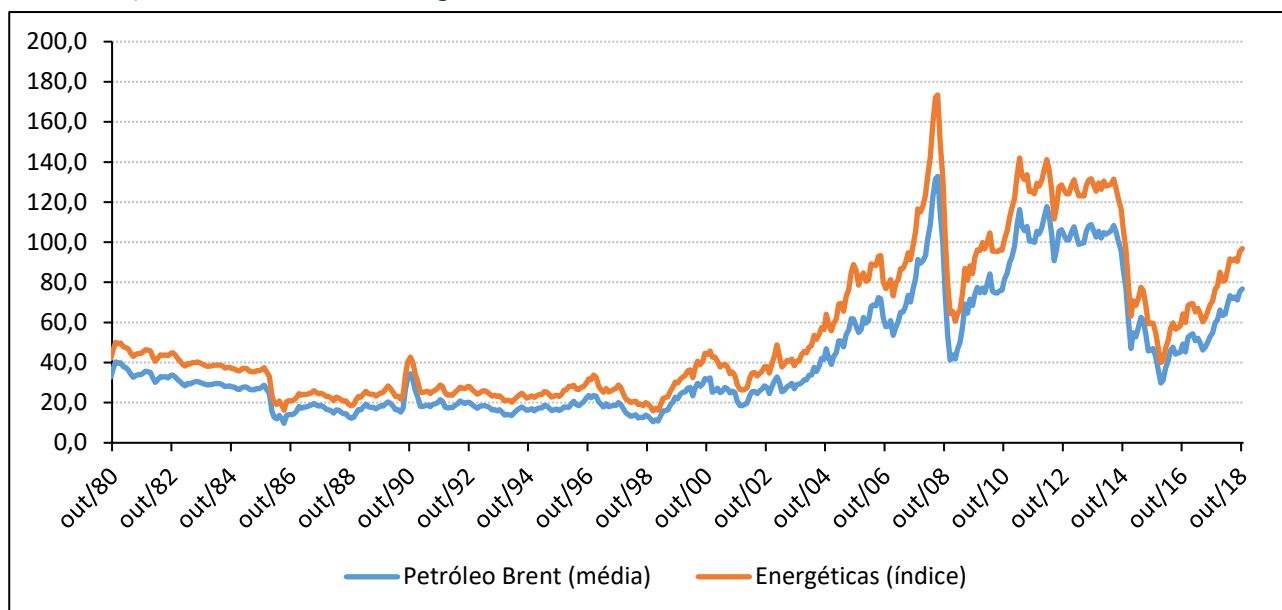
2.3.2. Commodities

Preço do petróleo continua puxando a cotação das *commodities* Energéticas e dos Fertilizantes para cima, enquanto mercado de Minerais Metálicas arrefece.

Segundo o Banco Mundial, as *commodities* Energéticas vem sendo os principais vetores de elevação do nível dos preços ao redor do mundo, registrando alta de 24% entre o fechamento de 2017 e de outubro desse ano. Neste período, o Petróleo Brent foi o principal motor da elevação (+25,3%) e atingiu o valor de US\$ 80,5 por barril. Por sua vez, as *Commodities Não Energéticas* vêm registrando

desvalorização de -2,5%, puxadas sobretudo pela queda nas Minerais Metálicas (-5,7%) e Agrícolas (-2%); o contraste à depreciação das *Não Energéticas* foi a alta das cotações dos Fertilizantes (+18,9%).

Gráfico 20 Mundo: Evolução dos Preços Médios do Petróleo Brent e Índice de Laspeyeres (Base 2010=100) das *Commodities* Energéticas de out/00 até out/18 e Valores em US\$ nominal



Fonte: World Bank.

Na abertura das *commodities* Agrícolas, deve-se destacar a alta nos preços dos Grãos (+7,3%), sobretudo devido a projeções de perdas na produção de Trigo (-2%) Arroz (-2%) e Milho (cujo colheita do início do ano ficou abaixo do esperado) e demanda constante, portanto, elevando os preços. No sentido contrário, a produção de Soja vem batendo recorde na Argentina, Brasil e Estados Unidos, elevando a oferta para além do crescimento da demanda. Além disso, a Soja dos Estados Unidos foi boicotada pela China, que passou a importar mais do Brasil, deixando *gaps* de demanda aos produtos dos norte-americanos que elevaram os estoques mundiais de soja. Com estimativa de supersafra e acirramento da guerra comercial, especulou-se que para a safra Setembro-Novembro (ainda não contabilizada), os preços futuros da soja estadunidense cairiam em 20% no final do ano, consequentemente carregando os preços internacionais para baixo e afetando todos os produtores, pois os EUA é um dos maiores *players* no mundo.

Ainda nas *commodities* Agrícolas, nas demais rubricas registrou-se depreciação. As Bebidas caíram (-0,8%), impactadas pela maior produção de Café no Brasil e Vietnã, que se somou à depreciação do Real para tornar a mercadoria ainda mais barata no mercado internacional. Em Alimentos (-2,3%) o único resultado positivo adveio dos Grãos, os Óleos e Carnes caíram 7,9%, a maior produção de oleaginosas favoreceram a depreciação dos óleos. Tratando-se de proteína animal, apenas Carnes de Frango (+3,2%) cresceram em função de maior demanda asiática; as Carnes Bovinas (-9,4%), Camarões (-6,3%) e Peixe (-12%) sofreram com excesso de oferta e crescimento abaixo do esperado da demanda mundial.

As Matérias-Primas Agrícolas caíram 1,7%, guiadas pela depreciação das Madeiras (-2,2%) e Borracha Natural (-12%), respectivamente resultante do aumento da oferta mundial e expectativa de clima favorável que favoreceu as projeções futuras da oferta.

Tabela 7. Mundo: Cotação Internacional das Principais *Commodities* Negociadas no Brasil e Maranhão. Médias Anuais de 2016 até 2018* Preços Mensais de out/17, dez/17, set/18, out/18; Projeções para 2018 e 2019 e Crescimento (%)

Descrição	Médias anuais			2017		2018		Cresc. (%)			Projeções	
	2016	2017	2018*	Out	Dez	Set	Out	No ano	No mês	Out18/Out17	2018	2019
Energéticas												
Petróleo Crude¹ (\$/bbl)	44,0	54,4	80,5	57,6	64,2	78,9	80,5	25,3	2,0	39,7	65,0	65,0
Gás Natural - US (\$/mmbtu)	2,5	3,0	3,3	2,9	2,8	3,0	3,3	19,2	10,0	14,8	3,0	3,1
Grãos												
Soja, Grãos (\$/mt)	405,7	400,1	393,7	417,7	410,5	383,0	393,7	-4,1	2,8	-5,8	415,0	424,0
Milho (\$/mt)	159,2	154,5	158,5	148,6	149,0	154,8	160,3	7,6	3,5	7,8	165,0	168,0
Proteína Animal												
Carne Bovina (\$/kg)	3,9	4,2	4,0	4,2	4,1	3,9	3,7	-9,4	-5,9	-11,6	4,3	4,2
Matérias Primas Agrícolas												
Pasta de Celulose² (\$/mt)	802,0	881,8	1.156,6	917,9	992,2	1.229,9	1.230,0	24,0	0,01	34,0	-	-
Algodão (\$/kg)	1,6	1,8	2,0	1,7	1,9	2,0	1,9	1,6	-3,9	10,4	2,0	2,0
Fertilizantes												
Fosfato, rocha (\$/mt)	112,2	89,7	88,3	80,0	80,0	87,5	91,3	14,1	4,3	14,1	95,0	97,0
DAP (\$/mt)	345,3	323,0	413,0	322,4	357,3	421,6	420,8	17,8	-0,2	30,5	390,0	395,0
TSP (\$/mt)	290,5	283,3	346,6	284,0	309,0	376,0	385,0	24,6	2,4	35,6	315,0	320,0
Ureia (\$/mt)	199,3	213,9	262,5	252,5	214,6	267,5	270,0	25,8	0,9	6,9	220,0	226,0
Metálicas e Minerais												
Alumínio (\$/mt)	1.603,9	1.967,7	2.047,5	2.131,5	2.080,5	2.026,5	2.029,9	-2,4	0,2	-4,8	2.175,0	2.100,0
Minério de Ferro (\$/dmto)	58,4	71,8	67,6	61,7	72,3	68,4	73,4	1,6	7,3	19,1	64,0	60,0
Cobre (\$/mt)	4.867,4	6.169,9	6.143,0	6.807,6	6.833,9	6.050,8	6.219,6	-9,0	2,8	-8,6	6.800,0	6.816,0
Ouro (\$/troy oz)	1.249,0	1.257,6	1.213,3	1.279,5	1.264,5	1.198,4	1.215,4	-3,9	1,4	-5,0	1.300,0	1.282,0

Fonte: World Bank; INSEE; NBSK INDEX. *acumulado até outubro.

No que tange às Matérias Primas, deve-se destacar a grande valorização na cotação da Pasta de Celulose (+24%), o fechamento de grandes produtoras no final de 2017, a West Linn Paper, Appleton Coated e da Camas Washington Mill reduziram a oferta já fragilizada de papel e derivados, sobretudo na Europa que já havia fechado muitas de suas fábricas em anos anteriores. Não obstante, as empresas de papel e celulose estão alavancadas financeiramente dificultando captação de recursos para financiamento. A demanda mundial, embora tenha caído significativamente desde 2011, com a ampliação dos meios digitais voltou a crescer lentamente em 2016 e recuperando substancialmente a partir do segundo semestre de 2017, as expectativas são de que os preços continuem crescentes até que haja implantação de nova capacidade instalada, o que não deve acontecer tão cedo, tem do em vista o risco no setor que é proporcionado pela digitalização, que funciona como barreira a entrada de novos investidores. Nesse cenário, os grandes *players* brasileiros nesse mercado ganharam e ainda deverão se expandir, como é o caso da Suzano S/A¹¹ e da Fíbria S/A, que concluíram fusão em 14 de janeiro de 2019.

Tratando-se das *commodities* minerais e metálicas, cujas cotações caíram 5,7% (entre dezembro de 2017 e outubro de 2018), a depreciação das cotações adveio do subgrupo Metais Não Ferrosos (-6,6%). As cotações internacionais do Alumínio registraram pequeno recuo em 2018 (-2,4%), face aos fortes ganhos nos últimos dois anos, em função das pressões advindas da alta do custo da energia elétrica e da oferta de Alumina Calcinada (insumo para produção de alumínio)¹², e os outros minerais como Zinco

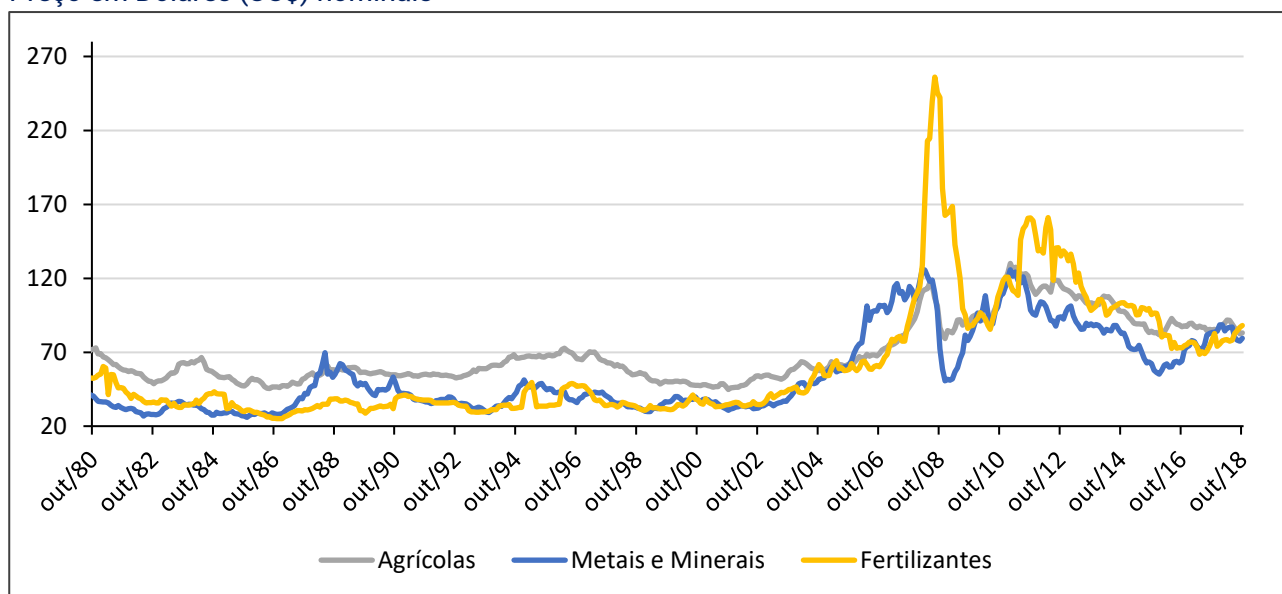
¹¹ Destaca-se que a Suzano S/A atua no mercado maranhense e responde por uma parcela significativa do crescimento das exportações desde 2014. A empresa continua investimento substancialmente no Estado e avançou em 2018 no segmento de papel tissue.

¹² Em sua maioria, distúrbios em oferta provocados por vários fatores: a maior refinaria do mundo em produção de alumina, Alunorte, estava em operação com metade da capacidade instalada desde 2018; sanções norte-americanas aos produtos russos; greves dos trabalhadores no leste da Austrália que forçaram paralizações na Alcoa. Esses distúrbios elevaram os preços e agora com a retomada de parte da produção os preços retornam, em parte, aos patamares anteriores.

(-16,3%), o Chumbo (-1,8%), o Cobre (-20,8%) reduções na demanda no qual espera-se retomada com alguns investimentos chineses que deverão ser realizados em infraestrutura em 2019.

A cotação do Minério de Ferro, por sua vez, cresceu 1,6%, resultante de algumas oscilações no fornecimento da *commodity* pela Austrália, contudo, a demanda continua reprimida, sobretudo, na China devido às novas políticas de antipoluição que acabou detendo a produção de aço de empresas cuja base energética principal é o carvão mineral, embora mais valorizado, espera-se que os preços caiam ainda mais, pois há expectativa de que a produção de aço se amplie a partir de sucatas de ferro, reduzindo ainda mais a demanda pela matéria primária. (Ver seção **Petróleo e Gás** em CENÁRIO INTERNACIONAL).

Gráfico 21. Mundo: Índice de Laspeyers para a Cotação Internacional das *Commodities* Metálicas (Exceto Metais Preciosos), Agrícolas e Fertilizantes de out/80 até out/18. Base 2010=100 Baseado no Preço em Dólares (US\$) nominais



Fonte: World Bank.

Na categoria dos Fertilizantes (+18,9%), pressões de demanda advindas da forte ampliação da produção de *commodities* Agrícolas e elevação de custos pressionaram, em 2018, o crescimento dos preços internacionais, tendo em vista que a capacidade instalada mundial opera no limite da produção. O Fosfato Rocha valorizou em 14,1%; o DAP (+17,1%); o TSP (+24,6%); a Ureia (+25,8%), enquanto que o Cloreto de Potássio se manteve constante na faixa dos US\$ 215,5/mt.

No caso da Ureia, Fosfato Rocha, DAP e TSP os preços foram mais influenciados pelo crescimento da demanda brasileira (principalmente Ureia) e indiana e da elevação dos custos de produção na China, maior produtora mundial, que resultam da mudança de matriz energética da produção. As perdas de produção na China deixaram os mercados pressionados em termos de capacidade instalada e oferta destes fertilizantes, o que permitiu que quaisquer elevações na demanda tencionassem fortemente os preços. Novas indústrias para produção de fertilizantes estão previstas para abrir em 2019, o que deve afrouxar as pressões na precificação. São esperadas aberturas de novas fábricas fertilizantes a base Ureia na Rússia, Nigéria e Índia; e para o Fosfato Rocha, DAP e TSP, novas instalações no Marrocos e Arábia Saudita. O Cloreto de Potássio, também prevê nova capacidade instalada na Bielorrússia, no Canadá, na China e na Rússia.

- Destaca-se que há riscos de que as sanções dos EUA em decorrência da guerra comercial afetem os preços caso venha a ser realizadas nas importações de Ureia produzida pelo Iran.

Por fim, nas *commodities* classificadas como Metais Preciosos (-4,9%), as principais, Ouro(-16,3%); Platina (-8,5%) e Prata (-9,7%) depreciaram em função da valorização do Dólar, que costuma reduzir a demanda por esse mercado devido a estabilidade e valorização de longo prazo e que atua como um redutor dos riscos monetários em momentos de depreciação e instabilidade cambial.

2.3.3. Balança Comercial

Aquisições de plataformas de petróleo para extração nas plantas do pré-sal alavancam importações.

Na Balança Comercial brasileira, o saldo foi de US\$ 47,6 bilhões no acumulado até outubro de 2018, o valor foi 22,7% menor que o registrado no mesmo período do ano anterior, independente do crescimento de 8,5% das exportações, que somaram US\$ 199,1 bilhões, pois as importações cresceram à taxa muito maior (+21,1%) e registraram US\$ 151,4 bilhões. Nas exportações, o aumento de vendas de produtos Básicos que somou a cifra de US\$ 99,2 bi (+14,3%) foi o principal responsável pelo crescimento, tendo em vista o peso de 50% no total das exportações, contudo, também destaca-se o crescimento da rubrica de Bens Manufaturados (+7,3%), a segunda com maior relevância (36% do total) na pauta. Os demais fatores agregados de mercadorias, Semimanufaturados (-3,5%) e Operações Especiais (-17,4%) caíram. Já na via das importações, todas as aberturas por fatores registraram alta em torno de 20%, no qual deve-se destacar as importações de manufaturados que representam 85,1% do total adquirido do exterior e que cresceu 21,2%, somando a cifra de US\$ 128,8 bilhões.

Tabela 8. Brasil: Balança Comercial Brasileira e Corrente Comercial de 2010 até 2018* Valores em US\$ milhões e Variação em (%)

Anos	Exportação (A)	A (Var %)	Importação (B)	B (Var %)	Saldo (A+B)	Corrente Comercial (A-B)	A-B (Var %)
2010	201.915	-	-181.768	-	20.147	383.684	-
2011	256.040	26,8	-226.242	24,5	29.798	482.281	25,7
2012	242.580	-5,3	-223.149	-1,4	19.431	465.729	-3,4
2013	242.179	-0,2	-239.621	7,4	2.558	481.800	3,5
2014	225.101	-7,1	-229.154	-4,4	-4.054	454.255	-5,7
2015	191.134	-15,1	-171.449	-25,2	19.685	362.583	-20,2
2016	185.235	-3,1	-137.552	-19,8	47.683	322.787	-11,0
2017	217.739	17,5	-150.749	9,6	66.990	368.489	14,2
2017*	183.461	-	-125.009	-	58.451	308.470	-
2018*	199.079	8,5	-151.444	21,1	47.636	350.523	13,6

Fonte: MDIC; * acumulado até outubro.

Nas **importações**, os principais produtos manufaturados adquiridos pelo Brasil no acumulado até outubro de 2018 que tiveram grande peso no aumento das importações foram *Plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, etc* (US\$ 7,4 bilhões); *Demais produtos manufaturados* (US\$ 17,9 bilhões); *Óleos brutos de petróleo* (US\$ 4,4 bilhões) e *Automóveis de passageiros* (US\$ 3,7 bilhões); em produtos semimanufaturados, o crescimento deu-se principalmente em aquisições de *Demais produtos semimanufaturados* (US\$ 3,5 bilhões); *Catodos de cobre* (US\$ 1,4 bilhões) e *Alumínio bruto* (US\$ 0,5 bilhões); por fim, em produtos básicos, as principais compras foram em *Demais produtos básicos* (US\$ 6,1 bilhões); *Óleos combustíveis*; (US\$ 4,9 bilhões); *Gás natural* (US\$ 1,2 bilhão) e *Trigo em grãos* (US\$ 1,2 bilhão).

O robusto crescimento nos valores adquiridos de *Óleos brutos de Petróleo* (+83%) e *Óleos combustíveis* (+13,4%) são resultado do crescimento internacional dos preços da *commodity* base, o barril de petróleo cresceu substancialmente no período (ver [Tabela 7](#)), contudo, a tendência altista da *commodity* será quebrada em novembro.

Por sua vez, as importações de *Plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, etc* resulta de investimentos da Petrobras S/A que já instalou quatro plataformas de petróleo esse ano em Campos dos Goytacazes, no campo de Tartaruga Verde na Bacia de Campos (RJ), e da P-74, no campo de Búzios, na Bacia de Santos (entre RJ e SC).

- A empresa também tem anunciado a conclusão de mais quatro plataformas entre outubro de 2018 e primeiro trimestre de 2019, também localizados na Bacia de Santos. Essas plataformas visam a exploração do pré-sal. Apesar de não ter declarado a previsão de volumes de extração, a expectativa do mercado é positiva para os investimentos da empresa, tendo em vista a tendência, ainda alta, do petróleo no mercado internacional. Para o Brasil, a geração de empregos no setor será positiva, embora os preços dos derivados não tendam a diminuir tanto

devido a insuficiência de refinarias para suprir a demanda interna, contudo, não se deve desconsiderar que caso a Petrobras retome seus lucros possa vir a retomar os investimentos em refinarias no país.

No lado das **exportações**, os preços das *commodities* agrícolas, minerais e energéticas foi o principal empuxe para o crescimento das vendas para o exterior. No caso dos agrícolas, o benefício foi ampliado pelas condições climáticas favoráveis para a expansão da *Soja* que registrou US\$ 29,3 bilhões em valor exportado, crescimento de 23,5% no comparativo entre acumulados até outubro de 2018 com 2017 e 74,6 milhões/t (+17,1%) e o *Farelo e resíduos da extração de óleo de soja* a cifra de US\$ 5,6 bilhões (+29,3%); os principais produtos básicos não agrícolas beneficiados pela alta dos preços também cresceram na pauta, os *Óleos brutos de petróleo* subiram 45,2% somando US\$ 21,1 bilhões; o *Minérios de ferro e seus concentrados* foi para US\$ 16,3 bilhões (+0,8%).

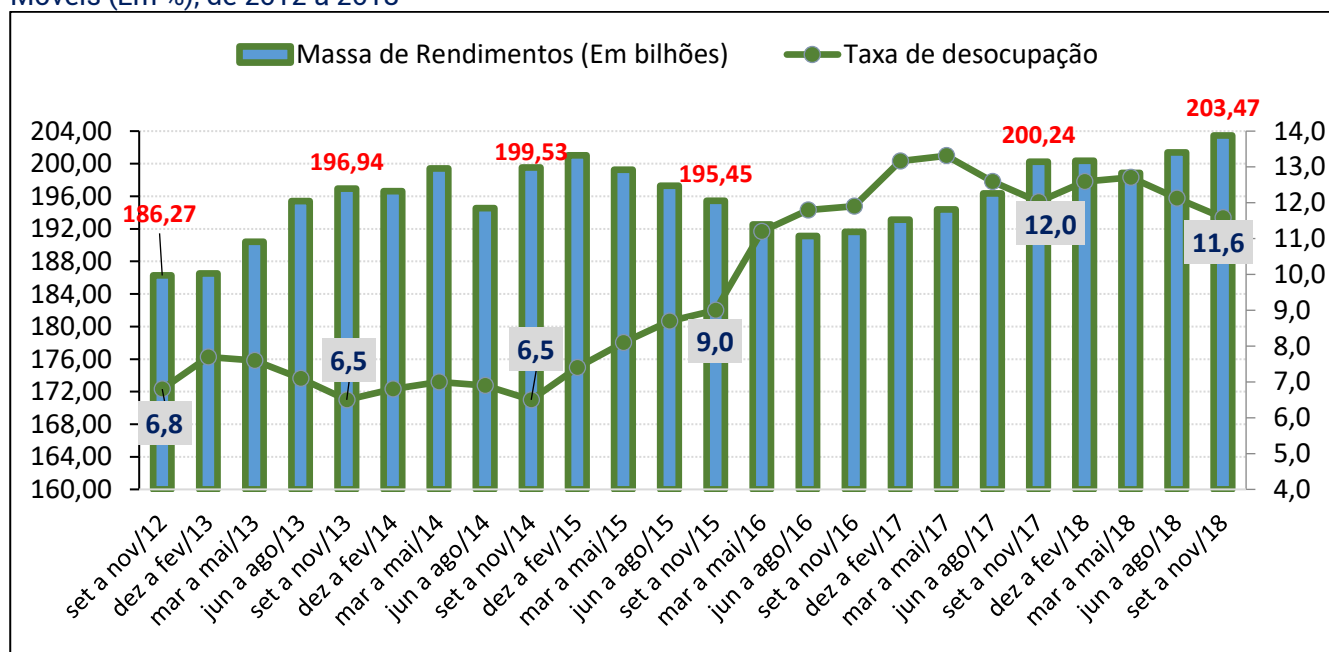
Contudo, as exportações de *Milho em grãos* (-27,3%) e a da maioria das *Carnes congeladas* (-10% em média) caíram. O *Milho* registrou baixa devido ao atraso na plantação da safra e à seca prolongada em algumas regiões do país; já a exportação de carnes congeladas segundo a Associação Brasileira de Frigoríficos (ABRAFRIGO) caiu devido ao efeito danoso da operação Carne Fraca que ainda prejudica a imagem dos produtos brasileiros na União Europeia, Rússia e Estados Unidos, o que levou à crescimento das exportações de Gado Vivo em 2018, que, embora represente apenas US\$ 481,8 milhões, subiu 130% no comparativo entre acumulados.

2.4. Mercado de Trabalho

Taxa de desocupação do país marca 11,6% no trimestre móvel setembro-novembro de 2018 e recua 0,4 p.p na comparação interanual.

De acordo com os dados da PNADc Mensal (Gráfico 22), divulgada dia 28 de dezembro de 2018, a taxa de desocupação trimestral brasileira caiu para 11,6% (-0,4 p.p. na comparação interanual). Isto se deve ao aumento do número de pessoas fora da força de trabalho, e do aumento do número de pessoas ocupadas (+1,3%, considerando a mesma base de comparação). Neste indicador, contribuição mais expressiva foi a categoria trabalhadores sem carteira - exclusive trabalhadores domésticos, crescimento de 4,7% contra o mesmo trimestre do ano anterior. Já a massa de rendimentos reais dos trabalhadores ocupados registrou crescimento, tanto em relação ao trimestre móvel anterior (+1%), quanto sobre o mesmo período do ano anterior (+1,6%).

Gráfico 22. Brasil: Massa de rendimentos reais* (R\$ em bilhões), e Taxa de desocupação por Trimestre Móveis (Em %), de 2012 a 2018



Fonte: PNADc Mensal/IBGE. *Inflacionada pelo IPCA, a preços de outubro de 2018.

Segundo os dados do CAGED, no mercado de trabalho formal brasileiro observou-se no mês de dezembro de 2018 o fechamento de 334,5 mil empregos formais no país, conferindo um aumento de 5,9 mil demissões líquidas em relação ao mesmo período do ano 2017.

Tabela 9. Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, de 2017 a 2018*, saldo em dezembro** de 2017 e 2018; Variação Absoluta.

Subsetores de Atividade	Anual		Dezembro		Variação absoluta (b-a)	Variação Absoluta Mensal
	2017 (a)	2018 (b)	2017	2018		
Total	-11.963	529.554	-328.539	-334.462	541.517	-5.923
Extrativa Mineral	-5.950	1.473	-2.330	-1.031	7.423	1.299
Ind. de Transformação	-21.058	2.610	-110.255	-118.053	23.668	-7.798
SIUP ¹	-4.125	7.849	-1.808	-1.406	11.974	402
Construção Civil	-104.074	17.957	-52.157	-51.576	122.031	581
Comércio	46.078	102.007	6.285	19.643	55.929	13.358
Serviços	41.130	398.603	-107.535	-117.411	357.473	-9.876
Administração Pública	-1.166	-4.190	-16.400	-16.999	-3.024	-599
Agropecuária	37.202	3.245	-44.339	-47.629	-33.957	-3.290

Fonte: CAGED/MTE. *Acumulado de janeiro a dezembro (com ajustes até novembro).

¹SIUP - Serviços Industriais de Utilidade Pública

- No acumulado de janeiro a dezembro de 2018, foram criados 529,5 mil novos postos de trabalho no país, marcando um incremento de mais de meio milhão de empregos formais (+541,5 mil) contra o mesmo período de 2017. Foi o maior registro para o período dos últimos cinco anos;
- Na abertura setorial, todos os setores apresentaram saldo positivo do acumulado de 2018, com destaque para os maiores registros nos Serviços (+398 mil), em especial nas atividades de Compra e administração de imóveis (+165,9 mil), Serviços médicos (+88,9 mil) e Alojamento e alimentação (+68,2 mil);
- No que tange a distribuição regional, todas as regiões registraram demissões líquidas no mês de dezembro, com maior predominância nas Regiões Sudeste (-167,2 mil) e Sul (-71,7 mil). Por outro lado, no acumulado de 2018, todas as regiões apresentaram saldo positivo, superando o resultado registrado no ano anterior.

2.5. Finanças Públicas

Resultado do Governo Central deve fechar 2018 dentro da meta de *déficit* de R\$ 159 bilhões. Para 2019, estima-se que a solução do impasse relativo a exploração do petróleo na camada do pré-sal, bem como a agenda de concessões, pode reduzir o *déficit* para R\$ 93,7 bilhões.

Conforme divulgado pelo Tesouro Nacional, em out/18, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 9,4 bilhões, o que representa melhora em relação ao resultado de out/17, quando o resultado foi de R\$ 5,3 bilhões. Verifica-se que também houve melhora ao considerar os números do acumulado do ano, já que o *déficit* primário diminuiu de R\$ 104,4 bilhões de janeiro a outubro de 2017 para R\$ 72,3 bilhões em 2018, no mesmo período. Reflexo do crescimento da Receita Líquida, de 6% em valores reais, em ritmo superior ao da Despesa Total, com aumento de 2,3% (Tabela 10).

Considerando o já realizado no ano, para que as contas do Governo Central fiquem dentro da meta estabelecida de R\$ -159 bilhões é necessário que o *déficit* nos meses de novembro e dezembro não ultrapasse o valor já projetado pelo Tesouro para o período, de R\$ 86,7 bilhões. Se o valor projetado para novembro e dezembro for mesmo realizado, o resultado será R\$ 66,9 bilhões inferior em relação a igual período de 2017, em razão da concentração de receitas de concessão e permissões no fim do ano passado sem recorrência no exercício atual. Há também a expectativa por parte da Secretaria do Tesouro Nacional da contabilização de R\$ 15 bilhões referente a valor de empoçamento de recursos dos ministérios (até outubro o valor chegou a R\$ 13 bilhões) e de que as despesas obrigatórias fiquem abaixo do previsto.

A Instituição Fiscal Independente (IFI) elencou¹³ outros fatores, pelas óticas da receita e da despesa, com efeito sobre o resultado primário de curto prazo, dentre eles: redução na expectativa de crescimento para este e o próximo ano (de 1,6% para 1,3% em 2018) não implicou em mudanças das projeções para as receitas recorrentes e não recorrentes, não afetando assim o desempenho das receitas brutas e líquidas do governo central; estimativa de crescimento da receita administrada 2,5% acima da inflação este ano; receita tributária não recorrente deve encerrar o ano R\$ 2,6 bilhões abaixo do apurado em 2017; recuperação mais lenta do mercado de trabalho reduz a projeção de receita previdenciária; revisão na curva de produção de petróleo reduz a arrecadação no curto e médio prazo; expectativa de que as despesas com subvenção ao óleo diesel encerrem o ano abaixo dos R\$ 9,5 bilhões estimados; queda dos gastos em subsídios para o agronegócio e investimento em R\$ 3,8 bilhões nesse ano.

Tabela 10. Brasil: Resultado Primário do Governo Central- 2017*, 2018*, out/17 e out/18, Crescimento em % Nominal e Real inflacionado pelo IPCA até ago/18– (R\$ Milhões)

Descrição	2017*	2018*	Outubro (val. constantes)		Cresc. Nominal (%)		Cresc. Real (%)	
			2017 (a)	2018 (b)	2018*/2017* (a)	(b)/(a)	2018*/2017* (a)	(b)/(a)
Receita Total	1.106.658,1	1.215.418,6	125.743,3	132.016,5	9,8	9,8	6,0	5,0
Transf. por Repartição de Receita	185.349,8	204.017,0	17.813,8	17.247,2	10,1	1,2	6,3	-3,2
Receita Líquida (I-II)	921.308,4	1.011.401,5	107.929,5	114.769,3	9,8	11,2	6,0	6,3
Despesa Total	1.025.801,4	1.087.745,8	102.625,0	105.318,7	6,0	7,3	2,3	2,6
Fundo Soberano do Brasil	0,0	4.021,0	0,0	0,0	-	-	-	-
Primário Governo Central	-104.493,0	-72.323,3	5.304,5	9.450,6	-30,8	86,3	-33,5	78,2
Resultado Primário/PIB	-1,9	-1,3	-	-	-	-	-	-

FONTE: STN.

Box 1: Leilão das Cessões Onerosas do Pré-Sal

Destaca-se o impasse em relação ao leilão das cessões onerosas do pré-sal, com potencial impacto sobre o resultado primário de 2019. A estimativa é que o bônus de assinatura do leilão possa gerar arrecadação de R\$ 60 a R\$ 100 bilhões, a depender do modelo de exploração vigente. A equipe de transição do Presidente eleito é favorável à repartição dos recursos oriundos do leilão com Estados e municípios que, no caso de permanência do regime de exploração atual, o regime de partilha, renderia R\$ 48 bilhões para União e R\$ 12 bilhões para os governos regionais. Se feito pelo regime de concessão, modelo utilizado até 2010, a arrecadação com o leilão seria cerca de R\$ 100 bilhões, sendo que R\$ 80 bilhões ficariam com União e R\$ 20 bilhões com Estados e municípios. A equipe econômica comandada por Paulo Guedes tem se posicionado favoravelmente em relação à volta do uso desse modelo.

Dessa forma, há dois fatores a serem resolvidos. Primeiro, as regras a serem utilizadas para o leilão desse petróleo excedente, que impactam diretamente o volume de recursos a serem arrecadados. Segundo, a operacionalidade da partilha dos recursos com os governos regionais, cujo maior entrave é o teto dos gastos.

Na abertura das receitas já realizadas em 2018, verifica-se que a elevação em R\$ 70,3 bilhões (+6%) da Receita Total reflete a elevação em R\$ 42,1 bilhões (+5,8%) das Receitas Administradas pela RFB, associado a incremento em R\$ 85 milhões (+0,03%) da Arrecadação Líquida para o RGPS e de R\$ 28,1 em Receitas Não Administradas pela RFB (+21,5%) (Tabela 11).

¹³ Disponível em http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/549985/RAF22_NOV2018.pdf. Acesso em 03 de dezembro de 2018.

- O aumento de 16,2% (R\$ +6,5 milhões) da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é atribuído ao crescimento de 2,1% na Produção Industrial de dez/17 a set/18 em comparação à produção de dez/16 a set/17.

Tabela 11. Brasil: Receitas e Despesas do Governo Central – 2017*, 2018*, out/17 e out/18 - Crescimento em % (Real inflacionado pelo IPCA até out/18, R\$ Milhões)

Descrição	2017*	2018*	Outubro (val. Constantes)		Cresc. Real (%)		Var. Absoluta (Val. Reais)	
			2017 (a)	2018 (b)	2018*/2017*	(b)/(a)	2018*-2017*	(b)-(a)
RECEITA TOTAL	1.167.858,5	1.238.236,3	125.743,3	132.016,5	6,0	5,0	70.377,7	6.273,3
Receita Administrada pela RFB	725.496,6	767.596,7	78.950,4	79.177,2	5,8	0,3	42.100,1	226,8
Imposto de Importação	28.110,8	35.059,9	3.214,4	3.944,2	24,7	22,7	6.949,1	729,8
IPI	40.098,3	46.596,2	5.121,6	4.821,8	16,2	-5,9	6.497,9	-299,8
Imposto de Renda	299.945,9	303.771,2	30.979,4	29.631,0	1,3	-4,4	3.825,3	-1.348,4
IOF	30.148,8	30.756,6	2.968,1	3.023,0	2,0	1,9	607,9	55,0
COFINS	184.703,5	210.657,7	20.538,6	22.500,8	14,1	9,6	25.954,3	1.962,2
PIS/PASEP	49.350,4	55.529,8	5.285,6	5.615,3	12,5	6,2	6.179,4	329,8
CSLL	64.726,1	69.315,5	7.454,9	7.290,3	7,1	-2,2	4.589,4	-164,6
CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0
CIDE Combustíveis	5.120,6	3.520,0	512,9	230,7	-31,3	-55,0	-1.600,7	-282,2
Outras	23.292,2	12.389,8	2.874,9	2.120,0	-46,8	-26,3	-10.902,4	-755,0
Incentivos Fiscais	-20,7	-12,3	0,0	0,0	-40,7	-	8,4	0,0
Arrecadação Líquida para o RGPS	311.254,2	311.339,2	31.562,5	32.038,8	0,0	1,5	85,0	476,3
Receitas Não Administradas pela RFB	131.128,5	159.312,6	15.230,4	20.800,5	21,5	36,6	28.184,1	5.570,1
DESPESA TOTAL	1.082.318,7	1.107.548,4	102.625,0	105.318,7	2,3	2,6	25.229,7	2.693,7
Benefícios Previdenciários	474.938,7	482.591,6	45.994,0	45.259,6	1,6	-1,6	7.653,0	-734,5
Pessoal e Encargos Sociais	241.534,9	243.875,9	22.226,4	22.585,6	1,0	1,6	2.341,0	359,2
Outras Despesas Obrigatórias	165.974,0	161.133,5	14.001,0	13.195,0	-2,9	-5,8	-4.840,5	-806,0
Abono e Seguro Desemprego	48.847,2	46.282,2	4.946,3	4.492,9	-5,3	-9,2	-2.564,9	-453,4
Benefícios de Prestação Cont. da LOAS/RMV	47.308,2	47.549,0	4.773,8	4.706,2	0,5	-1,4	240,8	-67,6
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	668,0	2.159,8	61,3	116,5	223,3	90,2	1.491,8	55,3
Comp. ao RGPS pelas Deson. da Folha	13.025,7	11.969,8	993,8	1.065,2	-8,1	7,2	-1.055,9	71,3
FUNDEB (Complem. União)	11.931,2	12.141,9	912,8	963,9	1,8	5,6	210,7	51,1
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.714,7	1.621,1	169,9	159,2	-5,5	-6,3	-93,6	-10,7
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.926,8	13.901,4	138,2	158,2	27,2	14,5	2.974,6	20,1
Subsídios, Subvenções e Proagro	19.034,0	13.607,8	477,3	570,3	-28,5	19,5	-5.426,2	93,0
Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.731,2	0,0	0,0	-	-	1.731,2	0,0
Demais	12.518,2	10.169,3	1.527,7	962,7	-18,8	-37,0	-2.348,8	-565,0
Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	199.871,2	219.947,4	20.403,5	24.278,5	10,0	19,0	20.076,2	3.875,0
Discricionárias Executivo	190.453,2	209.577,9	19.439,2	23.077,6	10,0	18,7	19.124,7	3.638,3
PAC	18.731,9	19.442,1	2.092,7	3.091,3	3,8	47,7	710,2	998,7
d/q MCMV	2.225,2	3.212,1	148,0	748,5	44,3	405,6	986,9	600,4
Demais	171.686,0	189.897,9	17.342,7	19.947,8	10,6	15,0	18.211,8	2.605,2
Min. da Saúde	83.656,2	90.974,0	7.923,2	9.282,5	8,7	17,2	7.317,8	1.359,2
Min. do Des. Social	28.253,8	29.428,2	2.638,2	2.954,4	4,2	12,0	1.174,4	316,1
Min. da Educação	25.503,4	25.047,2	2.816,9	2.781,8	-1,8	-1,2	-456,1	-35,1
Demais	34.272,7	44.448,5	3.964,3	4.929,2	29,7	24,3	10.175,8	964,9
Emissões de TODA	35,2	41,7	3,9	3,2	18,2	-18,3	6,4	-0,7
LEJU/MPU	9.418,0	10.369,5	964,3	1.201,0	10,1	24,5	951,6	236,7

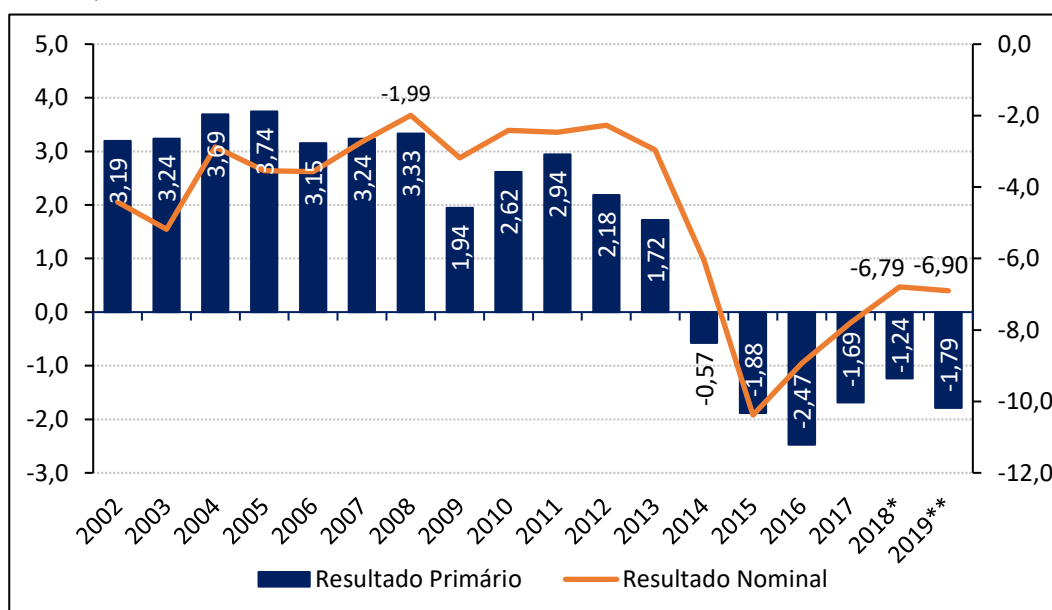
FONTE: STN.

Com relação à Despesa Total do Governo Central, a elevação de 2,3% (R\$ 25,2 bilhões) refletiu avanço das principais categorias de gastos: Benefícios Previdenciários (+1,6%, R\$ +7,6 bilhões) e Pessoal e Encargos Sociais (+1,0%, R\$ +2,3 bilhões), compensados parcialmente pela diminuição do dispêndio com Outras Despesas Obrigatórias (-2,9%, R\$ -4,8 bilhões).

- A subvenção econômica à comercialização do óleo diesel (medida tomada em virtude da greve dos caminhoneiros) é a principal causa da elevação do aumento de R\$ 1,5 bilhão da rubrica Créditos Extraordinários no comparativo do acumulado do ano de 2018 contra 2017;
- A redução de Abono e Seguro Desemprego está associado a queda de 4,5% do número de demissões. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregos e Desempregados (CAGED), foram 7,3 milhões de dispensados entre janeiro a outubro de 2018, ante 7,6 milhões em 2017.

O resultado do Setor Público Consolidado encerrou outubro com *superávit* primário de R\$ 7,7 bilhões. No acumulado de 12 meses encerrados em outubro, o resultado é negativo em R\$ 84,7 bilhões (1,24% do PIB), ante *déficit* de R\$ 187,2 bilhões no mesmo período de 2017. Ao tratar dos componentes desse resultado, verifica-se que o resultado reflete *déficit* de R\$ 88,8 do Governo Central e *superávits* tanto dos governos regionais como das estatais, de respectivamente, R\$ 391,6 milhões e R\$ 3,7 bilhões.

Gráfico 23. Brasil: Resultado do Setor Público Consolidado em % do PIB – acumulado 12 meses – 2002 a 2017, 2018* e 2019**



Os juros nominais no acumulado de 12 meses atingiram R\$ 379,7 bilhões de forma que no período, o resultado nominal do Setor Público Consolidado, que contabiliza os juros nominais apropriados, é deficitário em R\$ 464,4 bilhões (-6,79% do PIB).

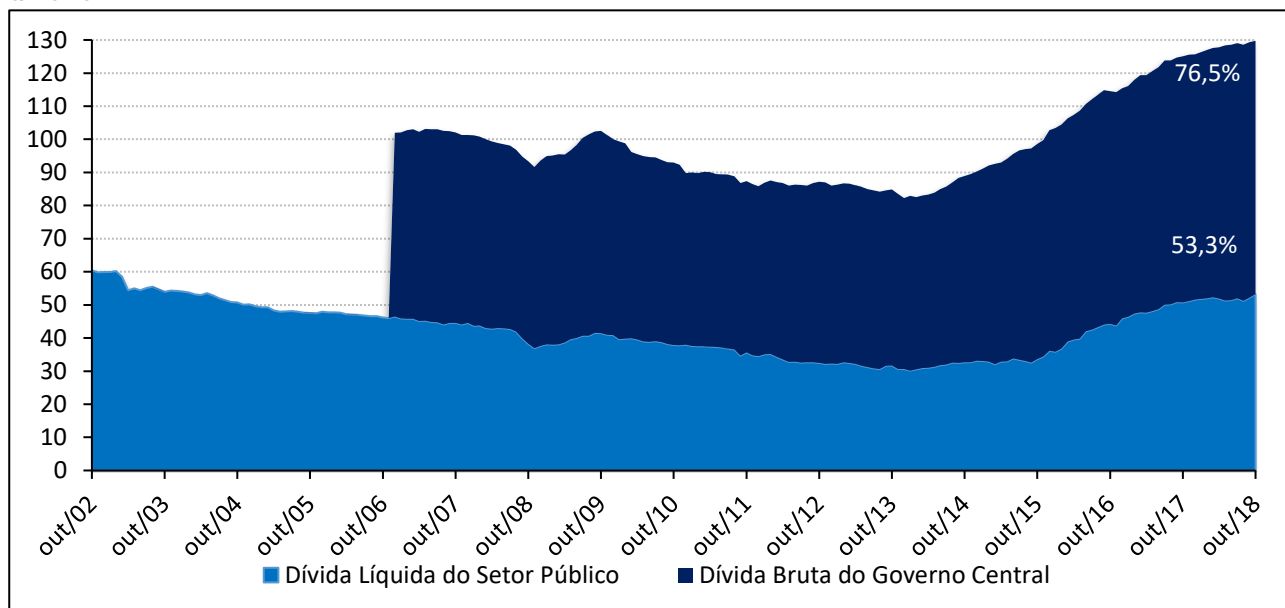
Fonte: BACEN *Acumulado de 12 meses até outubro **Meta PLOA 2019.

O *déficit* primário setor público consolidado de 2018 estimado pela IFI foi revisado, passando de R\$ 148,8 bilhões para R\$ 128,9 bilhões, ficando assim dentro da meta estipulada para o ano de R\$ 161,3 bilhões. Ainda que fique abaixo da meta, ressalta-se que o *déficit* do ano deverá ficar acima do realizado em 2017, de R\$ -110,5 bilhões (-1,69% do PIB). Para 2019 a estimativa da Instituição é que o *déficit* primário fique em -1,79% do PIB.

Como mostra o Gráfico 24, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu R\$ 3,64 trilhões em outubro de 2018, o equivalente a 53,3% do PIB. De acordo com as estatísticas fiscais do BACEN, no ano o crescimento de 1,7 p.p. na relação DLSP/PIB refletiu a incorporação de juros nominais (aumento de 4,6 p.p.), o *déficit* primário (aumento de 0,8 p.p.), o efeito da desvalorização cambial acumulada de 12,4% (redução de 1,8 p.p.) e o efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 2,1 p.p.).

Já a Dívida Bruta do Governo Central (DBGG) atingiu em outubro R\$ 5,23 trilhões, 76,5% do PIB. Ao longo do ano, o patamar da dívida mostra certa estabilidade, e o patamar alcançado neste último mês foi o menor desde maio/2018. O avanço da DBGG/PIB de 2,5 p.p. no ano reflete incorporação de juros nominais (aumento de 5,1 p.p.), do efeito da desvalorização cambial (aumento 0,5 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (redução de 3,0 p.p.).

Gráfico 24. Brasil: Dívida Bruta do Governo Geral e Dívida Líquida do Setor Público em % do PIB – 2002 a 2018



FONTE: BACEN.

Em suas projeções do patamar da dívida para os próximos anos, a IFI incorporou as devoluções de créditos pelo BNDES ao Tesouro, que impactam o resgate da dívida pública na mesma proporção do volume recebido. O fluxo de pagamento se estenderá de 2019 a 2039, iniciando em R\$ 26,6 bilhões diminuindo até R\$ 14,2 bilhões. Assim, a projeção no cenário base é que a relação DBGG/PIB alcance 77,8% em 2019, alcançando pico em 2023 com 82,7%.

3. CENÁRIO ESTADUAL

3.1. Nível de Atividades

3.1.1. Produção Agrícola

Apesar da revisão para baixo na produção de grãos desde o início do ano, a expectativa é que o resultado de 2018 supere o do ano anterior, ainda que a diferença seja pequena.

Conforme o LSPA referente a outubro de 2018, a produção de grãos está estimada em 4.461 mil toneladas (t) em 2018, crescimento de 0,8% em comparação com a safra de 2017 (Tabela 12).

Tabela 12. Maranhão: Estimativa de área plantada e colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos acompanhados pelo LSPA do Maranhão – 2017 e Out/2018

Produto		Período	Área (mil ha)		Produção MA (mil t)	Rend. Médio MA (Kg/ha)
			Plantada/ a plantar	Colhida/ a colher		
Grãos	Total de Grãos	2017 (a)	1.639	1.630	4.427	2.716
		Out/18 (b)	1.684	1.684	4.461	2.649
		(b/a)	2,7	3,3	0,8	-2,5
	Soja	2017 (a)	819	819	2.334	2.851
		Out/18 (b)	927	927	2.751	2.963
		(b/a)	13,2	13,2	17,9	3,9
	Sorgo	2017 (a)	92	92	118	1.282
		Out/18 (b)	106	106	59	562
		(b/a)	15,0	15,0	-49,6	-56,2
	Milho	2017 (a)	471	465	1.632	3.521
		Out/18 (b)	420	420	1.330	2.904
		(b/a)	-10,8	-9,6	-18,5	-17,5
	Feijão	2017 (a)	75	75	44	575
		Out/18 (b)	73	73	38	511
		(b/a)	-2,4	-2,4	-14,9	-11,1
Demais culturas	Arroz	2017 (a)	160	157	247	1.570
		Out/18 (b)	136	136	226	1.694
		(b/a)	-15,2	-13,6	-8,2	7,9
	Algodão	2017 (a)	22	22	52	3.796
		Out/18 (b)	22	22	56	4.102
		(b/a)	-0,7	-0,7	7,4	8,1
	Mandioca	2017 (a)	294	151	1.316	8.703
		Out/18 (b)	278	147	1.284	8.582
		(b/a)	-5,4	-3,0	-2,4	-1,4
	Cana-de-açúcar	2017 (a)	52	45	2.483	54.580
		Out/18 (b)	50	45	2.532	55.930
		(b/a)	-4,0	-0,3	2,0	2,5

Fonte: GCEA/LSPA/IBGE

*Para o total da produção de grãos, considerar no somatório apenas 61% do peso do algodão herbáceo referente ao caroço, de acordo com especificações do IBGE.

Em 2017, houve uma supersafra de grãos no Maranhão resultante de regularização das chuvas no estado, principalmente na região sul, onde residem os maiores *players*, tais como Balsas, Tasso Fragoso, Alto Parnaíba, entre outros. Após um período de seca extrema, a produção agrícola maranhense voltou à normalidade, com uma produção em torno dos 4 milhões de toneladas.

Já a partir de 2018, a produção de grãos estava estimada em patamares bastante superiores ao ano anterior, sendo que em janeiro, primeira estimativa para o presente ano, esperava-se colher cerca de 5,1 milhões de toneladas de grãos, ao passo que na estimativa de outubro, esse valor reduziu para 4,4 milhões de toneladas.

Contudo, a estimativa de outubro aponta que mesmo com essas reavaliações para baixo desde o início do ano, a produção graneleira deverá ser superior ao do ano passado.

- A cultura da Soja não apresentou reavaliações para baixo nos últimos meses, tanto que se estimar colher o equivalente a 2,7 milhões de toneladas (+17,9% em comparação à safra do ano anterior). Por outro lado, as reavaliações feitas nas áreas plantadas do milho e do sorgo afetaram fortemente a produção total de grãos;
- A cultura do Milho sofreu diversas reavaliações de área no decorrer do ano, principalmente, no tocante ao Milho 2ª safra, que é plantado pela maioria dos produtores de Soja após a colheita total desta. A redução total do Milho safrinha até o momento foi de 55,12% em comparação ao

- ano anterior. Isso ocorre, principalmente, devido à decisão de grande parte dos produtores que, inicialmente, pretendiam plantar milho, mas por algum motivo, por exemplo, redução no volume de chuvas, acabaram desistindo de cultivar essa leguminosa. O mesmo acontece com o Sorgo;
- Quanto à cultura do Arroz, as estimativas seguem de acordo com o esperado. Conforme o resultado do LSPA de agosto, espera-se colher o equivalente a 226 mil t de arroz em 2018 (-8,2% em comparação ao ano anterior);
 - Em Axixá, por exemplo, a área anteriormente informada estava superestimada, dado que a maioria dos produtores, abandonou esta cultura devido ao seu baixo preço no mercado local, somado à forte concorrência do produto importado, que é comercializado localmente. Isso também ocorreu nos municípios de Bacabeira, Bacurituba, Benedito Leite, entre outros. Vale destacar que em Barreirinhas, a produtividade do arroz é bastante superior à média do Estado, visto que sua produção é de várzea (3.289 kg/ha).
 - A cultura da Mandioca vem sendo revisada para baixo desde a primeira estimativa do ano, assim como aconteceu com o Arroz e o Milho. Isso se justifica devido a fatores como a forma rudimentar de cultivo, o que prejudica a produtividade, além da incidência de pragas e estiagem em alguns municípios, por exemplo, Buriti Bravo e Lagoa do Mato;
 - A produção de Cana-de-Açúcar no Estado segue positiva em 2018, com crescimento de 2,0% em comparação ao ano passado, incremento de 49 mil t;
 - Em Buriti Bravo, por exemplo, houve o surgimento de novas áreas de plantio de Cana-de-Açúcar devido a instalação de um engenho no município. Já em Campestre do Maranhão, a empresa Maity aumentou a área de plantio de Cana para atender a sua própria capacidade de industrialização.
 - É importante ressaltar que a agropecuária, apesar de apresentar um peso pequeno no Valor Adicionado (8,0%) em comparação aos demais setores, exerce um papel fundamental no PIB do Estado. Em 2016, por exemplo, segundo dados recentes do PIB maranhense, o resultado da extrema seca que afetou a produção agrícola maranhense por dois anos consecutivos (2015 e 2016), fez com que o setor primário apresentasse a maior retração em volume entre os três grandes setores da economia (-29,3%);
 - Por outro lado, é importante destacar que, em 2017 e 2018, tivemos supersafra que, conseqüentemente, irão reverter esse quadro ruim vivido entre 2015 e 2016, tanto que as projeções recentes do PIB maranhense apontam que, em 2017, somente o setor agropecuário deverá crescer: 34,1% em 2017 e 1,2% em 2018 (Ver Produto Interno Bruto);
 - Apesar do LSPA não fazer acompanhamento dos produtos da Silvicultura para 2018, tem-se os dados da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) atualizados até 2017 que apontam crescimento de 67,8% na produção de Madeira em tora entre 2016 e 2017. Destaca-se que, em 2016, devido à grande estiagem ocorrida, a base foi muito fraca, o que justifica esse crescimento significativo;
 - Portanto, em 2017 a produção de Madeira em Tora encerrou em 1,823 milhões de metros cúbicos, com destaque para a Madeira em tora de eucalipto para papel e celulose, cuja produção é de, aproximadamente, 1,579 milhões de metros cúbicos. Esse resultado reforça as expectativas positivas no PIB maranhense, em especial, ao setor primário.

3.1.2. Financiamento Imobiliário

Maranhão apresenta crescimento significativamente superior que a média do Nordeste no acumulado do ano.

Segundo os dados do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), no acumulado de janeiro a setembro de 2018, o volume de crédito para aquisição de imóveis no Maranhão alcançou R\$ 288,3 milhões, um crescimento de 10,1%, em comparação ao mesmo período do ano anterior (ajustado pela inflação do

período medida pelo IPCA). Da mesma forma, o indicador também apresentou aumento na Região Nordeste (+0,4%), porém, bem menor quando comparado ao Maranhão e a média do Brasil (+20,9). No mês de setembro, o total de financiamento a preços constantes registrou R\$ 26,6 milhões ante 28,3 milhões em comparação ao mesmo mês do ano passado.

Tabela 13. Brasil, Nordeste e Maranhão: Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis (R\$ milhões inflac. IPCA), Participação do Nordeste e Brasil 2007 a 2017, Taxa Média de Crescimento Anual 2007 a 2017 (% a.a.), 2017/2016 e Taxa de Crescimento 2018/2017 (acumulado até setembro) e participação do Maranhão no Nordeste e no Brasil (%)

Ano	Total			Part. (%)	
	MA	NE	BR	NE	BR
2007	101,5	1.436,4	17.082,8	7,1	0,6
2008	156,9	2.222,2	24.752,1	7,1	0,6
2009	288,4	3.556,7	34.496,2	8,1	0,8
2010	425,8	5.179,1	51.763,4	8,2	0,8
2011	679,2	7.052,0	68.294,8	9,6	1,0
2012	874,7	8.915,5	79.266,9	9,8	1,1
2013	994,5	11.813,4	105.047,4	8,4	0,9
2014	1.120,5	12.602,2	104.678,8	8,9	1,1
2015	732,2	8.545,0	65.156,5	8,6	1,1
2016	413,3	5.314,2	38.114,1	7,8	1,1
2017	326,9	4.606,8	35.512,4	7,1	0,9
2017*	261,8	3.699,3	26.955,7	7,1	1,0
2018*	288,3	3.713,5	32.596,7	7,8	0,9
2007 a 2017	12,4	12,4	7,6	-	-
2017/2016	-20,9	-13,3	-6,8	-	-
2018/2017*	10,1	0,4	20,9	-	-

Fonte: SBPE/BACEN *Janeiro a setembro.

No comparativo inter-regional, a concessão de financiamentos imobiliários no Maranhão registrou crescimento de 10% (descontada a inflação), em contraste a uma estagnação na média da Região Nordeste, e 20% de crescimento na média nacional.

Observa-se, na região Sudeste e, particularmente, em São Paulo, uma retomada mais intensa no segmento imobiliário, a qual deverá se transformar, dependendo do cenário político que vai se configurar em ativação de emprego na construção civil. Algo essencial para retirar o país da semi-estagnação em que se encontra.

Segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), o total de financiamentos com recursos da caderneta de poupança alcançou R\$ 4,88 bilhões em novembro. Nesse mesmo mês, o volume de crédito imobiliário recuou 13,9%, porém, registrou crescimento de 54,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

De acordo com o levantamento feito em 19 regiões de todas as partes do país, o que representa 91% das unidades habitacionais lançadas, o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), foi o responsável por 51% dos lançamentos residenciais no Brasil, o que traduz uma alta de 30% e um total 21,4 mil unidades lançadas em relação ao mesmo mês do ano anterior, segundo levantamento da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Ainda segundo a CBIC, nos últimos 12 meses encerrados em setembro do ano corrente, o total de lançamentos foi de 102,552 mil ante 85,602 mil em comparação ao acumulado dos 12 meses anteriores, sendo que as vendas registraram crescimento de aumento de 23% totalizando 26,187 mil unidades no terceiro trimestre de 2018.

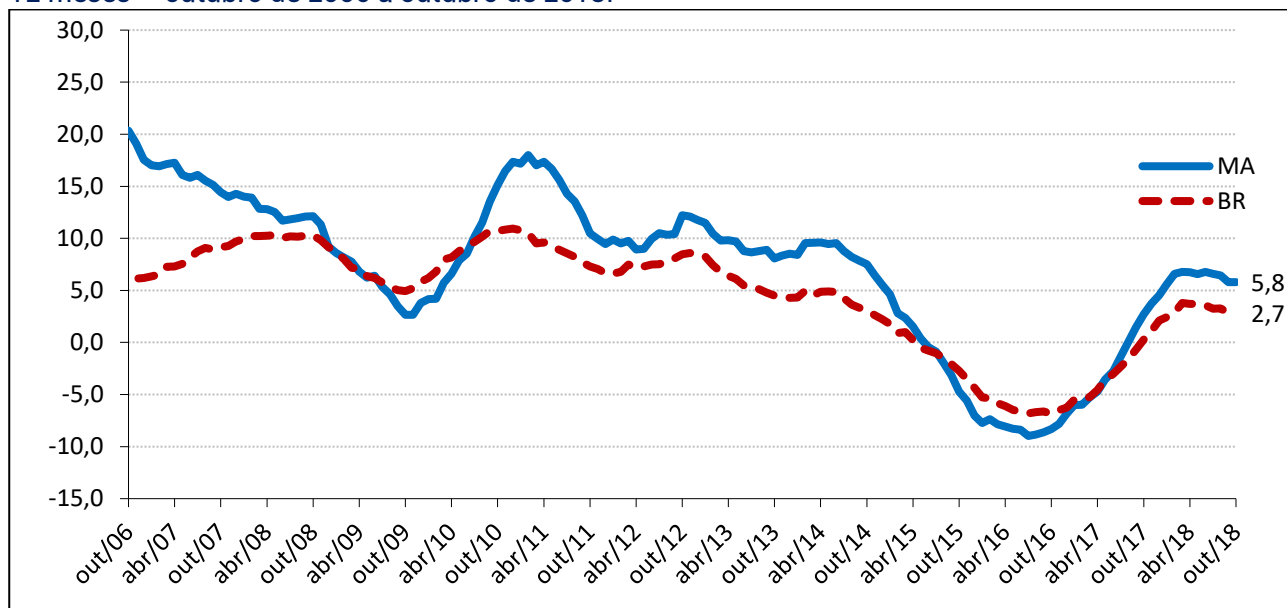
3.1.3. Comércio

Em outubro de 2018, o varejo restrito maranhense apresentou o segundo resultado negativo consecutivo, acumulando um recuo de 3,5% no terceiro bimestre de 2018.

O comércio maranhense apresentou, em outubro, recuo de 1,8% em seu volume de vendas no varejo restrito e que se somado a setembro chega a 3,5%. Apesar da queda das vendas neste período, os resultados são superiores ao mesmo período do ano anterior, com avanço de 5,6% em outubro e de 7,9% quando somado a setembro. O volume de vendas no acumulado de 12 meses do restrito maranhense foi de 5,8%, o dobro do apresentado em âmbito nacional, que foi de 2,7% neste mesmo

comparativo, o Maranhão possui evolução no varejo restrito acima do nível nacional desde abril de 2017 (Gráfico 25).

Gráfico 25 Maranhão: Varejo Restrito: Comparativo entre MA e BR – variação % acumulada nos últimos 12 meses – outubro de 2006 a outubro de 2018.

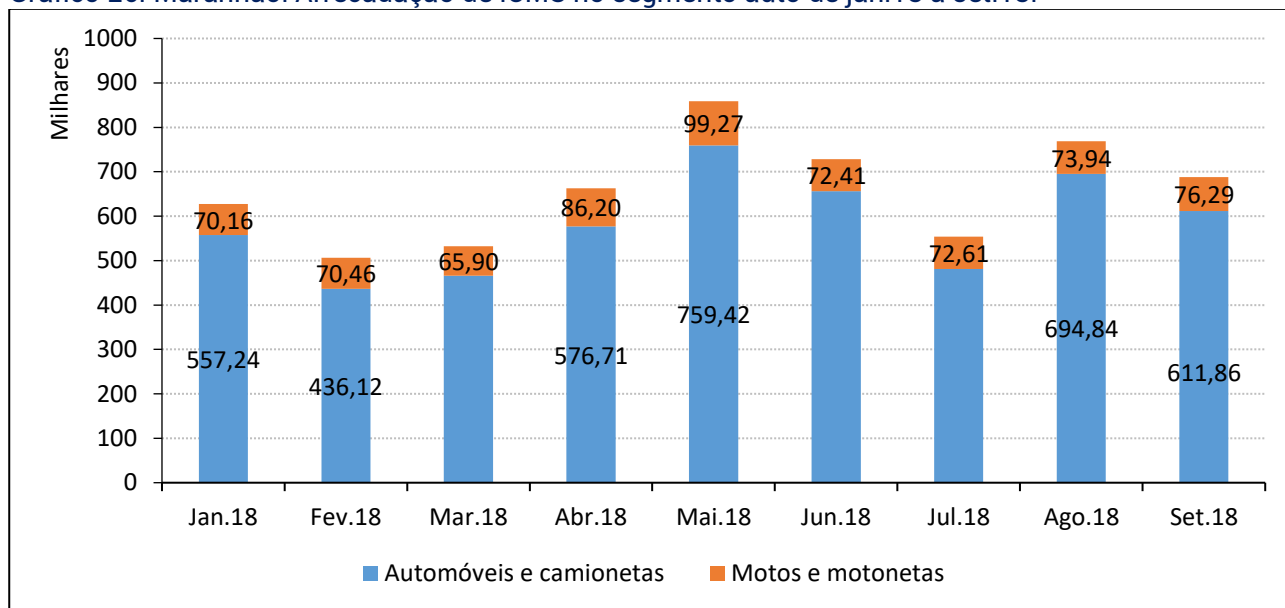


Fonte: PMC, IBGE.

O comércio varejista ampliado recuou 1,3% na variação mensal, mantendo trajetória de queda apresentada nos últimos três meses. As menores vendas no varejo ampliado, se deve ao segmento de materiais de construção, enquanto que as vendas de automóveis e motos apresentaram avanços em outubro. Em outubro, o total de vendas de carros novos avançou em relação a setembro em 969 unidades, alcançando 6.959 unidades vendidas no Estado do Maranhão, segundo dados da FENABRAVE. A venda de auto + leve alcançou 2937 unidades e avançou em 561 unidades nesta variação mensal e próximo de sua máxima em agosto quando alcançou 2938 unidades. Os dados de vendas em outubro indicam recuperação do setor após o recuo ocorrido em setembro quando as vendas foram de 5.990 unidades. Anterior a setembro, o segmento havia passado por uma sequência de três altas seguidas, culminando no melhor resultado do ano em agosto quando alcançou 7.404 unidades vendidas.

Analisando os dados sobre o ICMS do Estado durante 2018 sobre a venda de carros novos, confirma-se a queda da arrecadação em setembro quando comparado ao mês anterior. Isto se deve em grande parte ao bom desempenho de agosto, quando houve entrada de recursos extras na economia e aos juros praticados no segmento, que estiveram mais atrativos ao financiamento das vendas. Analisando a evolução dos tipos de dívidas na maior praça comercial do Estado, observamos que dívidas com financiamento de carros representavam 8,4% do total das dívidas no orçamento das famílias em São Luís e, no mês de setembro, recuaram para 7,9%, constatando a inflexão de desempenho do consumo no setor Auto de agosto a setembro de 2018.

Gráfico 26. Maranhão: Arrecadação de ICMS no segmento auto de jan.18 a set.18.



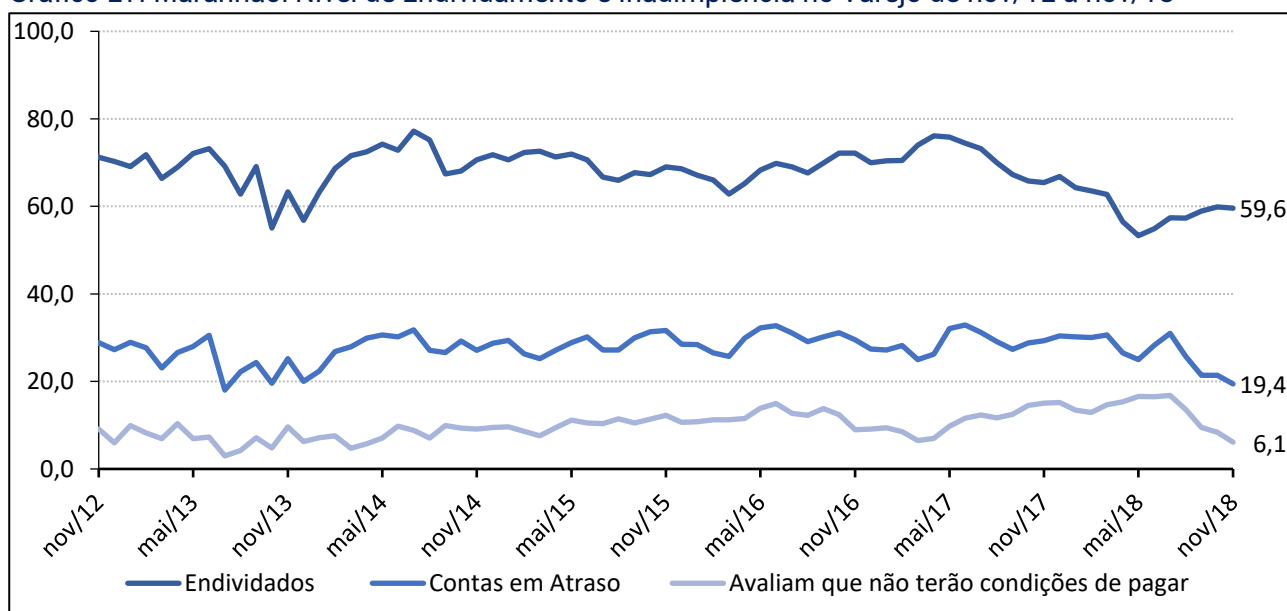
Fonte: SEFAZ MA.

3.1.4. Endividamento e Inadimplência

O endividamento na capital maranhense se mantém estável pelo segundo mês consecutivo alcançando 59,6% das famílias maranhenses e com a inadimplência em trajetória de queda desde agosto de 2018.

Em novembro, após tênue oscilação negativa de 0,3 p.p. em sua variação mensal, o nível de endividamento estabilizou com 59,6% das famílias na capital maranhense apresentando algum tipo de dívida. Este indicador tem mostrado baixa variação nos últimos três meses, face ao momento de fraca expansão do crédito para o consumo. As famílias que declararam não ter condições de pagar suas dívidas alcançaram 19,4% reduzindo 2 p.p. em sua variação mensal, e aqueles que declararam que não terão condições de pagar suas dívidas alcançaram 6,1% com uma queda de 2,3 p.p. em relação ao mês anterior. As contas em atraso e aqueles que declararam não ter condições de pagar suas dívidas tiveram reduções em seus níveis diante da absorção que estas dívidas tiveram do acréscimo da massa de rendimentos oriundos da melhora no mercado formal de trabalho.

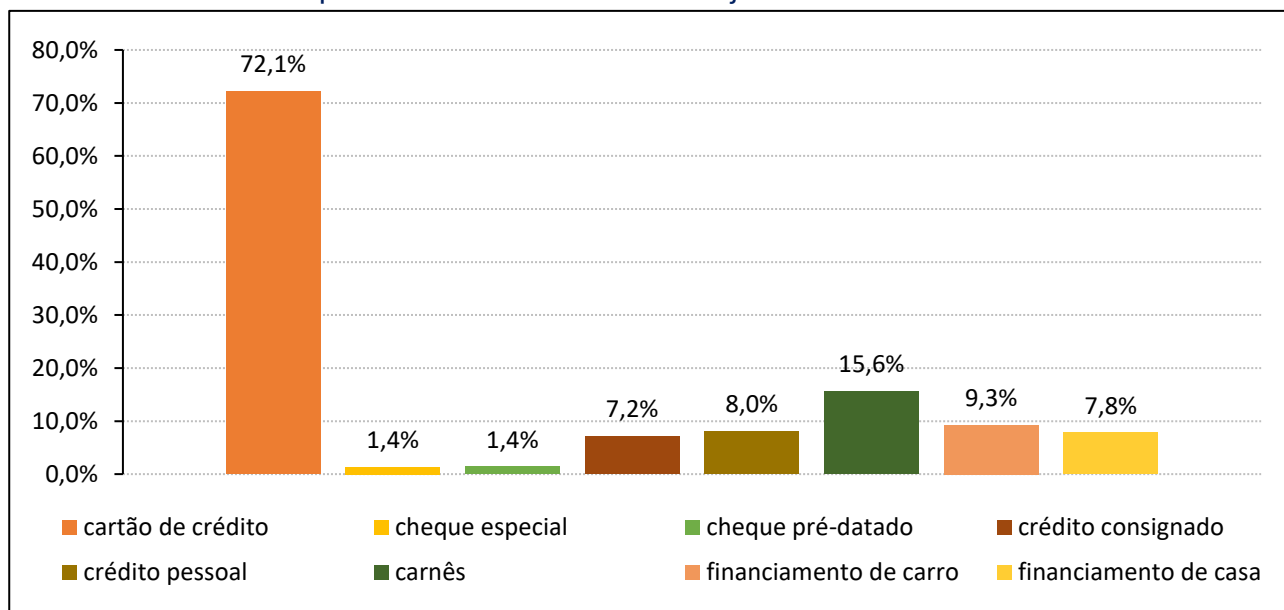
Gráfico 27. Maranhão: Nível de Endividamento e Inadimplência no Varejo de nov/12 a nov/18



Fonte: CNC/Fecomércio.

Dentre os tipos de dívidas com maior impacto no orçamento das famílias, as três maiores são: dívidas com cartão de crédito que representam 72,1%, seguido pelas dívidas com carnês que alcançam 15,6% e financiamento de carro que representam 9,3% das dívidas contraídas. Em suas variações mensais positivas, dívidas com cartões e financiamento de carro avançaram 1,2 e 1,6 p.p. respectivamente, sendo estes os principais financiadores do consumo atualmente. As dívidas com carnês reduziram 3,3 p.p., com a preferência por este tipo de dívida tendo reduzido em função de seu alto custo de manutenção.

Gráfico 28. Maranhão: Tipos de dívidas no Comércio Varejista em nov/18

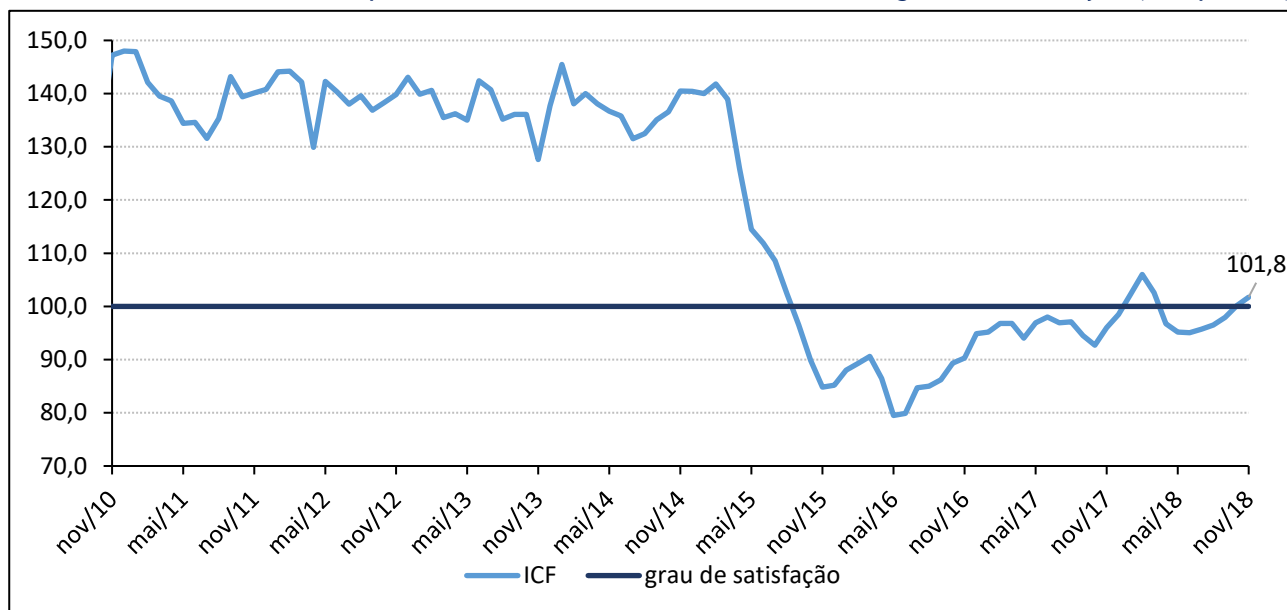


Fonte: CNC/Fecomércio.

Intenção de Consumo das Famílias

O nível de Intenção de Consumo das Famílias em novembro se mantém acima do grau de satisfação da pesquisa e atingiu 101,8 pontos após avanço de 1,6% em novembro na comparação com o mês imediatamente anterior. Conforme dados da Fecomércio, o momento para duráveis teve forte alta de 18,5% na variação mensal deste subcomponente e se deve a maior estabilidade profissional que permite ao consumidor planejar a compra destes itens com maior valor adicionado. A melhor estabilidade profissional é visualizada no ICF através do nível de satisfação com o emprego atual que subiu 0,5% em sua variação mensal. A renda atual apresentou leve avanço de 0,1% na variação mensal e isto ocorre após o mês de outubro apresentar a terceira menor variação de preços no Brasil (+0,37%) e a terceira menor alta no acumulado dos últimos 12 meses de 2,51%, segundo o IPCA. A baixa inflação favorece a avaliação positiva que as famílias possuem sobre sua renda atual com base no poder de compra de seus rendimentos mensais.

Gráfico 29. São Luís: ICF em pontos -Nov/10 a Nov/18, relacionado ao grau de satisfação (100 pontos)

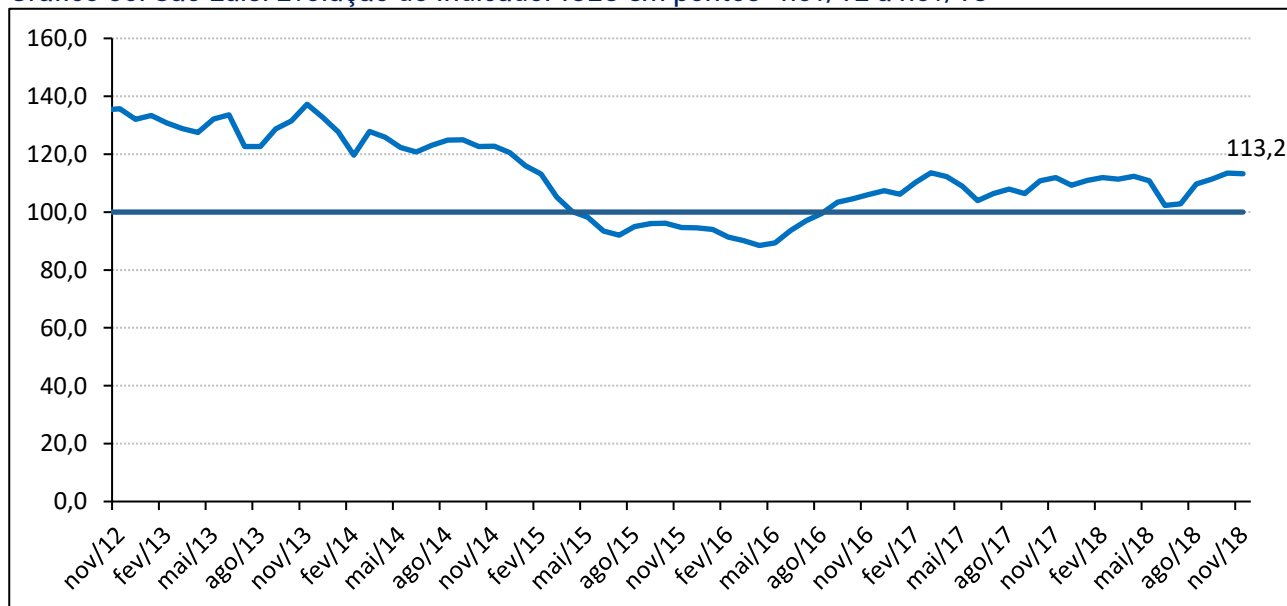


Fonte: CNC/Fecomércio.

Confiança do Empresário do Comércio

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC) alcançou 113,2 pontos, apresentando um sutil recuo de -0,17% na variação mensal em novembro deste ano. O subcomponente que avalia as expectativas positivas em relação à economia maranhense, às empresas e ao setor do comércio está com 62 pontos acima do grau de satisfação da pesquisa, estabilizando-se neste mês após oscilação positiva de 0,18% em sua variação mensal. Entretanto, a pesquisa indica que embora exista avanço no otimismo empresarial, este não teve efeito sobre o nível de investimento, conforme demonstrado no recuo de 0,2% frente ao mês anterior no subcomponente que avalia os seguintes níveis: indicativo de contratação de funcionários, nível global de investimentos e situação atual dos estoques. Destaca-se que embora este subcomponente esteja com 98,7 pontos e situando-se abaixo do grau de satisfação da pesquisa que é de 100 pontos, o indicativo de contratação de funcionários permanece bem avaliado e com 126,4 pontos dentro do ICEC.

Gráfico 30. São Luís: Evolução do Indicador ICEC em pontos -nov/12 a nov/18



Fonte: CNC/Fecomércio.

3.1.5. Serviços

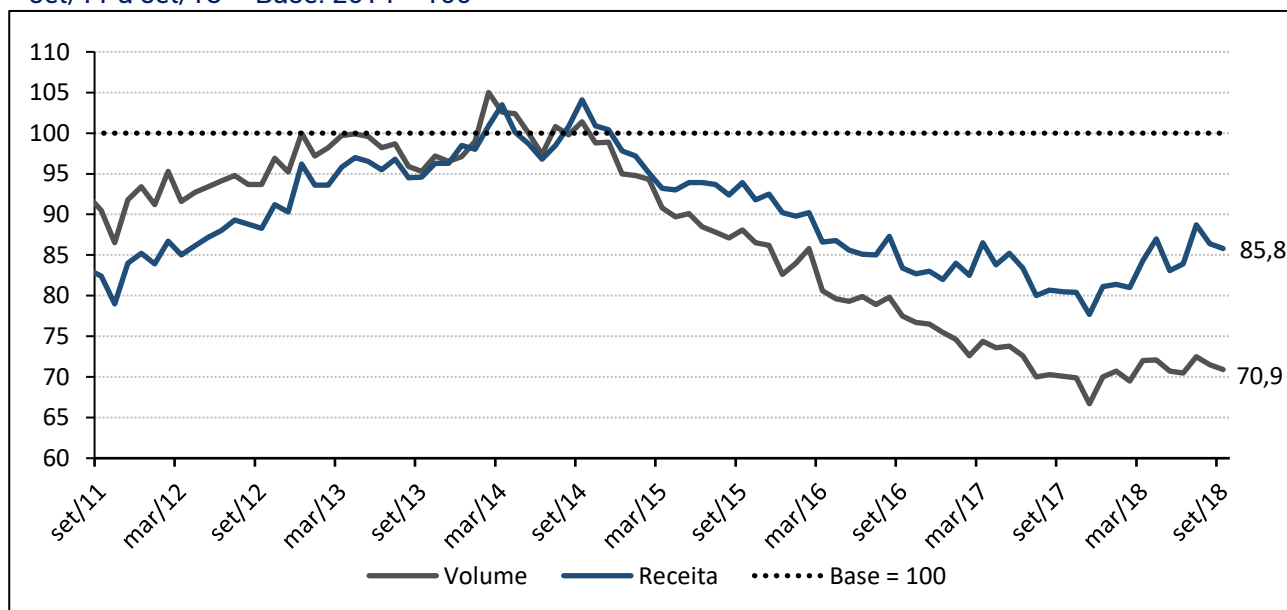
O volume de serviços do Maranhão registrou queda de 0,8% no mês de setembro de 2018 em relação a agosto de 2018, que pode ser justificada pela queda na arrecadação dos Serviços de Comunicação (-5,8%), utilizando a mesma base de comparação.

No Maranhão, em setembro de 2018, o setor de serviços teve variação negativa de 0,8% frente a agosto, o pior desempenho para o mês desde setembro de 2011. Em relação a setembro de 2017, os serviços cresceram 0,8%, terceira taxa positiva consecutiva, no entanto a menor em relação aos meses anteriores. No acumulado em 12 meses, o índice de volume de serviços, passou de -4,8% em agosto para -3,9% em setembro, apresentando redução no ritmo de queda desde novembro de 2017. No terceiro trimestre do ano, encerrado em setembro, o volume de serviços cresceu 2,2%, em comparação ao mesmo período do ano passado, configurando-se como a variação mais acentuada desde janeiro de 2015.

- Em setembro de 2018, houve queda na arrecadação dos serviços de comunicação (-5,8%) do Maranhão. Em relação a agosto de 2018, este segmento tem grande peso no setor de serviços.

Tanto a receita real como a receita nominal do setor de serviços no Maranhão seguiram a mesma tendência do volume de serviços, apresentando queda, respectivamente, de 1,2% e 0,7% em setembro em comparação a agosto de 2018.

Gráfico 31. Maranhão: Índice do Volume de Serviços e Receita Nominal de Serviços, com Ajuste Sazonal - set/11 a set/18 – Base: 2014 = 100



Fonte: PMS/IBGE.

Apesar da queda no volume e na receita de serviços, no mercado formal o segmento apresentou crescimento de 89,7% no saldo de contratações líquidas, conforme os dados do CAGED. Em comparação a setembro de 2017, o crescimento foi de 178,4%. O segmento que mais contratou no mês de setembro foram os *Serviços de alojamento, alimentação e etc.*, no qual as contratações líquidas cresceram 195,6% em setembro comparado a agosto. A ampliação de investimentos em contratações neste período indica expectativas do empresariado de avanço no volume de serviços nesse segmento dado a proximidade com o período de festividades do último bimestre do ano.

Existe potencial de crescimento deste setor para os últimos três meses de 2018 dado que existe demanda reprimida neste segmento da economia e ainda não foi atendida, o que permitiria absorver as perdas acumuladas nos últimos 12 meses (setembro de 2018) em volume de serviços (-3,9%). Seguindo

essa tendência, a receita nominal do setor apresentou crescimento nesse indicador (0,6 %), após 40 meses de queda.

3.1.6. Investimentos

O monitoramento dos investimentos em andamento e projetados no Estado do Maranhão registra um montante de R\$ 16,1 bilhões, conduzidos por iniciativas públicas e privadas.

Conforme a Tabela 14, o monitoramento dos Projetos de Investimento no Estado do Maranhão, uma atividade do Grupo de Conjuntura do IMESC, alcançou a cifra de R\$16,1 bilhões em investimentos públicos e privados, em andamento e projetados, conforme dados das secretarias e órgãos envolvidos, e ainda através do acompanhamento do noticiário, em várias plataformas, além de consulta direta aos grupos empresariais envolvidos. Desse montante, um conjunto de Projetos no valor de R\$ 7,1 bilhões (43,9% do total), encontram-se em andamento, e R\$ 9,0 bilhões (56,1%), com obras a iniciar. Os investimentos destinados ao Estado dividem-se entre privados (R\$ 11,0 bilhões) e públicos (R\$ 5,1 bilhões), sendo que estes últimos ocorrem por meio de fontes de recursos estaduais (R\$ 4,2 bilhões) e federais (838,0 milhões).

Tabela 14. Maranhão: Investimentos Privados e Públicos Estaduais e Federais em Andamento e Projetados (R\$ milhões) - 2018 a 2022¹⁴

Investimento Estimado	Total Geral	Em Andamento	A iniciar					
			Anunciados	Em contratação	Em Licitação	Fase de elaboração	Termo de compr. assinado	Total (A iniciar)
Privados	11.029,1	4.479,0	5.255,2	-	208,0	860,0	226,9	6.550,1
Movimentação Portuária	2.703,0	1.868,0	-	-	208,0	627,0	-	835,0
Energia Elétrica	2.454,8	500,0	1.954,8	-	-	-	-	1.954,8
Indústria de Transformação	2.180,6	554,0	1.484,2	-	-	24,9	117,5	1.626,6
Transporte/Logística	1.404,9	1.277,0	43,5	-	-	-	84,4	127,9
Agropecuária	1.400,0	-	1.400,0	-	-	-	-	1.400,0
Comércio e Serviços	557,4	200,0	156,2	-	-	200,0	1,2	357,4
Indústria Extrativa	195,7	-	193,0	-	-	2,7	-	195,7
Fabricação fertilizantes e armaz.	98,5	80,0	10,0	-	-	-	8,5	18,5
Outras obras de infraestrutura	27,9	-	12,6	-	-	-	15,3	27,9
Construção Civil e Imobiliário	5,4	-	-	-	-	5,4	-	5,4
Alimentação e bebidas	1,0	-	1,0	-	-	-	-	1,0
Públicos	5.066,7	2.587,3	1.127,8	1.279,5	64,2	7,8	-	2.479,4
Rodovias	2.185,7	735,5	170,7	1.279,5	-	-	-	1.450,2
Saneamento	563,9	558,7	5,2	-	-	-	-	5,2
Creches, Escolas, Instit. e Univ.	327,9	270,8	-	-	49,8	7,4	-	57,1
Hospitais e UBS's	176,0	164,9	-	-	11,1	-	-	11,1
Assistência Social	101,8	98,6	1,3	-	1,9	-	-	3,2
Outras obras de infraestrutura	27,9	-	12,6	-	-	-	15,3	27,9
Energia	16,6	16,6	-	-	-	-	-	-
Segurança Pública	14,6	14,6	-	-	-	-	-	-
Cadeias Produtivas	8,6	8,6	-	-	-	-	-	-
Total Geral	16.095,8	7.066,3	6.383,0	1.279,5	272,2	867,8	226,9	9.029,5

Fonte: SEINC; CAEMA; EMAP; SEDES; SEDUC; SINFRA; SSP; SES; ASPLAN; IMESC.

Os investimentos privados correspondem a 68,5% do total de investimentos em andamento e projetados para o Estado. Os grandes projetos distribuem-se principalmente nos segmentos de Movimentação Portuária (24,5%), Energia Elétrica (22,3%) e na Indústria de Transformação (19,8%). Os principais investimentos privados em andamento estão presentes nesses segmentos, a exemplo: a construção do Porto de São Luís, orçado em R\$1,7 bilhões; a ampliação do Parque Eólico, entre Barreirinhas e Paulino Neves, da Ômega Energia, orçado em R\$ 500 milhões e a construção do abatedouro de frangos em Igarapé do Meio por intermédio da empresa AGRONOR, orçado em R\$ 45 milhões.

Entre os investimentos privados anunciados no último trimestre do ano de 2018, destaca-se a expansão da produção agropecuária do Estado, por meio da empresa Brasil Agro. O investimento é

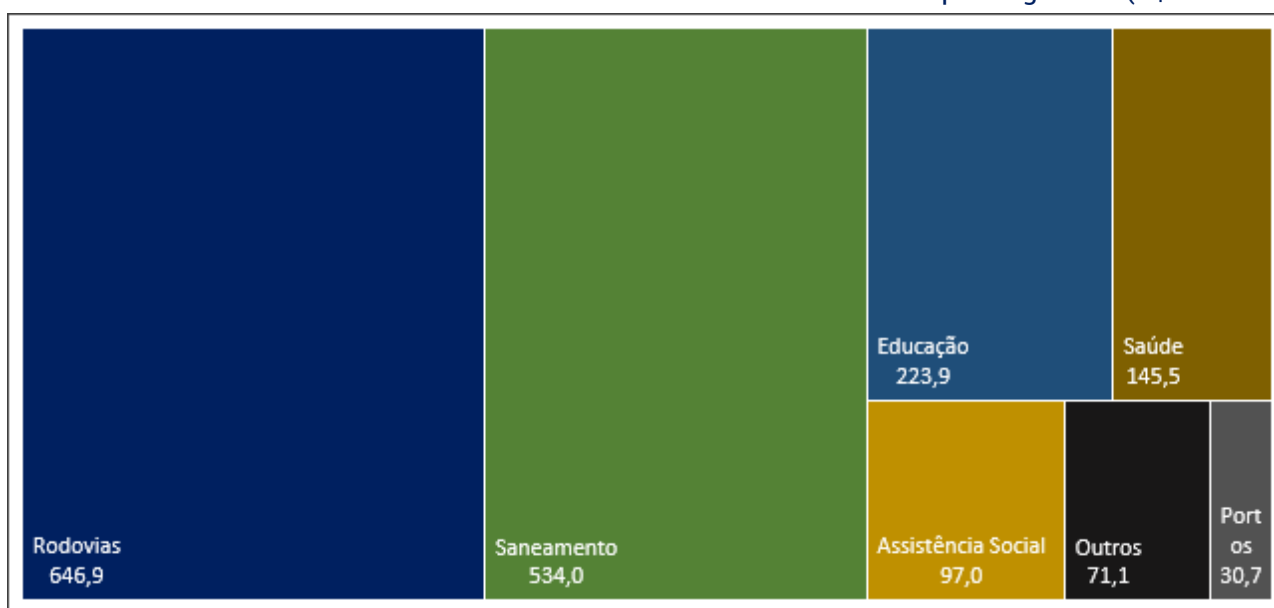
¹⁴ Os investimentos públicos em andamento e planejados tem previsão de conclusão até 2018/2019 enquanto os investimentos privados têm previsão de conclusão em 2022.

destinado à ampliação da produção de grãos (soja e milho) e etanol (cana-de-açúcar) no município de São Raimundo das Mangabeiras. A empresa anunciou investimento de R\$ 1,4 bilhões para os próximos anos e geração de três mil empregos diretos.

Os investimentos públicos em andamento conduzidos pelo governo do Estado do Maranhão totalizam R\$ 1,7 bilhões e destinam-se, principalmente, a melhorias da infraestrutura rodoviária maranhense, saneamento básico, educação e saúde.

Conforme o Gráfico 32, os investimentos públicos em andamento no Maranhão executados pelo Governo Estadual, totalizam R\$ 1,7 bilhões concentrados nos segmentos de infraestrutura rodoviária (R\$ 646,9 milhões), saneamento básico (R\$ 534,0 milhões), educação (R\$ 223,9 milhões), saúde (R\$ 145,5 milhões), assistência social (R\$ 97,0 milhões), infraestrutura portuária (R\$ 30,7 milhões) e outros (R\$ 71,1 milhões)¹⁵. Os recursos destinados para essas áreas são provenientes do Tesouro Estadual, créditos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil (BB) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Gráfico 32. Maranhão: Investimentos do Governo Estadual em Andamento por Segmento (R\$ milhões)



Fonte: CAEMA; EMAP; SEDES; SEDUC; SINFRA; SSP; SES; ASPLAN; IMESC.

No Maranhão, os segmentos que recebem a maior parcela de investimentos do governo estadual são os que se referem às melhorias na infraestrutura rodoviária (37% dos investimentos em andamento), saneamento básico (30,5%), educação (12,8%) e construção de hospitais (8,3%):

- **Infraestrutura Rodoviária:** segundo a Secretaria de Infraestrutura do Maranhão (SINFRA), existem 17 trechos em rodovias estaduais com obras em andamento, e investimento de R\$ 646,9 milhões. As obras concluídas até 2018, nesse segmento, foram orçadas em R\$ 687 milhões, correspondente a 28 trechos. A maior parcela dos investimentos foi destinada a reestruturação da MA-140 entre a BR-230, no município de Balsas, até o entroncamento da MA-007 no povoado Ouro (R\$ 81,5 milhões), concluído em junho de 2018;
 - Entre as principais obras a iniciar no segmento destaca-se a reestruturação de trechos da MA-006 (Entroncamento BR 222/Arame a Alto do Parnaíba), que ocorrerão, em grande parte, por meio de créditos concedidos ao governo pelo Banco de Fomento Andino (CAF) e o New Development Bank – Banco dos BRIC's.
- **Saneamento Básico:** os investimentos em saneamento básico no Maranhão, ocorrem por meio dos programas Água Para Todos e Mais Saneamento (R\$ 520,1 milhões), sob responsabilidade

¹⁵ A parcela destinada aos outros investimentos constitui-se de projetos de secretarias e fundações, assim distribuídos: SEOAC (36,4%); SSP (17,4%); SEINC (16,8%); SEDEL (14,2%); SAGRIMA (12,1%); FUNAC (2,4%) e SEAP (0,7%).

da Companhia de Saneamento do Maranhão (CAEMA), e por meio do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (R\$ 13,8 milhões), que tem como a executora a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES);

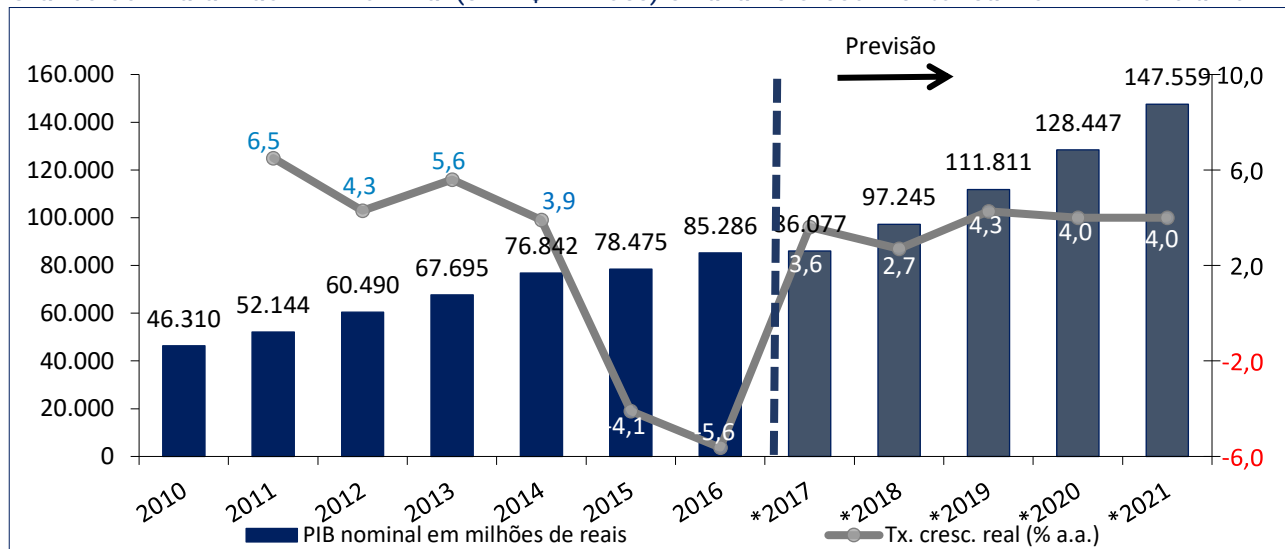
- **Educação:** as obras em andamento destinadas a expansão do sistema educacional maranhense (R\$ 223,9 milhões) referem-se à construção de Institutos Educacionais (IEMA's) por meio da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) - R\$ 116,7 milhões, construção de Escolas Dignas e ampliação e modernização das unidades de ensino por meio da Secretaria de Educação do Maranhão (SEDUC) - R\$ 81,6 milhões e modernização e construção de unidades da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) - R\$ 25,6 milhões. Por meio dessas instituições do governo, já foram concluídos, até novembro de 2018, R\$ 148,1 milhões em investimentos;
- **Saúde:** conforme dados da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SES), existe 16 hospitais com obras em andamento no Maranhão, orçadas em R\$ 145, 5 milhões, com destaque para a ampliação do Hospital Carlos Macieira que corresponde a 38,9% dos investimentos em hospitais do Estado. Até 2018, foram construídos pelo governo do Estado oito novos hospitais macrorregionais, o Hospital Estadual de Traumatologia e Ortopedia e uma Unidade de Especialidades Odontológicas do Maranhão (SORRIR).

3.1.7. Produto Interno Bruto

Modelo de previsão do IMESC referente ao PIB maranhense, avalia que desempenho econômico maranhense será de 2,7% em 2018

Em virtude do resultado da Contas Regionais que foi divulgado em novembro de 2018, referente ao ano de 2016, a equipe de conjuntura do IMESC reavaliou as estimativas e projeções do PIB maranhense para os anos subsequentes, compreendendo as informações mais recentes sobre a estrutura e o peso das atividades econômicas na composição do PIB. Como resultado, o crescimento real esperado para a economia maranhense para 2018, ficou em 2,7% contra 2,9% divulgado no terceiro trimestre de 2018. Para o ano de 2017, também foi realizada uma reavaliação para baixo da estimativa divulgada no trimestre anterior, passando de 4,8% para 4,3% (Gráfico 33).

Gráfico 33. Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB - 2010 a 2021



Fonte: IBGE; IMESC *Elaboração própria.

O resultado de 2018 pode ser explicado considerando a parcela de contribuição de cada setor no total de economia maranhense e os fatores que utilizados para a predição das atividades econômicas.

Agropecuária: O setor agrícola deverá apresentar crescimento de 1,2% em 2018.

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) é a principal informação para avaliação do desempenho econômico do setor agropecuário. Considerando o prognóstico referente ao mês de

novembro, assim como a estrutura de pesos referente ao resultado de Contas Regionais, o setor foi o mais impactado na reavaliação. O resultado estimado é de 1,2% contra 3,4%, divulgado no terceiro trimestre de 2018. O crescimento da produção de grãos será de 0,5% em relação ao ano anterior. Antes, avaliado em 7,5%.

Dentre todos, o prognóstico da soja – produção 17% maior que a do ano anterior – apresenta-se como principal responsável pelo novo recorde de safra e consequente elevação do crescimento real do setor.

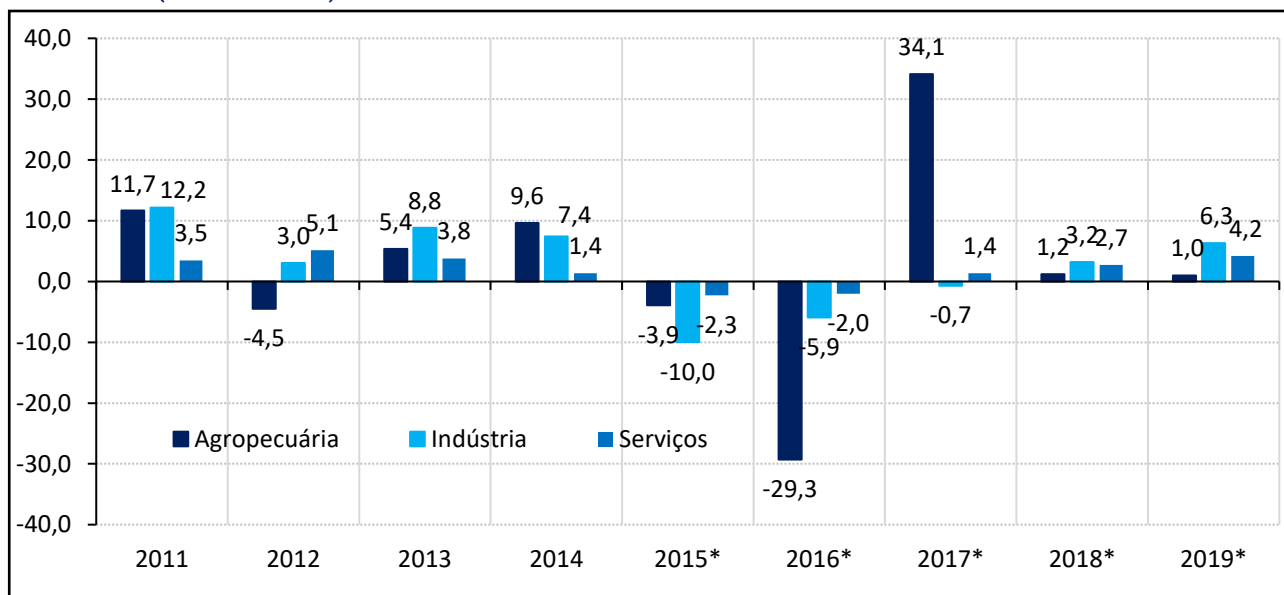
Indústria: Projeta-se que teria havido um crescimento de 3,2% em 2018, tendo como destaque para a indústria de transformação e SIUP.

É importante mencionar que o subsetor da Construção Civil perdeu participação na indústria maranhense em virtude de sucessivas quedas desde 2015, de modo que foi o vetor de maior queda no VAB do setor industrial em 2016. Diante da mudança de estrutura e informações conjunturais mais fechadas para o ano, estima-se crescimento na indústria extrativa, com destaque na produção de gás natural, na produção de energia elétrica, assim como leve retomada do crescimento na indústria de transformação, com destaque para a indústria sucroalcooleira e para a plantas voltadas ao comércio exterior, a exemplo da indústria de polpa de celulose e de pelotização.

Serviços e Comércio: Projeta-se resultado de 2,7% em 2018, por conta da diminuição da taxa de juros e pela melhora nos demais setores da economia.

No setor de serviços, foi mantida a avaliação de crescimento real de 27% para o ano de 2018. Com o desempenho dos demais setores, o volume de vendas do comércio varejista ampliado tem respondido positivamente (7,4% no acumulado do ano até setembro/18) e a maior demanda por serviços gerou, como consequência, saldo positivo de empregos formais de 11.009 (no acumulado até outubro de 2018), que é um dos indicadores utilizados para prever o resultado do VAB terciário.

Gráfico 34. Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2021



Fonte: IBGE; IMESC *Elaboração própria.

Previsão para 2019: A previsão para 2019 é de acentuação do ritmo de crescimento da economia maranhense, para 4,3%.

Em 2019, espera-se maior nível de atividade na economia maranhense. No caso, do setor agropecuário, o prognóstico para 2019 é de uma nova supersafra. O setor industrial também é avaliado

de forma otimista, tendo em vista a construção do Porto São Luís, as operações da indústria de pelotização operando o ano todo, e os investimentos em SIUP, com destaque para a geração de energia.

É importante mencionar que as projeções de PIB desenvolvidas pelo IMESC são trimestralmente atualizadas, tendo em vista o surgimento de informações mais recentes e que por sua vez permitem maior clareza sobre o cenário econômico estadual.

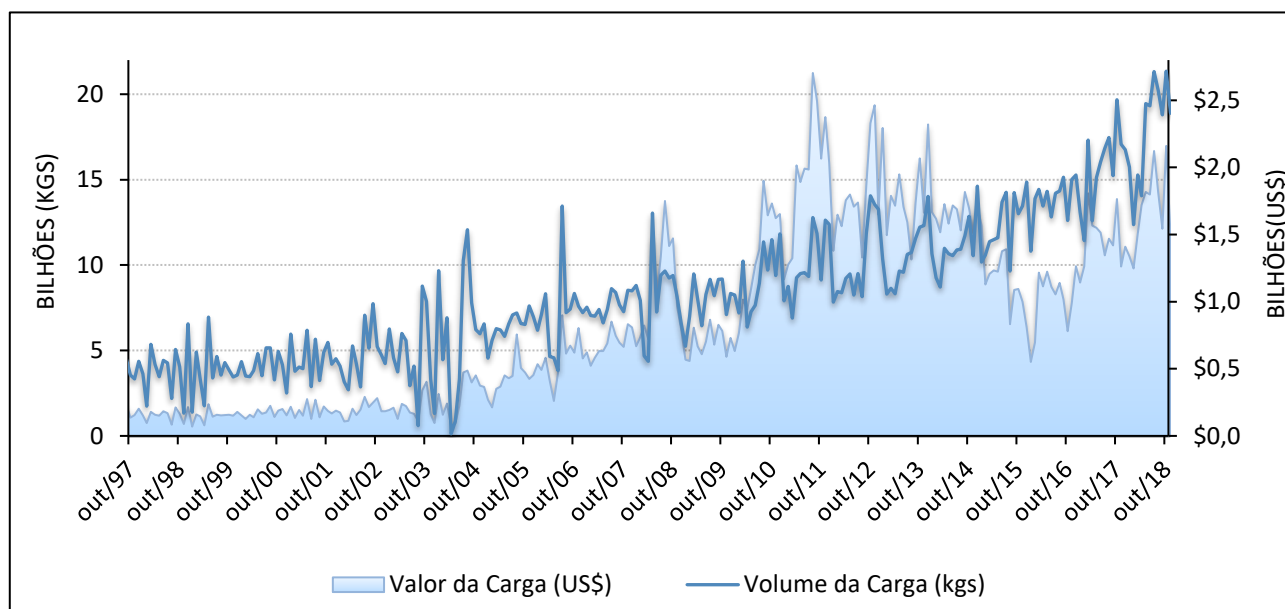
3.2. Comércio Exterior

3.2.1. Movimentação Portuária

Aumento da participação brasileira, crescimento do minério de ferro paraense e exportações maranhenses ampliam volume de cargas do complexo portuário maranhense.

No complexo portuário de São Luís, a movimentação de cargas somou US\$ 17,6 bilhões no acumulado até outubro de 2018 e movimentou, em termos de volume, 177,9 milhões de toneladas, deste total, US\$ 14,6 bilhões/171,6 milhões/t proveniente de exportações brasileiras e US\$ 2,4 bilhões/6,6 milhões/t originárias de importações. No comparativo com o mesmo período de 2017, a movimentação portuária cresceu 14,9% em movimentação de cargas e 14,96% em valor.

Gráfico 35. Maranhão: Movimentação Portuária Maranhense de out/97 até out/18. Valores em US\$ bilhões e Volume de Carga em 1000/toneladas



Fonte: MDIC.

- O volume das exportações representa 96,5% do total movimentado e as importações apenas 3,5%, no que tange a movimentação de carga de em 2018. Nas exportações, o principal Estado exportador é o Pará, que movimentou 92,7% das cargas e 63,8% do valor exportado que se traduz em US\$ 9,4 bilhões. O segundo maior Estado exportador é o Maranhão, com 4,1% do total de cargas enviadas pelo complexo; seguido do Tocantins (1,3%), do Mato Grosso (0,9%) e Piauí (0,7%); as demais Unidades da Federação não possuem percentual expressivo;
- Ainda nas exportações, o principal produto enviado ao exterior pelo complexo portuário é o Minério de Ferro Bruto, que representa 91,6% do total das exportações, originário da mina de Carajás no Pará, somando US\$ 7,6 bilhões. O segundo principal produto exportado é a Soja que soma 4,3% do total movimentado e US\$ 2,9 bilhões, dentre o qual as principais Unidades da Federação que exportam a commodity são o Maranhão com US\$ 896,2 milhões (30,5% do total da Soja); Tocantins, com US\$ 854,4 milhões (30,5% do total da Soja); o Mato Grosso com US\$ 495,8 milhões (16,9% da Soja); e o Piauí, com US\$ 466,7 milhões (15,9% da Soja). Os demais produtos com representatividade expressiva em termos de volume são: o Minério de Cobre

(0,44% do valor total) de origem paraense e as mercadorias advindas do Maranhão, que são a Alumina Calcinada (1,74% do total) e a Pasta de Celulose (0,7% do total);

- Via importações, o principal produto que advém pelo complexo portuário de São Luís é o Gasóleo (Óleo Diesel) que representa: 25,6% das importações, a cifra de US\$ 1,1 bilhões e tem como principais destinos o Maranhão (US\$ 964,3 milhões), São Paulo (US\$ 58,5 milhões), Tocantins (US\$ 26,9 milhões) e Pernambuco (US\$ 2,8 milhões). O segundo maior produto, a Hulha Betuminosa, representou 16,9% das importações seguido pelo Álcool Etilico/Etanol (11,53%) e pela Soda Cáustica (10,2% do total) que são importados, concentradamente, pelo Maranhão;
 - No caso da Hulha e do Álcool são usados tanto como insumos como para comercialização e distribuição. A Soda Cáustica possui uso nas indústrias de Alumina Calcinada (Alumar) e Papel e Celulose (Suzano S/A).
- Destaca-se que outros produtos importantes também são movimentados pelo complexo portuário, mas que dado o peso do Minério de Ferro, tornam-se pouco expressivos no total geral, como é o caso dos Fertilizantes, Outras Gasolinas, Adubos, e do Clinker, que são, sobretudo, destinados ao Maranhão (Ver Tabela 17).

3.2.2. Balança Comercial

Alta dos preços da Alumina, Soja e Pasta de Celulose leva Maranhão a recorde histórico nas exportações e no *superávit* comercial.

No acumulado do ano de 2018 até o mês de outubro, as exportações maranhenses registraram o apogeu da série histórica iniciada em 1991, superando não somente os valores para o período vigente como o total anual para o Estado, registrando a cifra de US\$ 3,3 bilhões, crescimento de 34,9% em comparação com o período de 2017. Por sua vez, as importações do Maranhão ainda seguem tímidas, registrando alta de apenas 0,9%, o que ainda assim possibilitou *superávit* recorde para a série, de US\$ 1,3 bilhões.

Tabela 15. Maranhão: Balança Comercial Maranhense e Corrente Comercial de 2010 até 2018*, Valores em US\$ milhões e Variação em (%)

Anos	Exportação (A)	A (Var %)	Importação (B)	B (Var %)	Saldo (A+B)	Corrente Comercial	A-B (Var %)
2010	2.920,3	-	-3.817,1	-	-896,8	6.737,4	-
2011	3.047,1	4,3	-6.281,4	64,6	-3.234,3	9.328,5	38,5
2012	3.024,7	-0,7	-7.060,4	12,4	-4.035,7	10.085,1	8,1
2013	2.341,9	-22,6	-6.832,9	-3,2	-4.491,0	9.174,8	-9,0
2014	2.795,5	19,4	-7.068,2	3,4	-4.272,7	9.863,7	7,5
2015	3.050,2	9,1	-3.620,7	-48,8	-570,5	6.670,9	-32,4
2016	2.209,8	-27,6	-2.101,6	-42,0	108,2	4.311,4	-35,4
2017	3.032,3	37,2	-2.559,4	21,8	472,9	5.591,7	29,7
2017*	2.487,4	-	-2.207,7	-	279,8	4.695,1	-
2018*	3.354,7	34,9	-2.228,2	0,9	1.126,5	5.582,8	18,9

Fonte: MDIC. *Acumulado de janeiro até outubro.

No comparativo do acumulado até outubro de 2017 com o de 2018, os principais responsáveis pelo *boom* nas exportações maranhenses (Tabela 16) foram: a *Alumina Calcinada* que somou US\$ 3,4 bilhões (+34,9%); o *Complexo Soja* com US\$ 931,7 milhões (+32,4%) e o *Complexo Celulose*, essencialmente *Pasta de Celulose*, com US\$ 785,3 milhões (+43,4%).

Tabela 16. Maranhão: Principais Complexos e Produtos exportados pelo Estado do Maranhão de 2016 até 2018*, valores em US\$ milhões, quantidade em (1000 toneladas) e Crescimento (%).

Produtos	2017		2017*		2018*		Cresc (%) 18*/17*	
	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd
Total	3.032,1	8.124,0	2.487,4	6.927,9	3.354,7	7.167,3	34,9	3,5
Alumina Calcinada	1.253,5	3.734,3	967,2	3.084,1	1.404,0	2.976,6	45,2	-3,5
Complexo Soja	719,4	1.915,6	703,4	1.874,7	931,7	2.359,2	32,4	25,8
Soja, mesmo tritura ext/semead.	709,9	1.887,8	694,3	1.847,1	930,9	2.358,6	34,1	27,7
Resíduos e "pellets" de soja	9,0	27,5	9,0	27,5	0,0	0,0	-100,0	-100,0
Soja, mesmo tritura p/ semead.	0,4	0,3	0,1	0,0	0,8	0,7	677,6	1.418,5
Complexo Celulose	700,3	1.453,2	547,7	1.183,7	785,3	1.205,6	43,4	1,8
Pasta de Celulose	698,4	1.448,2	546,3	1.179,7	782,3	1.198,8	43,2	1,6
Papel "tissue"	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,0	0,0
Outros	1,9	5,0	1,5	4,0	3,0	6,8	102,3	71,5
Complexo Ferro	211,4	620,5	163,5	483,3	148,1	469,6	-9,4	-2,8
Ferro Gusa	183,4	553,0	143,4	432,5	116,6	299,7	-18,7	-30,7
Semimanufaturados de Ferro/Aço	14,8	36,6	13,3	33,6	11,71	22,97	-12,2	-31,7
Billets de ferro ou aço não ligado	13,1	29,8	6,8	17,1	1,17	2,30	-82,9	-86,6
Pelotas de Ferro	0,0	0,0	0,0	0,0	18,65	144,60	-	-
Milho	54,2	357,4	41,4	274,5	21,0	125,3	-49,2	-54,4
Milho em grãos ext/semead.	54,2	357,4	41,4	274,5	21,0	125,3	-49,2	-54,4
Complexo Têxtil	51,5	30,9	29,2	17,5	29,5	16,6	1,1	-4,9
Algodão Debulhado	51,5	30,9	29,2	17,5	29,5	16,6	1,1	-4,9
Complexo Proteína Animal	22,7	5,4	18,4	4,4	19,5	5,1	5,9	15,2
Carnes Bovinas	22,1	5,3	17,9	4,3	19,0	5,0	6,2	15,9
Outros bovinos vivos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,00	0,0	0,0
Peças de Carnes Congeladas	22,1	5,3	17,9	4,3	19,0	5,0	6,2	15,9
Complexo Couro	5,4	1,6	4,8	1,5	3,9	1,6	-19,9	4,0
Outros Complexos	13,7	5,1	11,8	4,3	11,7	7,8	-0,5	83,4
Complexo Mel	5,3	1,2	4,7	1,0	1,3	0,3	-72,4	-67,6
Consumo de Bordo	4,9	2,7	4,0	2,3	4,0	3,3	-1	41
Hortifrúti e Cereais	0,1	0,4	0,1	0,2	0,2	0,7	157,7	298,8
Produtos não classificados	2,1	0,6	1,7	0,5	4,2	0,5	145,5	3,7
Demais Produtos	1,5	0,6	1,3	0,4	2,2	3,7	65,1	866,2

Fonte: MDIC. *Acumulado de janeiro até outubro.

Para a *Alumina Calcinada* maranhense, os ganhos derivaram da alta dos preços internacionais do *Alumínio* e da própria *Alumina Calcinada* que teve menor oferta no mercado mundial, além disso, os custos com energia continua pressionando os preços do alumínio e encarecendo a cadeia produtiva, justificando a alta de US\$ 867,3 milhões no valor exportado do produto maranhense.

No *Complexo Soja*, uma parte da alta de US\$ 228,3 milhões derivou de ampliação na produção e consequente quantidade exportada, que saiu de 1,9 milhões/t para 2,4 milhões/t (+27,7%) e outra da elevação dos preços internacionais para a *commodity*. A maior produção no Maranhão adveio das condições climáticas favoráveis e ampliação da área plantada que substitui boa parte das plantações de milho, resultando na perda do valor exportado do milho na balança comercial maranhense (-49,2%).

Quanto à *Pasta de Celulose*, a expansão de US\$ 237,6 milhões foi resultado de uma grande e contínua valorização dos preços internacionais, que vem ocorrendo desde 2017. No que tange a quantidade exportada, o crescimento foi pequeno registrando apenas 1,6%, ressaltando ainda mais o impacto dos preços no crescimento no valor exportado da mercadoria.

Quanto ao *Complexo Ferro*, por sua vez, os preços internacionais também foram fortes aliados no que tange ao valor das exportações maranhenses. Contudo, a quantidade exportada da maioria dos produtos do complexo registrou queda, por exemplo, de 30,7% na quantidade exportada de *Ferro Gusa*, cujo valor exportado entre 2017 e 2018 ainda oscilou negativamente em 18,7%. O diferencial entre os dois resultados aponta o maior preço da *commodity*, sendo que este mesmo movimento pode ser observado nos demais produtos do *Complexo Ferro*: os *Semimanufaturados de Ferro/Aço* caíram 31,7%

em quantidade e 12,2% em valor; os *Billets de Ferro* ou *Aço não Ligado* registraram, respectivamente, - 86,6% no volume exportado, e -82,9% no valor exportado.

- Contudo, o cenário para o *Complexo de Ferro* maranhense pode ser positivo em 2019, pois a Vale S/A iniciou suas operações de produção e exportação de *Pelotas de Ferro* em setembro do ano corrente, sendo que até outubro o produto registrou exportações de US\$ 18,6 milhões e 144,6 mil toneladas.

Nos produtos que possuem menor peso na pauta de exportações, destacou-se pelo lado positivo, o *Complexo Proteína Animal* que somou US\$ 19,5 milhões (+5,9%) e 5,1 mil toneladas (+15,2%). Neste complexo, destacou-se a expansão das vendas de *Peças de Carne Congelada*, que totalizam basicamente o total das exportações do produto.

O *Complexo Couro* também registrou crescimento na quantidade exportada atingindo 1,6 mil toneladas (+4%), mas devido a mudanças de preços internacionais, o valor exportado caiu para US\$ 3,9 milhões (-19,9%). Outros complexos de produtos, tais como *Hortifrúti*s e *Cereais* não especificados anteriormente também cresceram nas exportações. Embora o peso seja relativamente pequeno e boa parte do valor exportado tenha sido registrado no mês de outubro, a rubrica somou em torno de US\$ 200 mil e 700 toneladas.

Nas importações maranhenses, o acumulado até outubro de 2018 registrou US\$ 2,2 bilhões, crescimento de 0,9% em relação ao mesmo período de 2017. Na abertura por Grandes Categorias Econômicas, observamos que o principal responsável pelo crescimento da pauta importadora foram os *Combustíveis e Lubrificantes*, que registrou US\$ 1,2 bilhões, alta de 21,1% no mesmo comparativo. As demais rubricas principais apresentaram queda, Bens de Capital caiu 31,3%; Bens Intermediários - 13,3% e Bens de Consumo -6,2%. Nas subcategorias, excetuando *Combustíveis e Lubrificantes*, apenas *Equipamentos e Transporte de Uso Industrial* (+4,1%) e *Peças e Acessórios e Equipamentos de Transporte* (+93,3%) registraram alta em relação ao período anterior.

Na categoria de Bens de Capital, os principais produtos adquiridos pelo Maranhão no acumulado até agosto do ano foram produtos para uso de grandes empresas, tais como: *Locomotivas Diesel Elétricas* (US\$ 23,1 milhões); *Fornos para Ustulação, etc, de Minérios/Metais, não Elétricos* (US\$ 3,9 milhões) e *Fornos Industriais para Tratamento Térmico de Metais, não Elétricos* (US\$ 1,3 milhões) que devem ser de utilização da Vale S/A, tanto no sistema logístico como na pelletização. Outro Bem de Capital de destaque foi *Outras Máquinas e Aparelhos para Fabricação de Pasta de Matéria Celulósica* (US\$ 5,4 milhões), que deverá ser implantado na Suzano Papel e Celulose S/A.

Tabela 17. Maranhão: Importações Maranhenses Por Grandes Categorias Econômicas (CGE) de 2017 até 2018*. Valores em US\$ milhões, Participação em (% do total) e Variação em (%)

CATEGORIA	2017		2017*		2018*		Var % 18/17
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	
Total	2.559,4	100,0	2.207,7	100,0	2.228,2	100,0	0,9
Bens de Capital	105,2	4,1	86,3	3,9	59,3	2,7	-31,3
Bens de Capital	81,1	3,2	62,2	2,8	34,1	1,5	-45,1
Equipamentos de Transp. de Uso Ind.	24,1	0,9	24,1	1,1	25,1	1,1	4,1
Bens Intermediários	1.252,0	48,9	1.137,4	51,5	985,4	44,2	-13,4
Insumos Industriais	1.231,3	48,1	1.108,2	50,2	940,5	42,2	-15,1
Alimentos e Beb destinados à Ind	18,2	0,7	10,7	0,5	10,7	0,5	0,0
Peças e Acess. Equip. de Transporte	2,5	0,1	12,2	0,6	23,6	1,1	93,3
Bens Diversos	0,00	0,0	0,0	0,0	0,04	0,0	0,0
Bens de Consumo	32,1	1,3	29,8	1,4	28,0	1,3	-6,2
Bens de Consumo Duráveis	30,9	1,2	0,8	0,0	0,3	0,0	-58,0
Bens de Consumo Não Duráveis	1,2	0,0	29,0	1,3	27,6	1,2	-4,7
Combustíveis e Lubrificantes	1.170,1	45,7	954,1	43,2	1.155,5	51,9	21,1

Fonte: MDIC. *Acumulado até outubro.

Para Bens Intermediários, a principal redução ocorreu na aquisição de *Álcool/Etanol* que saiu de US\$ 586 milhões no acumulado até agosto de 2017 para US\$ 368,2 milhões (-37,2%) no mesmo período de 2018.

- Em 2017, as importações de *Álcool/Etanol* cresceram em função do barateamento com as vantagens derivadas do milho na produção da mercadoria nos Estados Unidos, favorecendo a importação diante da produção nacional, mais cara e incapaz de suprir a demanda local. Contudo, a elevação dos preços do petróleo e consequente ampliação dos preços dos produtos substitutos à gasolina somou-se ao câmbio desvalorizado e o produto derivado da cana-de-açúcar recuperou a competitividade nacional, reduzindo parte das aquisições internacionais.

Já na abertura por produtos importados, os que tiveram maior crescimento foram os derivados de petróleo, devido à alta dos preços da *commodity* no mercado internacional. O *Diesel* foi destaque e registrou US\$ 964,3 milhões no valor acumulado até outubro de 2018, crescimento de 74,1% em relação ao registrado no mesmo período do ano passado, já em termos de quantidade, a mercadoria cresceu apenas 28,8%, esse *spread* entre os crescimentos do quantum e do valor ilustra o efeito preço.

Tabela 18. Maranhão: Principais Produtos das Importações Maranhenses de 2016 a 2018*, valores em US\$ milhões, quantidade em 1000/ton e Variação (%)

Produtos	2016		2017		2017*		2018*		Var. 2017*/2016*	
	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor (%)	Qtd (%)
Combustíveis e Lubrificantes	1.194,5	3.918,5	1.170,0	3.411,9	954,1	2.601,5	1.155,3	2.600,8	21,1	0,0
Diesel	596,7	1.530,5	685,0	1.427,3	553,9	1.190,7	964,3	1.534,1	74,1	28,8
Outras Gasolinas ¹	505,7	1.236,7	390,2	775,0	346,8	696,3	116,9	194,5	-66,3	-72,1
Hulha betuminosa	61,9	1.088,5	94,9	1.209,6	53,4	714,5	74,1	872,1	38,7	22,1
Outros	61,9	163,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Álcool/Etanol	302,6	490,7	719,4	1.153,1	681,3	1.086,2	385,3	741,2	-43,4	-31,8
Fertilizantes	204,2	839,6	261,5	1.027,7	217,3	838,8	283,9	971,9	30,7	15,9
ADP ²	75,6	221,5	115,5	359,4	105,9	328,3	92,0	236,0	-13,1	-28,1
Cloretos de Potássio	67,9	319,5	95,3	406,3	75,9	329,5	118,6	416,8	56,2	26,5
Superfosfatos	38,5	199,7	33,8	183,0	22,1	119,3	42,8	198,1	93,6	66,1
Ureia	22,2	98,8	16,9	79,0	13,4	61,7	30,6	121,0	128,5	95,9
Outros Produtos	467,4	1.521,1	408,5	1.778,5	355,0	1.512,9	403,6	1.527,1	13,7	0,9
Total Importado	2.168,7	6.770,0	2.559,4	7.371,2	2.207,7	6.039,4	2.228,2	5.841,0	0,9	-3,3

Fonte: MDIC. *Acumulado até outubro. ¹Gasolinas para abastecimento de postos e Pastas Térmicas; exceto para aviação. ²Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio.

Ainda dentro da rubrica de *Combustíveis e Lubrificantes*, observa-se crescimento robusto na *Hulha Betuminosa*, que somou US\$ 74,1 milhões (+38,7%). Por sua vez, as aquisições de *Outras Gasolinas* caíram 72,1%, reflexo da expansão da produção em algumas refinarias nacionais. Contudo, a paralização da produção e o incêndio na Abreu e Lima em ocorridos em dezembro de 2018 ainda não foram computados e são potenciais ampliadores da importação desses derivados.

O segundo produto com maior peso nas importações é o *Álcool/Etanol* que somou no mesmo período US\$ 385,3 milhões, queda de 43,4% no igual comparativo com 2017. O fato resulta, sobretudo, da normalização das políticas de importação nacional para o *Álcool/Etanol* de milho dos Estados Unidos, que antes estava mais barato que a produção interna e tornou-se menos atrativo devido à elevação dos custos nos EUA e valorização do dólar.

Já para os *Fertilizantes*, os resultados positivos da produção agrícola, sobretudo da sojicultura, desenharam otimismo para os produtores que demandaram mais fortemente pelo insumo necessário para o ganho de produtividade. As aquisições de *Fertilizantes* somaram US\$ 283,9 milhões (+30,7%) e registrou cerca de 971,9 mil t importadas (+15,9%), destacando-se que também houve valorização para a *commodity* no mercado internacional. Os principais fertilizantes responsáveis pelo crescimento que aumentaram em quantidade importada foram os *Cloretos de Potássio* (+26,5%); os *Superfosfatos*

(+66,1%) e a *Ureia* (+95,9%), ainda que com menor peso na pauta. O ADP foi o único que registrou queda na quantidade importada (-28,1%) mas continua tendo valor expressivo dentre os *Fertilizantes*.

- A continuidade da produção, iniciada esse ano, das *Pelotas de Ferro* pela Vale S/A deverá trazer impactos positivos nas exportações maranhenses, contudo, a tendência de desvalorização do *Minério de Ferro* poderá suprimir esses ganhos. Por sua vez, o robusto crescimento nas exportações de *commodities* agrícolas não deverá ser continuado às mesmas taxas em 2019, sobretudo, porque considera-se que a base esteja mais forte com a grande produção de 2018 e também por que estimativas apontam que o clima tende a estar menos favorável, dificultando os ganhos em produtividade. A expansão da Suzano S/A para o mercado de *Tissue* ainda não demonstrou interesse em voltar-se ao mercado internacional, portanto não deverá gerar aumentos na exportação e pode vir a reduzir a quantidade de *Pasta de Celulose* exportada, tendo em vista o uso do insumo no mercado interno.

Nas exportações, deve-se destacar os ganhos em novos complexos, que advém de políticas públicas estaduais que incentivam o adensamento dessas cadeias. Pode-se esperar para 2019 maiores exportações de *Carnes*, *Couros* e *Hortifrúti*s, embora o peso na pauta deva continuar pequeno.

No viés importador, a demanda por *Fertilizantes* deverá desacelerar, mas a retomada da atividade econômica e consequentemente da demanda, devem influenciar nas aquisições de Bens de Consumo, Duráveis e Combustíveis e Lubrificantes. Para 2019, há poucas expectativas para importações de Bens de Capital no Maranhão, tendo em vista o cenário incerto para novos grandes investimentos locais. Uma melhora na confiança e retomada do *rating* de crédito poderá influenciar os financiamentos de novos investimentos no Maranhão e consequentemente afetar as aquisições de Bens de Capital.

3.3. Mercado de Trabalho

Maranhão registra 9,6 mil empregos formais entre janeiro e dezembro de 2018, marcando o maior resultado para o período dos últimos cinco anos.

Os dados da PNADc para o Estado do Maranhão relativos ao 3º trimestre de 2018 mostram que a taxa de desocupação recuou novamente 13,8%, queda de 1,6 p.p. contra o mesmo trimestre do ano anterior, variação que acompanha o comportamento observado no indicador para a região e o país. Além disso, o número de ocupados caiu 4,7% na mesma base de comparação, o correspondente a 111 mil trabalhadores, dos quais 66 mil concentraram-se na Agropecuária. A pesquisa do IBGE ainda apontou redução de 56 mil ocupações do tipo *Conta Própria*, quando comparada ao mesmo período de 2017, sendo mais predominante nas atividades de Comércio ambulante e feiras (-25 mil) e Atividades de apoio à pecuária (-13 mil). Sendo que esta expressiva contração no número de ocupados, principalmente entre os *Conta Própria* Ocupados na Agropecuária, constitui-se em um fenômeno observado apenas entre os estados do Nordeste e no Rio Grande do Sul. Por outro lado, os empregados no setor público apresentaram ampliação de 12 mil ocupações na comparação interanual, com predominância nas atividades Administração Pública e regulação da política econômica e social – Municipal (+10 mil) e de Atendimento hospitalar (+5,4 mil).

Em relação aos rendimentos reais da população ocupada no 3º trimestre de 2018, o indicador apresentou aumento de 0,8% na comparação interanual, no Maranhão. Por outro lado, a massa de rendimentos reais da população ocupada maranhense apresentou variação negativa de 2,7 % na comparação com mesmo período de 2017. Tal comportamento deve-se a retração no contingente de pessoas ocupadas.

Em contrapartida à redução de R\$ 37,9 milhões na massa de rendimentos registrada na Agropecuária, os grupamentos de atividade que mais contribuíram para o aumento da massa de rendimentos foram o Comércio, reparação de veículos automotores e motocicleta com o aumento de R\$ 96,6 milhões e a Administração Pública, com o aumento de R\$ 57,9 milhões.

No âmbito do mercado de trabalho formal, segundo dados do CAGED, no ano de 2018, foram realizadas 9,6 mil admissões líquidas no Maranhão, enquanto que no mesmo intervalo de 2017, haviam

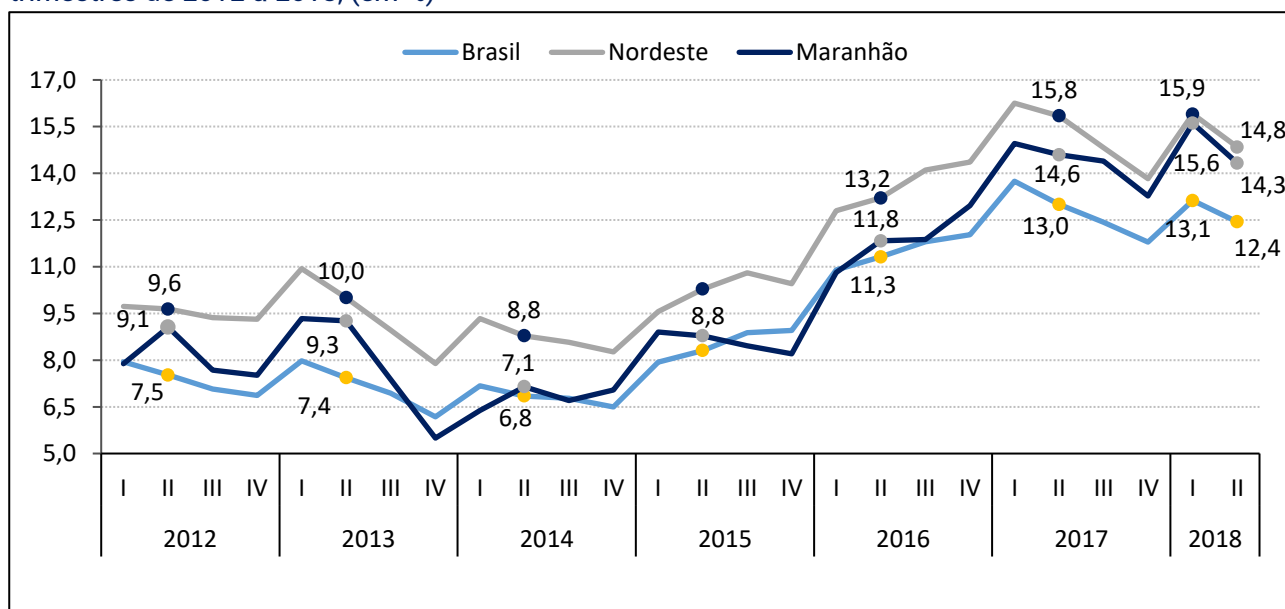
sido registradas 2,7 mil admissões líquidas. O resultado configura o melhor desempenho na geração líquida de empregos desde 2013, quando foram registradas 17 mil contratações líquidas, e sinaliza um processo de recuperação em relação à desmobilização de 33 mil vagas de empregos celetistas entre 2015 e 2016 (predominantemente na Construção Civil, com 17,5 mil demissões líquidas).

3.3.1. Ocupação

Taxa de desocupação no Maranhão registra recuo de 0,6 p.p., em ritmo de redução maior que o Nordeste, na comparação interanual.

- Os dados da PNADc para o Estado do Maranhão relativos ao 3º trimestre de 2018 mostram que a taxa de desocupação recuou para 13,8%, o que coloca o Estado com a sétima maior taxa de desocupação do país;
- O indicador também apresentou trajetória semelhante no âmbito regional, o qual encerrou o segundo trimestre com queda de 0,4%. Com relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o país computa -0,6 p.p., enquanto o Nordeste -1,0%.

Gráfico 36. Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de Desocupação das Pessoas na Força de Trabalho, por trimestres de 2012 a 2018, (em %)



Fonte: PNADc Trimestral/IBGE.

No terceiro trimestre de 2018 registrou-se queda de 4,7% do número de ocupados no Maranhão, em relação ao mesmo período de 2017, com predominância no setor Agropecuário

No Maranhão, foram registrados cerca de 2,3 milhões de ocupados no terceiro trimestre de 2018, apontando para uma diminuição de 111 mil ocupados (-4,7%) em relação ao mesmo trimestre de 2017, sendo que, desse total, 66 mil ocorreram somente no setor Agropecuário (-14,8%) e 28 mil no subsetor Comércio (-5,2%).

- No setor Agropecuário, dentre os 66 mil trabalhadores que perderam suas ocupações em 2018, 17 mil se encontravam nas atividades de *Lavoura não especificada*, 14 mil em *Cultivo de mandioca* e 13 mil em *Atividades de apoio à pecuária*;
- A redução de ocupados no Comércio (-28 mil) está concentrada no segmento de *Comércio ambulante e feiras*, que desmobilizou 32 mil trabalhadores na comparação com o terceiro trimestre de 2017;
- Em contraponto, alguns segmentos dos Serviços foram destaques em termos de crescimento do número de ocupados no Estado, em relação ao mesmo período de 2017, em especial nos grupamentos *Informação, comunicação atividades financeiras, imobiliárias e administrativas*

(+12 mil), *Transporte, armazenagem e correio* (+9 mil) e *Administração pública, educação e saúde* (+5 mil). Dentre os segmentos que contribuíram para o aumento da ocupação nessas seções, destacam-se: i) na primeira seção, o segmento de *Serviços de limpeza e de apoio a edifícios* (+8 mil); ii) na segunda seção, as atividades ligadas ao *Transporte rodoviário de passageiros* (+7 mil) e; iii) na terceira seção, as atividades ligadas a *Administração pública e regulação da política econômica e social – Municipal* (+15 mil);

Tabela 19. Maranhão: Número de ocupados, segundo os Grupamentos de Atividade, de 2016 a 2018 no Maranhão, em mil pessoas, Variação Absoluta, Taxa de crescimento (%)

Grupamentos de Atividade	4º trimestre		3º trimestre		Var. Absoluta (a-b)	Tx. Cresc. (b/a)
	2016	2017	2017 (a)	2018 (b)		
Total	2.364	2.346	2.374	2.263	-111	-4,7
Agropecuária	477	416	445	379	-66	-14,8
Indústria	145	141	155	129	-26	-16,8
Indústria de Transformação	116	110	119	106	-13	-10,9
Construção	237	227	211	191	-20	-9,5
Comércio, reparação de veículos	547	540	535	507	-28	-5,2
Serviços inclusive APU, educação. e saúde	958	1.023	1.029	1.056	27	2,6
Transporte, armazenagem e correio	93	94	91	100	9	9,9
Alojamento e alimentação	119	118	121	124	3	2,5
Informação, comunic., ativ. financeiras, imob. e adm.	92	114	109	121	12	11,0
Outros serviços	97	97	97	100	3	3,1
Serviços domésticos	148	148	147	142	-5	-3,4
Administração pública, educação e saúde	409	452	464	469	5	1,1
Atividades mal definidas	0	0	0	0	0	-

Fonte: PNADc Trimestral/IBGE.

A **Tabela 20** ilustra a distribuição do número de ocupados, segundo a posição na ocupação e categorias de emprego no Maranhão e no Brasil. Conforme pode-se verificar, na comparação do terceiro trimestre de 2018 com o mesmo período de 2017, o aumento do número de ocupados no país vem ocorrendo fundamentalmente concentrado nos *Empregos sem carteira* (+693 mil) e *Conta própria* (+585 mil). Já no plano estadual a queda na ocupação concentrou-se nas categorias *Conta própria* (-56 mil) e *Trabalhador familiar auxiliar* (-31 mil). Por outro lado, os *Empregados no setor público* apresentaram ampliação de 12 mil ocupações na comparação interanual com o 3º trimestre de 2017.

Na abertura dos microdados, verifica-se que a redução de conta própria no Estado foi mais predominante nos segmentos *Comércio ambulante e feiras* (-25 mil) e *Atividades de apoio à pecuária* (-13 mil). Já na categoria de *Trabalhadores familiares auxiliares*, as maiores reduções foram registradas nas atividades *Cultivo de mandioca* (-6 mil) e *Lavoura não especificada* (-4 mil). Em contraponto, vale destacar, o aumento de empregos no setor público que foi mais expressivo nas categorias de *Emprego com carteira de trabalho assinada* (+13 mil), com predominância nas atividades *Administração pública e regulação da política econômica e social – Municipal* (+10 mil) e de *Atendimento hospitalar* (+5,4 mil).

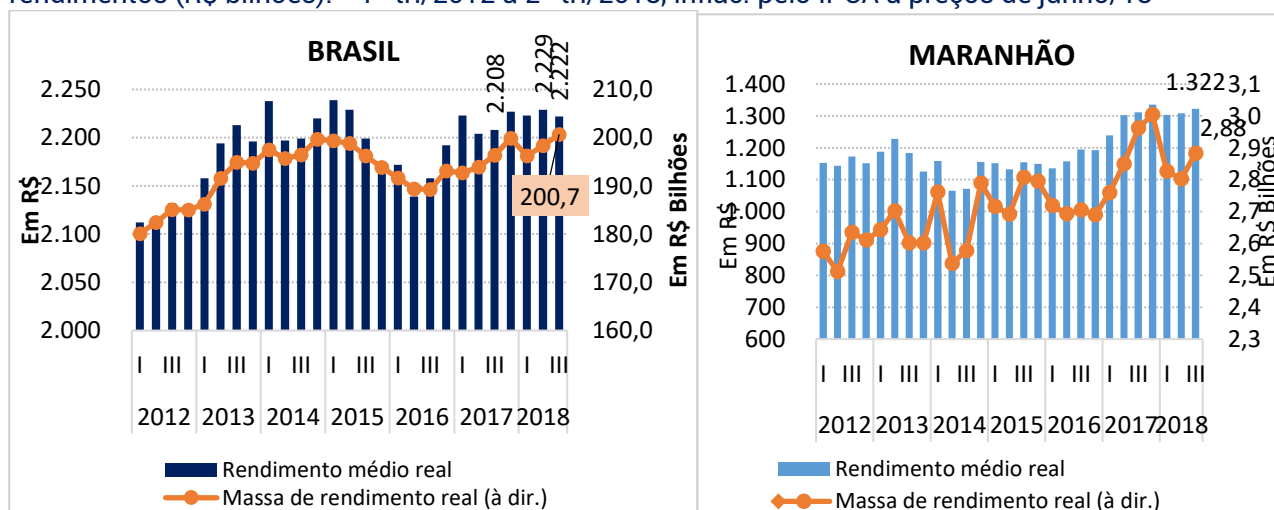
Tabela 20. Brasil e Maranhão: Ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2016 a 2018*

Posição na ocupação	4º trimestre		3º trimestre		V. abs. (b-a)	Tx. Crec. b/a	Tx. Crec. b/c
	2016	2017	2017 (a)	2018 (b)			
Total - Brasil	90.263	92.107	91.297	92.622	1.325	1,5	-0,3
Empregado no Setor Privado com carteira ¹	34.005	33.321	33.300	32.972	-328	-1,0	-9,7
Empregado sem carteira ²	12.559	13.605	13.378	14.071	693	5,2	10,0
Trabalhador doméstico	6.108	6.370	6.177	6.259	82	1,3	4,6
Empregado no Setor Público ³	9.209	8.981	9.022	9.172	150	1,7	-1,4
Empregador	4.146	4.409	4.245	4.429	184	4,3	12,4
Conta Própria	22.129	23.198	22.911	23.496	585	2,6	8,0
Trabalhador Familiar Auxiliar	2.107	2.223	2.264	2.222	-42	-1,9	-14,2
Total - Maranhão	2.364	2.346	2.374	2.263	-111	-4,7	-13,9
Empregado no Setor Privado com carteira ¹	403	425	428	418	-10	-2,3	-13,8
Empregado sem carteira ²	503	586	571	553	-18	-3,2	17,2
Trabalhador doméstico	147	147	146	142	-4	-2,7	-10,7
Empregado no Setor Público ³	215	239	230	242	12	5,2	1,7
Empregador	56	79	66	64	-2	-3,0	36,2
Conta Própria	931	777	821	765	-56	-6,8	-28,7
Trabalhador Familiar Auxiliar	108	93	112	81	-31	-27,7	-47,1

Fonte: PNADc Trimestral/IBGE. 1-Exclusive trabalhadores domésticos; 2-Exclusive trabalhadores domésticos; 3-Inclusive servidor estatutário e militar.

Em relação à evolução da massa de rendimentos reais da população ocupada, no Maranhão o indicador apresentou retração de 2,7% na comparação interanual. Em função da retração no contingente de pessoas ocupadas. Por outro lado, o indicador que mede o rendimento médio real da população ocupada maranhense apresentou variação positiva de 0,8% na comparação com mesmo período de 2017, em função do fechamento de ocupações na agricultura familiar, caracterizadas por baixo ou nenhum rendimento monetário.

Gráfico 37. Brasil e Maranhão: Rendimento Médio Real (em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões): - 1º tri/2012 a 2º tri/2018, inflac. pelo IPCA a preços de junho/18



Fonte: PNADc Trimestral/IBGE.

Entre os grupamentos de atividade, aqueles que mais contribuíram para a diminuição da massa de rendimentos no terceiro trimestre de 2018 foram: *Educação superior* (-R\$ 123,8 milhões), *Atividades*

jurídicas, de contabilidade e de auditoria (-R\$ 34,0 milhões) e Comércio ambulante e feiras (-R\$23,5 milhões).

Maranhão registra 9,6 mil empregos formais entre janeiro e dezembro de 2018, marcando o maior resultado para o período desde 2013 (+17 mil)

Em relação ao emprego formal, assim como todas as unidades federativas do Nordeste, o Estado (-2,9 mil) apresentou saldo negativo em dezembro de 2018. O resultado é justificado em virtude de ter havido maior ritmo de contratações ao longo de 2018, o que ocasionou um nível de desmobilizações mais alto em dezembro, que é o mês do ano em que se observa maior número de demissões. Já no acumulado do ano, o Maranhão registrou abertura líquida de 9,6 mil postos de trabalho, o que lhe concedeu, dentre as Unidades da Federação com maiores saldos, a terceira colocação no Nordeste e a décima quarta no país.

Tabela 21. Nordeste: Geração de Emprego formal, acumulado* de 2015 a 2018*; saldo mensal e variação absoluta

Localidade	Acumulado do ano		Mensal		Var. absoluta (b-a)
	2017	2018	dez/17 (a)	dez/18 (b)	
Brasil	128	529.554	-328.539	-334.462	-5.923
3º Nordeste	-11.717	80.639	-34.332	-43.984	-9.652
1º Piauí	4.122	5.662	-824	-823	1
2º Alagoas	-7.856	-157	-1.272	-1.540	-268
3º Sergipe	-861	841	-1.152	-1.679	-527
4º Rio Grande do Norte	937	5.542	-2.851	-2.268	583
5º Paraíba	-2.906	5.377	-1.912	-2.616	-704
6º Maranhão	2.737	9.649	-987	-2.918	-1.931
7º Ceará	-1.817	23.081	-4.563	-5.481	-918
8º Bahia	57	28.621	-12.457	-11.705	752
9º Pernambuco	-6.130	2.023	-8.314	-14.954	-6.640

Fonte: CAGED/MTE. *Acumulado de janeiro a dezembro, com ajustes até novembro.

Na referência mensal, considerando a abertura setorial, a maioria dos setores obteve saldo negativo, com exceção da Administração pública que gerou 22 postos de trabalho. Dentre as maiores demissões ligadas registradas no Estado, estas foram puxadas pelos setores da Construção Civil (-973) e dos Serviços (-969), com predominância nos segmentos Construção de edifícios (-517) e Ensino (-627), respectivamente.

Tabela 22. Maranhão: Geração de Emprego Formal, segundo Subsetores de Atividade; Saldo Anual (2017), Acumulado do Ano* e Mensal (2017 e 2018)

Subsetores de Atividade	Anual		Acumulado do ano		Dezembro		Variação absoluta (b-a)	Var. relativa do estoque em 2018 (%)**
	2015	2016	2017 (a)	2018 (b)	2017	2018		
Total	-15.351	-17.642	2.299	9.649	-987	-2.918	7.350	2,2
Extrativa Mineral	-731	-97	-170	77	3	0	247	5,6
Ind. de Transformação	-1.686	-2.363	-2.151	-181	-234	-622	1.970	-0,5
Prod. minerais não metálicos	-497	-1.030	-765	290	-26	-33	1.055	4,7
Metalúrgica	-824	-376	-56	184	19	-66	240	4,3
Mecânica	-102	315	164	-345	-37	-8	-509	-24,4
Papel, editorial e gráfica	-49	0	8	86	9	-11	78	3,7
Borracha, fumo, couros, peles	71	15	-25	64	-17	10	89	3,9
Química de prod. farm., vet.	-176	-411	-1.008	-141	-131	-145	867	-3,8
Alimentos e bebidas	304	-455	-109	-380	-7	-382	-271	-2,9
Outras Indústrias	-1.237	-421	-360	61	-44	13	421	-
SIUP ¹	564	-360	73	404	-20	-8	331	7,1
Construção Civil	-5.317	-12.181	626	-3.307	-670	-973	-3.933	-8,8
Construção de edifícios	-9.110	-4.613	1.745	-1.996	-420	-517	-3.741	-10,1
Obras de infraestrutura	4.250	-6.828	-892	-1.749	-81	-411	-857	-14,6
Serviços espec. para construção	-465	-740	-227	438	-169	-45	665	8,1
Comércio	-1.187	-2.254	-438	2.292	57	-26	2.730	1,5
Comércio varejista	-325	-2.385	-245	2.114	104	41	2.359	1,7
Comércio atacadista	-862	131	-193	178	-47	-67	371	0,7
Serviços	-5.136	-360	4.416	8.596	223	-969	4.180	4,6
Inst. de crédito, seg.	-43	-172	-88	35	-22	-5	123	0,6
Com. e adm. de imóveis, valores	3.285	883	-27	2.731	318	-214	2.758	4,9
Transportes e comunicações	-840	-784	1.591	278	501	-75	-1.313	0,9
Alojamento, alimentação, etc.	-6.298	-2.089	368	3.570	-48	15	3.202	7,5
Serv. médicos, odont. e vet.	-2.448	2.091	2.018	1.471	-98	-63	-547	5,9
Ensino	1.208	-289	554	511	-428	-627	-43	2,5
Administração Pública	-21	211	62	434	-26	22	372	3,1
Agropecuária	-1.837	-238	-119	1.334	-320	-342	1.453	7,4

Fonte: CAGED/MTE. *Acumulado de janeiro a dezembro, com ajustes até novembro; ¹Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Considerando o ano de 2018, o registro de 9,6 mil contratações líquidas, sinalizou um maior dinamismo da atividade econômica em relação a 2017 e o melhor resultado observado desde 2013, quando foram abertas mais de 17 mil vagas. Houve um crescimento de 2,2% em 2018, em relação ao número de vagas existentes, o que configura a maior taxa entre os Estados do Nordeste.

- Já no recorte setorial, os maiores saldos de empregos formais estão concentrados nos setores de Serviços (+8,6 mil) e Comércio (+2,3 mil). Nos Serviços, todos os subsectores apresentaram aumento nas contratações líquidas, sendo mais expressivos no subsetor de *Alojamento e Alimentação* (+3,5 mil), concentrado principalmente nas atividades *Associações de Defesa de Direitos Sociais*¹⁶ (+3 mil) e *Cobranças e Informações Cadastrais* (+859). Já no Comércio, o resultado positivo foi impulsionado pelos segmentos do ramo *Varejista* (+2,1 mil), principalmente no segmento de *Hipermercados e Supermercados* (+1 mil), que foi responsável por quase 50% das vagas abertas no setor;

¹⁶ O município que registrou o maior número de contratações líquidas nesse período foi São Luís. Neste mesmo segmento, foram abertas cerca de 1,1 mil vagas para técnicos em enfermagem em 2018. O aumento das contratações relaciona-se principalmente aos novos empreendimentos hospitalares na capital, como o novo Hospital do Servidor do Governo do Estado, inaugurado em 2018, com 18 novas clínicas. Além disso, o concurso público realizado pela EMSEPH (Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares) garantiu novas vagas para os hospitais de São Luís. Outro empreendimento que pode ter contribuído para esse resultado foi a aquisição do Hospital UDI pela Rede D'Or São Luiz, que realizou investimentos em infraestrutura e ampliação do número de atendimentos.

- O setor com maior número de desligamentos líquidos ao longo do ano é a *Construção Civil* com 3,3 mil demissões líquidas, concentradas principalmente em *Construção de Edifícios* (-2 mil).

3.3.2. Municipal

No acumulado de 2018, o setor de Serviços impulsiona a geração de emprego formal na maioria dos municípios maranhenses. Por outro lado, o setor de Construção segue registrando resultado negativo no Estado, com forte destaque para São Luís.

A Tabela 23 apresenta a geração de empregos nos municípios maranhenses por setor de atividade no acumulado de janeiro a dezembro de 2018. Dentre os municípios que mais geraram empregos formais, estão: São Luís (+5,1 mil), Imperatriz (+1,3 mil), Açailândia (+631), Balsas (+558), e Grajaú (+466).

Tabela 23. Municípios do Maranhão: Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratações no acumulado de 2018*

Ordem	Município	Extrativa Mineral	Indústria Transf.	SIUP ¹	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agro-pecuária	Total
	Total	77	-181	404	-3.307	2.292	8.596	434	1.334	9.649
1º	São Luís	-15	-227	373	-3.092	304	7.289	460	25	5.117
2º	Imperatriz	1	217	15	591	297	-1	-5	197	1.312
3º	Açailândia	0	189	1	26	19	219	0	177	631
4º	Balsas	6	47	8	-108	137	250	0	218	558
5º	Grajaú	11	54	0	10	54	39	0	298	466
6º	Chapadinha	0	18	11	-6	344	38	0	4	409
7º	Godofredo Viana	25	38	0	281	-2	1	0	0	343
8º	Barreirinhas	0	-1	0	221	38	77	0	0	335
9º	Timon	0	71	-5	-52	160	33	0	-11	196
10º	Pastos Bons	1	0	0	171	17	-2	0	-2	185
208º	Buriti Bravo	0	-2	0	14	-29	-51	0	-8	-76
209º	Bacabal	-7	36	-14	-18	-47	-35	0	2	-83
210º	Itapecuru Mirim	24	-16	2	-11	-32	-80	0	-1	-114
211º	Porto Franco	4	-27	2	-88	-63	47	0	-14	-139
212º	Codó	-4	15	0	-17	-23	-64	0	-50	-143
213º	Dom Pedro	0	-74	0	-2	-93	5	0	-1	-165
214º	Vila Nova dos Martírios	0	0	0	-160	6	-208	0	45	-317
215º	Bacabeira	-20	-45	0	-274	-3	12	0	5	-325
216º	Pedreiras	0	5	-1	-491	-108	23	0	3	-569
217º	Coelho Neto	0	-572	1	15	-8	-2	0	-12	-578

Fonte CAGED/MTE. *Acumulado de janeiro a dezembro, com ajustes até novembro.

- Na capital do Estado, o setor Serviços foi preponderante para o resultado positivo do emprego formal, em especial nos segmentos de Associações de Defesa de Direitos Sociais (+3,0 mil) e Serviços Combinados de Escritório e Apoio Administrativo (+914). Por outro lado, o resultado do setor Construção Civil (+1,1 mil) impediu um melhor resultado para capital, com expressivas demissões nos segmentos Construção de Edifícios (-1,8 mil) e Montagem de Instalações Industriais e de Estruturas Metálicas (-1,0 mil);
- No município Imperatriz, a criação de emprego formal foi impulsionada pelos setores Construção Civil e Comércio, em especial nas atividades, respectivamente, de Obras de Terraplenagem (+344) e Comércio Varejista de Ferragens, Madeira e Materiais de Construção (+110);

- Em Açailândia e Balsas, o setor Serviços apresentou o maior saldo, com predominância nas atividades Consultoria em Gestão Empresarial (+76) e nas Vigilância e Segurança Privada (+40), respectivamente. Soma-se a isso, o bom desempenho do setor Agropecuário em ambos municípios, que gerou 289 empregos formais na atividade de Apoio à Produção Florestal em Açailândia e 146 no segmento Cultivo de Soja em Balsas;
- Já em Grajaú, o setor Agropecuário foi o que mais contratou liquidamente no acumulado de 2018, com destaque para as atividades de Apoio à Produção Florestal (+139) e Produção Florestal (+98).

No outro extremo da [Tabela 23](#), com maiores saldos negativos, destacam-se os municípios Coelho Neto (-578), Pedreiras (-569), Bacabeira (-325), Vila Nova dos Martírios (-317) e Dom Pedro (-165).

- Em Coelho Neto, as demissões líquidas sofreram influência principalmente do setor Industrial (-790), com predominância na atividade de *Fabricação de Açúcar em Bruto* que fecharam 571 postos de trabalho;
- Nos municípios de Bacabeira (-274) e Pedreiras (-491), a Construção Civil foi o principal setor responsável pelas demissões líquidas, sobretudo nos segmentos *Construção de Rodovias e Ferrovias* (-246) e *Obras de Engenharia Civil* (-489), respectivamente;
- Em Vila Nova dos Martírios, os saldos negativos mais expressivos foram verificados nos subsetores Serviços e Construção Civil, provenientes das respectivas atividades *Organização do Transporte de Carga* (-203) e *Construção de Rodovias e Ferrovias* (-159);
- Por fim, no município de Dom Pedro, os subsetores Comércio e Indústria de Transformação foram os que mais desmobilizaram trabalhadores ao longo de 2018, com predominância nos segmentos *Comércio Atacadista de Equipamentos e Artigos de Uso Pessoal e Doméstico* (-78) e *Fabricação de Estruturas Metálicas* (-29), respectivamente.

3.4. Finanças Públicas

3.4.1. Receitas Estaduais

O menor volume de aportes de Operações de Crédito e a virtual estagnação das Transferências Correntes, colocam-se como alertas ao equilíbrio financeiro do Estado para o ano de 2019.

No que tange à Receita Total apurada pelo Estado em 2018, registra-se no acumulado dos meses de janeiro a dezembro um montante de receitas totais de R\$ 17,05 bilhões, variação percentual positiva de 3,2% (já descontada a inflação), em relação ao mesmo período do ano anterior, quando a arrecadação total tinha alcançado R\$ 16,5 bilhões. Ao longo de 2018, a arrecadação própria de tributos do Governo do Maranhão registrou crescimento real de 7,4%, sendo que a arrecadação de ICMS, responsável por 83% da arrecadação tributária naquele ano, registrou 7,1%. Por outro lado, o outro grande grupo das Receitas Correntes, os valores transferidos pela União, também apresentaram crescimento em 2018, porém em ritmo bem mais fraco que as receitas próprias. A principal modalidade de transferências federais para o Estado do Maranhão, o Fundo de Participação dos Estados (FPE), apresentou crescimento de 3,1%. Como mostra a [Tabela 24](#), a não contabilização de valores advindos do FUNDEB, em dezembro de 2018, contribuiu levar o total das rubrica Transferências Correntes a um avanço real bem mais modesto, de 0,5% (R\$ +44,6 milhões), de acordo com dados da SEFAZ/MA, de janeiro a dezembro de 2018, a arrecadação de tributos foi de R\$ 7,8 bilhões, com alta em termos reais de 6,6% (R\$ +487,7 milhões), sendo que o incremento na arrecadação de ICMS atingiu R\$ 583 Milhões, enquanto as Transferências Correntes registraram

Paralelamente, pelo lado das Receitas de Capital, o fluxo dos aportes referentes às operações de crédito, que se aceleraram na primeira metade do ano, registraram redução no segundo semestre de 2018. No comparativo do acumulado do ano, os recursos da operação com o BB/BNDES Estados alcançaram R\$ 488,1 milhões em 2018 contra R\$ 323,2 milhões em 2017. No entanto, contrapondo o segundo semestre dos dois anos, verifica-se a desaceleração do ritmo de entrada desses aportes que

passaram de R\$ 185,5 milhões de julho a dezembro de 2017 para R\$ 135,7 milhões no mesmo período de 2018.

Assim, chegando ao fim do exercício de 2018, algumas implicações colocam-se como alertas à continuidade do equilíbrio financeiro do Estado. A dinâmica da redução dos valores relacionados às operações de crédito que, associada à mudança do *rating* do Estado na CAPAG (Ver Box 2: Capacidade de Pagamento (CAPAG)) impõe perspectiva negativa para o Estado habilitar-se para realizar novas operações de crédito em 2019. Somado a isso, as perdas dos valores transferidos pelo Governo Federal que no quadriênio 2015-2018 chegam a R\$ 1,5 bilhões.

Tabela 24. Maranhão: Receitas do Estado a Valores Constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até out/18), Cresc. (%) – Acumulado do ano de Janeiro a Dezembro de 2017 e 2018, dez/17 e dez/18

DESCRIÇÃO	2017	2018	dez/17	dez/18	Variação (%)		Var. Absoluta	
					2018/ 2017	dez18/ dez17	2018- 2017	dez18- dez17
Total Geral	16.536,2	17.059,7	1.624,9	1.597,6	3,2	-1,7	523,4	-27,3
RECEITAS CORRENTES	17.516,2	17.972,9	1.684,4	1.563,4	2,6	-7,2	456,7	-121,1
RECEITA TRIBUTÁRIA*	7.383,8	7.871,5	597,2	691,9	6,6	15,9	487,7	94,7
ICMS	6.305,1	6.793,8	532,9	614,2	7,8	15,3	488,8	81,3
FUMACOP	310,7	324,6	28,3	33,3	4,5	17,8	13,9	5,0
IPVA	431,7	426,1	12,8	19,6	-1,3	53,6	-5,5	6,8
ITCD	15,3	17,4	1,2	2,7	13,5	119,7	2,1	1,5
DEMAIS RECEITAS	321,1	309,6	22,0	22,1	-3,6	0,4	-11,5	0,1
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	548,1	557,9	49,8	64,5	1,8	29,4	9,9	14,7
RECEITA DE SERVIÇOS	324,0	329,9	38,0	33,5	1,8	-11,9	5,9	-4,5
RECEITA PATRIMONIAL	342,7	280,4	79,1	4,0	-18,2	-94,9	-62,3	-75,0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.549,9	8.594,6	885,2	726,4	0,5	-17,9	44,6	-158,8
CIDE	53,5	41,3	0,0	0,0	-22,8	-	-12,2	0,0
FPE	6.315,6	6.511,6	629,8	655,5	3,1	4,1	196,0	25,7
SAÚDE-SUS FUNDO A FUNDO	447,6	419,9	14,7	33,3	-6,2	126,0	-27,7	18,5
FUNDEB	1.363,9	1.283,8	163,8	0,0	-5,9	-100,0	-80,2	-163,8
TRANSF. COMPLEMENTAÇÃO FUNDEB	669,5	610,9	93,5	0,0	-8,8	-100,0	-58,6	-93,5
TRANSF. RECURSO DO FUNDEB	694,4	672,9	70,3	0,0	-3,1	-	-21,6	-70,3
Outras Transferências Correntes	369,3	338,1	76,9	37,7	-8,5	-51,0	-31,2	-39,2
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	367,6	338,5	35,1	43,1	-7,9	22,6	-29,1	7,9
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	644,7	633,7	67,5	130,8	-1,7	93,7	-11,0	63,3
RECEITAS DE CAPITAL	662,1	846,3	87,3	146,3	27,8	67,6	184,3	59,0
ALIENAÇÃO DE BENS	1,1	0,6	0,0	0,0	-	-	-0,5	0,0
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,3	0,0	0,0	0,0	-96,0	-100,0	-0,3	-0,0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	473,8	726,3	81,7	145,9	53,3	78,5	252,5	64,1
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	21,0	15,5	5,6	0,4	-26,2	-92,8	-5,5	-5,2
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	165,8	103,9	-0,0	0,0	-37,3	-	-61,9	0,0
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.286,7	-2.393,2	-214,3	-242,9	4,7	13,3	-106,5	-28,5

Fonte: SEPLAN/MA. ¹Dados de Arrecadação Tributária fonte SEFAZ/MA (SIAT). *Acumulado do ano de janeiro a outubro.

Na abertura dos dados de receita do Maranhão, verifica-se que dentre os componentes tributários o ICMS registrou variação percentual em 2017 de 7,8% (R\$ +488,8 milhões), assim como os recursos do Fundo Maranhense de Combate à Pobreza – FUMACOP (+4,5%, R\$ +13,9 milhões) e do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis – ITCD (+13,5%, R\$ +2,1 milhões). Em contraposição, o apurado com IPVA (-1,3%, R\$ -5,5 milhões) sofreu redução.

O tênue avanço das transferências do Governo Federal ao Estado, componente de maior peso no conjunto corrente, reflete as perdas com os repasses de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico Incidente sobre as Operações Realizadas com Combustíveis – CIDE (-22,8%, R\$ -12,2 milhões), que pode ser explicado pela eliminação do tributo sobre o diesel, e dos recursos de Saúde – SUS Fundo a Fundo (-6,2%, R\$ -27,7 milhões). Em maior proporção, foi determinante a redução dos

valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB¹⁷ em 5,9% (R\$ -80,2 milhões). O Fundo de Participação dos Estados – FPE obteve elevação de 3,1% (R\$ +196 milhões), que compensaram parcialmente a queda das outras rubricas.

- A arrecadação do IPVA é sazonalmente mais forte nos primeiros meses do ano, quando são realizados os pagamentos da alíquota integral do licenciamento. A medida que o ano avança, o imposto devido é proporcional ao número de meses restantes do exercício, fator que impacta a arrecadação nos meses finais do ano. Além disso, segundo os dados da FENABRAVE, a venda de veículos no Estado em 2018 foi 0,7% abaixo do volume de 2017;
- Dos repasses federais para ações do serviço público de saúde, ressalta-se a queda dos valores dos blocos de financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar e de Vigilância em Saúde, respectivamente, -6,9% e -1,0% no acumulado até dezembro.

A [Tabela 25](#) a seguir traz a abertura do principal tributo Estadual, até o mês setembro de 2018. Observa-se que ao longo do ano o desempenho do Setor Terciário, responsável pela maior parte da arrecadação, é negativo com queda de 1,7%. Isso se evidencia quando avaliado a perda de participação do setor em relação ao total apurado, que representava 57,7% de janeiro a outubro de 2017, passando para 52,9% no mesmo período de 2018. A perda de dinamismo do comércio atacadista que recuou 4,9% (R\$ -38,9 milhões), se dá pela redução do volume de compras do comércio varejista para o segmento atacadista. O volume de vendas do setor varejista avançou em 3,5% (R\$ 25,1 milhões), em face da melhora do nível de consumo no Estado durante 2018, sendo que este volume de vendas impacta sobre o nível de estoques que não realizaram em vendas nos períodos anteriores. Dado o acúmulo de estoque no setor varejista, o mesmo reduziu suas compras no setor atacadista.

Os *Serviços de Comunicação* (-13,0%, R\$ -41,7 milhões) e *Serviços de Transporte* (-4,7%, R\$ -7,7 milhões) tiveram quedas no acumulado do ano diante do ajuste que as empresas e famílias fizeram em seus orçamentos para compensar parcialmente o aumento de preços e, assim, isto ocasionou a redução de consumo nestes setores.

- A atividade que apura o maior montante de ICMS no grupamento atacadista é o Comércio Atacadista de Medicamentos e Drogas de Uso Humano. No acumulado do ano, sua arrecadação não registrou variação e no comparativo entre set-18/set-17 apresenta incremento de 7,7%. Assim, pode se destacar como principal motivador da perda de R\$ 38,9 milhões da atividade atacadista no ano, a queda do *Comércio Atacadista de Cerveja, Chope e Refrigerante*, cuja arrecadação em 2018 é R\$ 23 milhões menor que a do ano anterior.

¹⁷ Os valores do FUNDEB contabilizados mensalmente variam significativamente ao longo do ano. Isso decorre da regularização das informações de deduções registradas pelos órgãos, o que pode favorecer o acúmulo de informação no final do exercício. Dessa forma, se adequa melhor à análise do comportamento da rubrica a observação do acumulado do ano, e não o comparativo intermensal.

Tabela 25. Maranhão: Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade Econômica: Valores Constantes (IPCA até set/18) em R\$ Milhões, Part. %, cresc. e Var. Absoluta - 2016, 2017, set/17 e set/18

SETOR ECONÔMICO	GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA	Acum. do Ano		Setembro		Participação				Var. (%)		Var. Absoluta	
		2017* (a)	2018* (b)	2017 (c)	2018 (d)	(a)	(b)	(c)	(d)	(b)/ (a)	(d)/ (c)	(b)- (a)	(d)- (c)
Primário	PRIMÁRIO	44,9	33,3	4,5	3,9	0,9	0,7	0,8	0,6	-25,8	-13,8	-11,6	-0,6
	AGRICULTURA	8,0	8,2	0,9	1,3	0,2	0,2	0,2	0,2	3,6	40,8	0,3	0,4
	PECUÁRIA	29,7	23,2	3,4	2,4	0,6	0,5	0,6	0,4	-21,9	-29,7	-6,5	-1,0
	PESCA E AQUICULTURA	0,8	0,5	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-29,9	-38,2	-0,2	0,0
	PRODUÇÃO FLORESTAL	6,4	1,3	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	-79,7	38,4	-5,1	0,0
Secundário	SECUNDÁRIO	1.955,4	2.354,2	249,6	340,7	41,3	46,4	42,2	51,7	20,4	36,5	398,8	91,1
	COMBUSTÍVEL	1.259,7	1.521,5	158,6	239,1	26,6	30,0	26,8	36,3	20,8	50,7	261,7	80,5
	ENERGIA ELÉTRICA	8,1	107,9	0,7	8,2	0,2	2,1	0,1	1,2	-	1.128,4	99,8	7,5
	INDÚSTRIA DE TRANSF.	679,2	717,2	89,0	92,4	14,4	14,1	15,0	14,0	5,6	3,9	37,9	3,5
	INDÚSTRIA EXTRATIVISTA	7,4	6,2	1,3	0,8	0,2	0,1	0,2	0,1	-16,3	-38,4	-1,2	-0,5
Terciário	INDÚSTRIAS - OUTRAS	0,9	1,5	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	58,1	130,9	0,5	0,1
	TERCIÁRIO	2.729,4	2.682,7	337,6	314,3	57,7	52,9	57,1	47,7	-1,7	-6,9	-46,7	-23,3
	COMBUSTÍVEL	189,8	104,8	39,7	8,1	4,0	2,1	6,7	1,2	-44,8	-79,5	-85,0	-31,6
	COMÉRCIO ATACADISTA	802,7	763,8	91,4	97,9	17,0	15,1	15,4	14,9	-4,9	7,2	-38,9	6,6
	COMÉRCIO VAREJISTA	712,8	738,0	82,3	81,6	15,1	14,6	13,9	12,4	3,5	-0,8	25,1	-0,7
	ENERGIA ELÉTRICA	480,5	588,5	63,3	72,6	10,2	11,6	10,7	11,0	22,5	14,7	108,0	9,3
	OUTROS SERVIÇOS	59,2	52,8	7,5	6,1	1,3	1,0	1,3	0,9	-10,9	-19,0	-6,5	-1,4
	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	321,3	279,6	34,8	29,8	6,8	5,5	5,9	4,5	-13,0	-14,3	-41,7	-5,0
	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	163,0	155,3	18,6	18,1	3,4	3,1	3,1	2,8	-4,7	-2,5	-7,7	-0,5
Total		4.729,7	5.070,2	591,7	658,8	100,0	100,0	100,0	100,0	7,2	11,4	340,5	67,2

Fonte: SEFAZ/MA (ORACLE).

A dinâmica de arrecadação do tributo com Energia Elétrica está associada à elevação do custo de geração de energia elétrica que, devido ao baixo volume dos reservatórios, levou ao acionamento de bandeira tarifária vermelha patamar 2 dos meses de junho a outubro desse ano. Em 2018, a *Geração de Energia Elétrica* acumula incremento de R\$ 99,8 milhões em relação ao ano passado, enquanto que *Distribuição de Energia Elétrica* tem saldo positivo na arrecadação de R\$ 97,4 milhões. No mês de novembro, houve a mudança da bandeira tarifária para o patamar amarelo em razão do início da estação chuvosa e assim, a expectativa é que nos meses seguintes a produção de energia volte às condições normais.

No que tange à arrecadação de ICMS com Combustíveis e derivados, destaca-se o recuo de 40,3% (R\$ -453 milhões) nas receitas tributárias provenientes do *Comércio Atacadista de Álcool Carburante, Biodiesel, Gasolina e Demais Derivados de Petróleo, Exceto Lubrificante, Não Realizado por Transp. Retalhista (TRR)*, mesmo com a alta nos preços do barril de petróleo ([Ver Balança Comercial](#)), que foram compensados majoritariamente pela atividade de *Fabricação de Produtos do Refino de Petróleo* (R\$ -702,2 milhões). Já no Setor Terciário influenciou a queda de Combustíveis o desempenho adverso de *Comércio Atacadista de Lubrificantes* (-75,3%, R\$ -65,3 milhões).

3.4.2. Despesas Estaduais

Governo do Estado anuncia conjunto de medidas de controle do custeio e de aumento de progressividade tributária visando compensar os efeitos causados nas finanças estaduais pela crise nacional.

A Despesa Total do Maranhão foi de R\$ 19,7 bilhões em 2018, R\$ 1,08 milhões ou 5,8% acima do dispendido em 2017, com registro de R\$ 18,6 bilhões. Quando analisado o comparativo intermensal, dezembro de 2017 contra o mesmo mês de 2018, houve avanço de 21,3% com as despesas passando de R\$ 1,6 bilhões para R\$ 2,04 bilhões ([Tabela 26](#)).

As Despesas Correntes, que consomem a maior parte dos volumes em termos absolutos, registraram elevação de 4,7%, destacando-se o grupo das *Outras Despesas Correntes*, que ganhou peso

no gasto estadual, com aumento de 4,9% no comparativo interanual. Atenta-se que o incremento do custeio estadual se deu em razão de investimentos em áreas estruturantes, realizados sobretudo nos últimos três anos, no mesmo contexto de redução das transferências repassadas pelo Governo Federal.

Como medida para controle dos gastos de custeio, o Governador Flávio Dino editou no mês de novembro um decreto válido a todo âmbito da administração pública direta e indireta, que determinou: redução da frota de veículos, suspensão de concessão de passagens aéreas e novas diárias, revisão de contratos com fornecedores e redução das despesas com serviços de telecomunicação em 30% em cada órgão.

Tal esforço de contenção de despesas administrativas terá poucos efeitos sobre a rubrica de Pessoal e Encargos Sociais, que no acumulado até dezembro registrou elevação de 5,0% (R\$ +447,4 milhões). Os itens Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Militar (+4,8%, R\$ +84,6 milhões), Obrigações Patronais (+19,9%, R\$ +123,3 milhões), Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil (+2,0%, R\$ 93,0 milhões) destacam-se com as maiores contribuições em termos absolutos nessa categoria de gasto.

Ao analisar os componentes dos Outros Gastos Correntes, observa-se que a rubrica de maior peso dentro do conjunto é Outros Serviços de Terceiros - PJ (R\$ +90,8 milhões no acumulado 18/17), e na abertura desse item, a maior parte do gasto é destinado ao pagamento despesas da Saúde (R\$ 1,3 bilhões em 2018, segundo dados do Portal da Transparência). Dessa forma, considerando a substancialidade desse gasto, o Estado deverá aumentar seu esforço de contenção de gastos em outras rubricas.

- Na abertura dos dispêndios com pessoal, os Vencimentos e Vantagens dos Militares registraram o maior incremento absoluto no comparativo entre 2018 e 2017. Entre 2015 a 2018, houve reajuste salarial de 37,9% para policiais e bombeiros militares, além disso, em 2018, foi realizado concurso para mais 1.200 vagas para a Polícia Militar, fatores dos quais derivam essa ampliação.

Tabela 26. Maranhão: Despesas do Estado a Valores Constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até out/18), Cresc. (%) – Acumulado do ano de Janeiro a Dezembro de 2017 e 2018, dez/17 e dez/18

DESCRIÇÃO	Acum. do ano		Dezembro		Crescimento (%)		Var. Absoluta	
	2017	2018	2017	2018	18/17	Dez18/Dez17	18-17	Dez18-Dez17
TOTAL GERAL	18.668,1	19.756,3	1.682,8	2.041,0	5,8	21,3	1.088,2	358,2
Despesas Correntes	16.308,7	17.078,6	1.866,1	1.958,2	4,7	4,9	769,9	92,1
Pessoal e Encargos Sociais	9.036,0	9.483,4	1.261,1	1.409,0	5,0	11,7	447,4	147,9
Apose. do RPPS, Reser.e Refor. dos Milit.	1.764,4	1.849,0	210,9	234,9	4,8	11,4	84,6	24,0
Pensões do RPPS e do militar	503,4	488,8	58,6	61,0	-2,9	4,2	-14,5	2,5
Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.642,4	4.735,5	696,4	607,1	2,0	-12,8	93,0	-89,3
Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	852,6	1.037,9	101,6	133,8	21,7	31,6	185,3	32,1
Juros e Encargos da Dívida	398,1	384,5	25,1	18,2	-3,4	-27,3	-13,6	-6,8
Outras Despesas Correntes	6.874,6	7.210,6	580,0	531,0	4,9	-8,4	336,0	-49,0
Aplicações Diretas	4.736,2	4.960,9	429,7	377,4	4,7	-12,2	224,7	-52,4
Material de Consumo	173,4	174,9	8,8	7,3	0,8	-17,6	1,4	-1,6
Outros Serviços de Terceiros (PJ)	2.906,9	2.997,7	280,9	187,2	3,1	-33,3	90,8	-93,7
Passagens e Despesas com Locomoção	77,4	77,3	1,4	-0,6	-0,2	-144,8	-0,2	-2,0
Sentenças Judiciais	320,3	227,2	34,4	75,3	-29,1	119,1	-93,1	40,9
Outras Despesas Correntes	2.138,4	2.249,7	150,3	153,6	5,2	2,2	111,3	3,4
Despesas de Capital	2.359,4	2.677,7	-183,3	82,8	13,5	145,2	318,3	266,1
Investimentos	1.704,3	1.717,5	-163,4	32,8	0,8	120,0	13,2	196,3
Amortização da Dívida	594,9	582,5	34,5	32,8	-2,1	-5,1	-12,4	-1,8
Inversões financeiras	60,3	377,8	-54,4	17,2	526,9	131,6	317,5	71,6
Serviço da Dívida	993,0	967,0	59,6	51,0	-2,6	-14,4	-26,0	-8,6

Fonte: SEPLAN/MA. ¹Juros e Encargos da Dívida + Amortização da Dívida.

Foi aprovado na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA), em 05/12/2018, o Projeto de Lei 239/2018¹⁸, que compõe o chamado Pacote Anticrise anunciado pelo Governo do Maranhão. As medidas anunciadas, que seguiram para sanção governamental, visam reduzir o impacto da crise econômica nacional sobre as finanças do Estado neste cenário de redução dos repasses federais. As medidas de beneficiamento e compensações do pacote estão postas na [Tabela 27](#).

Tabela 27. Maranhão: Medidas e Compensações Pacote Anticrise

Medidas	Compensações		
Isenção de IPVA para motos com até 110 cilindradas	Aumento da alíquota de ICMS de combustíveis, cerveja e refrigerantes	Óleo diesel 18% > 18,5% (impacto de R\$ 0,01 no litro)	
Programa de Parcelamento de Multas de Trânsito			
Isenção total de ICMS para micro e pequenas empresas com faturamento até R\$ 120 mil		Gasolina 26%> 28,5% (impacto de R\$ 0,08 no litro)	
Redução de ICMS para empresas entre faixas de faturamento ¹⁹ de R\$ 120 mil a R\$ 3,6 milhões		Cerveja 25% > 28,5%	
Cheque Cesta básica		Refrigerante 18% > 25%	

FONTE: Elaboração própria IMESC.

Verifica-se que avanço percentual de 13,5% das Despesas de Capital em 2018 não se deveu-se menos pelo investimento agregado, que atingiu expressivos R\$ 1,71 bilhão (0,8% acima do acumulado em 2017) do que pelo crescimento das Inversões Financeiras, que acumulam no ano ampliação de R\$ 317,5 milhões, tendo variado de R\$ 60,3 milhões para R\$ 377,8 milhões, no mesmo período de comparação, impulsionado pela rubrica Constituição ou Aumento de Capital de Empresas (R\$ +563,9 milhões).

Perspectivas para as Finanças Públicas Estaduais em 2019

Em 2018, a performance favorável da Arrecadação Própria, assim como os aportes provenientes de Operações de Crédito foram importantes para assegurar a continuidade do volume de investimentos no Estado.

Para 2019, a equipe de conjuntura do IMESC estima que o crescimento de 4,1% do PIB do Estado, favorecido pela recuperação da indústria maranhense (Ver [Produto Interno Bruto](#)), representará um vetor de maior arrecadação de ICMS, principal componente da Receita Corrente. Assim, a Receita Tributária deverá apresentar variação percentual de aproximadamente 5,0%.

No entanto, um maior risco é aguardado por parte das rubricas referentes aos aportes de crédito e aos valores transferidos pela União. O *downgrade* da CAPAG ([Box 2](#)) deixa o Maranhão inelegível para receber da União aval para novas operações de crédito, e a virtual mudança na alíquota do Imposto de Renda pode reduzir o montante que compõe o Fundo de Participação do Estado. Ainda de acordo com a estimativa do IMESC, espera-se que as receitas do FPE cresçam 2,1% em 2019, abaixo dos 3,1% registrado em 2018, e que as receitas de Operações de Crédito registrem queda de 29,4%. Dessa forma, considerando tais perspectivas, estima-se variação de 4,1% da Receita Total do Maranhão em 2019.

Levando em consideração as medidas já decretadas pelo Governo para redução de custeio, estima-se que o ritmo de crescimento das Outras Despesas Correntes seja menor no primeiro semestre de 2019. Projeta-se crescimento real no acumulado do ano de 4,5%, devido a recomposição desses tipos de gastos que deve acontecer no segundo semestre do exercício.

¹⁸ Altera a Lei 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão; altera a Lei 8.205, de 22 de dezembro de 2004, que institui o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza; cria o Comitê de Políticas de Inclusão Social, e altera a Lei 8.948, de 15 de abril de 2009, que trata dos percentuais a serem aplicados na cobrança de diferencial de alíquotas nas operações realizadas por empresas optantes do Simples Nacional, e institui o Programa Cheque Cesta Básica e o Programa de Parcelamento de Multas de Trânsito.

¹⁹ Faturamento de R\$ 120 mil a 240 mil, redução de 1,14% para 1,10%; faturamento de R\$ 240 mil a R\$ 360 mil redução de 2,33% para 2,30%; faturamento de R\$ 360 mil a R\$ 480 mil, redução de 2,56% para 2,50%.

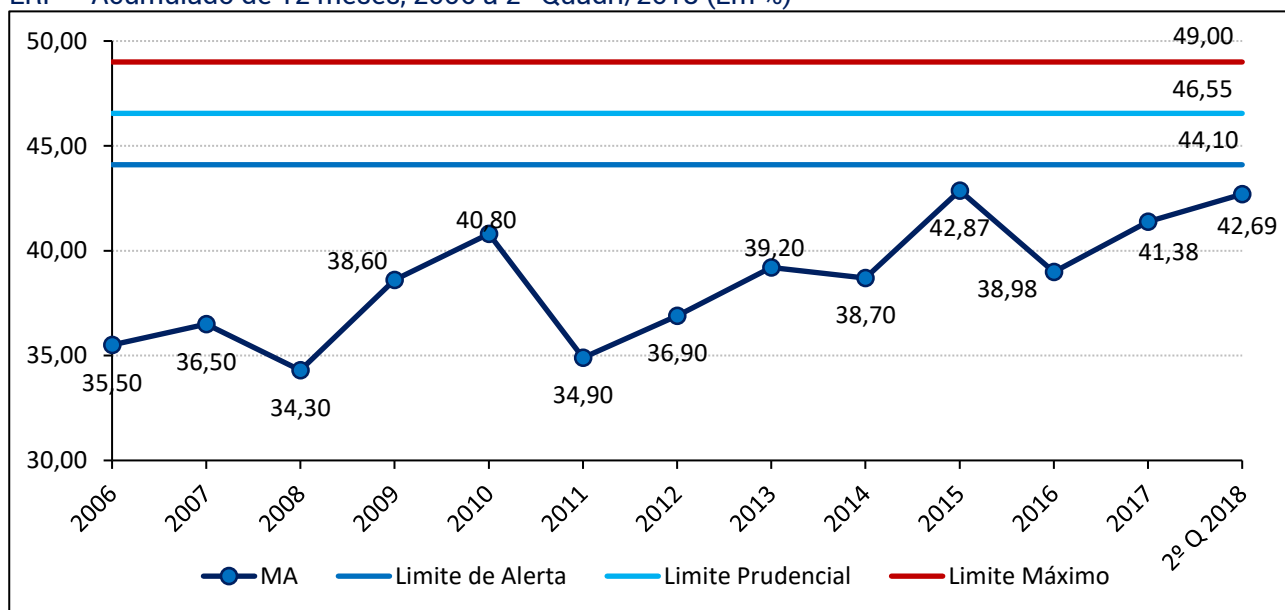
As contratações de pessoal previstas para o ano (LOA 2019) devem gerar gasto adicional de R\$ 300 milhões, considerando a oferta de mais de 2.500 vagas. Estima-se que o impacto dessas contratações terá efeito completo sobre os dispêndios estaduais somente a partir do próximo exercício. Assim, projeta-se crescimento real de 3,2% de Pessoal e Encargos Sociais em 2019. Levando em conta que na projeção atual estima-se redução dos valores provenientes de operações de crédito, espera-se queda de 25% no investimento, compensando o crescimento das despesas correntes e resultando em crescimento real de 4,9% da Despesa Total em 2019.

3.4.3. Responsabilidade Fiscal

Conforme os dados do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao 2º quadrimestre de 2018, no acumulado de 12 meses encerrados em agosto a relação Despesa Total com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida do Maranhão (DTP/RCL) atingiu 42,69%. Em valores absolutos, a Despesa Total com Pessoal totalizou R\$ 5,6 bilhões, crescimento percentual igual a 8,1% em relação a 2017. Essa elevação foi superior à da RCL, com avanço nominal de 4,8% no período (Gráfico 38).

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) institui restrições²⁰ aos Estados quando ultrapassado o limite prudencial (46,55% da RCL com gastos com pessoal). Com o avanço de 1,3 p.p. na relação DTP/RCL no comparativo do 2º quadri/2018 e 2017, o Maranhão ainda mantém distância de 3,8 p.p. do limite restritivo.

Gráfico 38. Maranhão: Despesa Total com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida e Limites da LRF – Acumulado de 12 meses, 2006 a 2º Quadri/2018 (Em %)

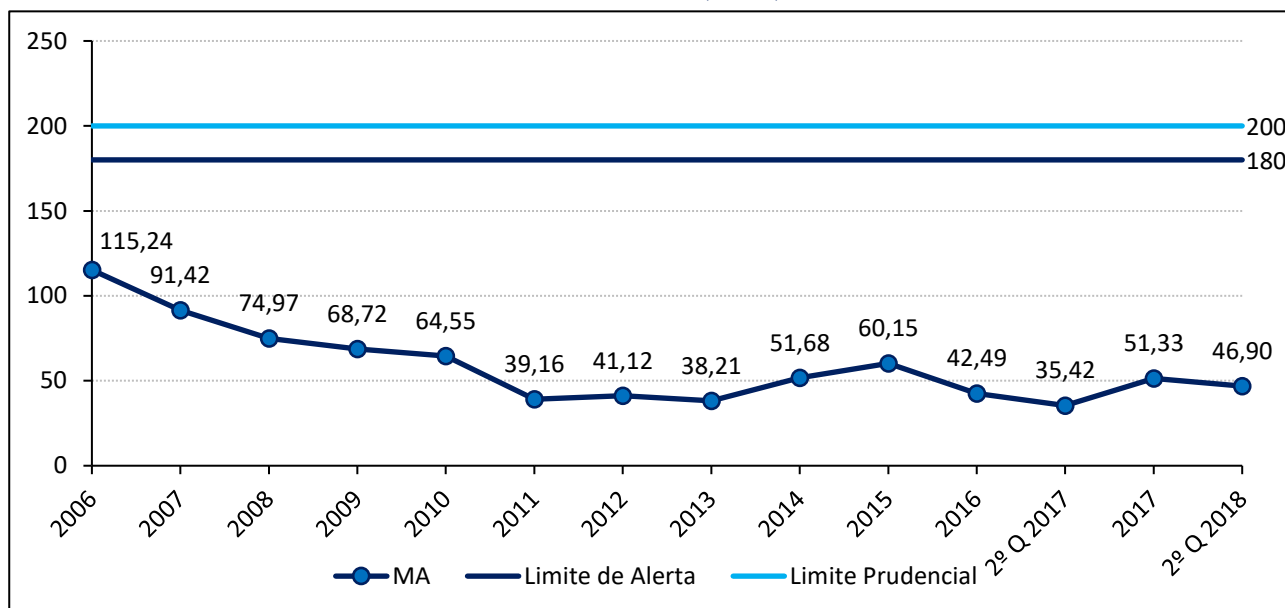


FONTE: STN.

Como mostra o Gráfico 39, o percentual da Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida (DCL/RCL) também apresentou avanço quando comparado com o resultado do mesmo período de 2017, saindo de 35,42% para 49,9%. A DCL, que não considera haveres e outros créditos, foi igual a R\$ 6,1 bilhões no 2º quadri/2018, valor que registrava R\$ 4,5 bilhões no mesmo período do ano anterior.

²⁰ Proibição à concessão de reajustes, à contratação de pessoal, ao pagamento de horas extras e alteração de estruturas de carreiras.

Gráfico 39. Maranhão: Dívida Consolidada Líquida em Relação à Receita Corrente Líquida e Limites da LRF - Acumulado de 12 meses, 2006 a 2º Quadri/2018 (em %)



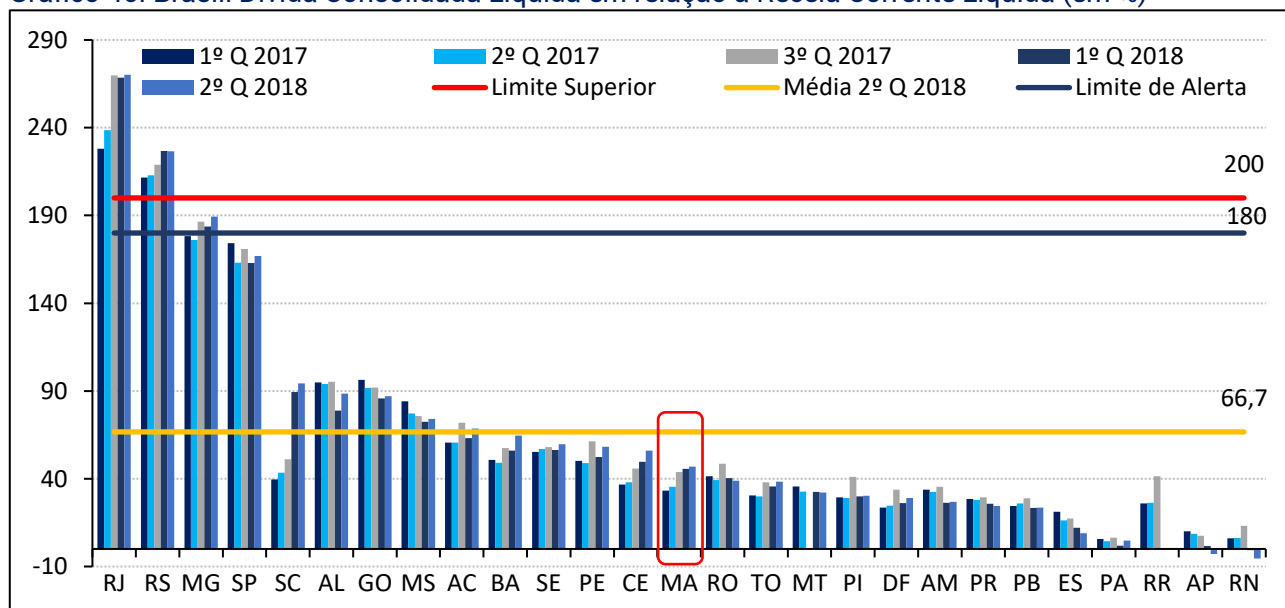
FONTE: STN.

Tendo como parâmetro os limites determinados por lei, o Maranhão se mantém com endividamento abaixo do teto instituído. Como consta no RGF, a relação entre o montante da DCL e a RCL ultrapassaria o limite superior se a dívida alcançasse R\$ 26,2 bilhões.

Fazendo um *ranking* com todas as UF's, o Maranhão apresenta a 14º menor relação DCL/RCL, perdendo uma posição em relação ao 2º quadri/2017, ficando também abaixo da média do período de 66,7% (Gráfico 40).

Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul permanecem com nível de endividamento acima do limite superior. Por outro lado, destaca-se Rio Grande do Norte e Amapá com dívida consolidada líquida negativa, o que indica que suas disponibilidades de caixa, somados às aplicações financeiras e demais haveres financeiros são suficientes para fazer frente ao pagamento de sua dívida consolidada.

Gráfico 40. Brasil: Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (em %)



FONTE: STN

Box 2: Capacidade de Pagamento (CAPAG)²¹

A análise da Capacidade de Pagamento (CAPAG) dos Estados integra o panorama fiscal do Boletim dos Entes Subnacionais, publicação da Secretaria do Tesouro Nacional que, desde 2016, divulga informações sobre o quadro fiscal dos Governos Regionais.

Por meio da portaria nº 501/2017, o Ministério Público aprimorou a metodologia de cálculo do CAPAG de forma que a classificação dos Estados, Distrito Federal e municípios será definida a partir dos indicadores de Endividamento (DC), Poupança Corrente (PC) e Liquidez (IL). A fonte de dados dos indicadores são os Balanços Consolidados e Relatórios de Festão Fiscal (RGF), bem como as Declarações de Contas Anuais (DCA). Os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) são utilizados como fonte alternativa ou subsidiária dos dados.

- O indicador de **Endividamento** corresponde a relação entre dívida consolidada bruta e a receita corrente líquida. O indicador tem por objetivo avaliar o grau de solvência do ente. Os parâmetros utilizados para avaliação são: se $DC < 60\%$, sinalização "A", se $60\% < DC < 150\%$, sinalização "B"; se $DC > 150\%$, sinalização "C";
- A **Poupança Corrente** corresponde a relação entre despesas correntes e receita corrente ajustada. Sendo que as receitas correntes ajustadas são as receitas correntes somadas às receitas correntes intraorçamentárias, deduzido os recursos destinados ao FUNDEB. As receitas e despesas de capital não são consideradas. Esse indicador verifica as condições de poupança do ente, indicando se a poupança que está sendo realizada é suficiente para absorver o crescimento das despesas, que normalmente crescem a taxa superior que as receitas. O cálculo é feito por uma média ponderada entre os três últimos exercícios com pesos de 20%, 30% e 50%, respectivamente. Os parâmetros utilizados para avaliação são: se $PC < 90\%$, sinalização "A"; se $90\% < PC < 95\%$, sinalização "B"; se $PC > 95\%$, sinalização "C";
- O indicador de **Liquidez** corresponde a relação entre as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa bruta. O indicador verifica se a situação de caixa do ente o permite honrar suas obrigações financeiras no curto prazo. Os parâmetros utilizados para avaliação são: se $IL < 1$, sinalização "A"; se $IL > 1$, sinalização "C".

A partir do cálculo de cada indicador, os entes são classificados baseados nos conceitos "A", "B", "C" e "D", sendo que os conceitos A e B indicam boa situação fiscal, a qual permite que o ente esteja elegível para receber da União aval para novas operações de crédito. Os conceitos C e D indicam o oposto.

Como mostra a **Tabela 28** abaixo, o Maranhão obteve conceito "B" na avaliação de 2017. Na avaliação de 2018, que trabalha com os dados de 2015-2017, mesmo obtendo conceito máximo em endividamento e liquidez o Maranhão o *rating* do Estado caiu para "C".

Tabela 28. Maranhão: Patamar e conceito alcançado na nota final e por indicador da CAPAG – 2017 e 2018

Período	Nota Final	Endividamento (EC)	Nota	Poupança Corrente (PC)	Nota	Índice de Liquidez (IL)	Nota
2017	B	56,50%	A	91,94%	B	36,77%	A
2018	C	56,05%	A	95,39%	C	76,43%	A

FONTE: STN.

Esse *downgrade* deve-se ao desempenho da poupança corrente, que por 0,39 centésimos percentuais não permaneceu com nota "B".

Considerando a média de crescimento percentual das receitas e despesas no período 2015-2017 e aplicando essa média de crescimento para 2018 em relação aos valores executados em 2017, o indicador de Poupança Corrente do Estado avançaria para 97,6% na avaliação de 2019, que irá considerar o período 2016-2018. Dessa forma, o avanço de 2,2 p.p. com base nessa estimativa, deixaria ainda mais distante a recuperação de melhor nota nesse quesito e, conseqüentemente, da recuperação da garantia da União na contratação de novos empréstimos.

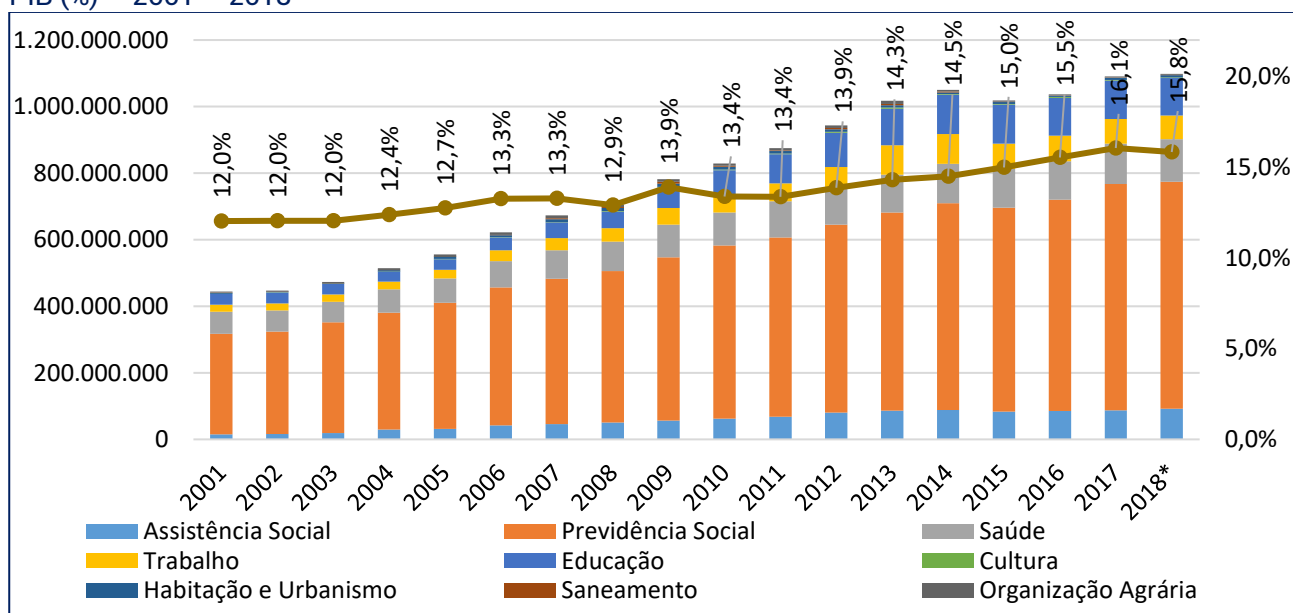
²¹ Baseado em Boletins de Finanças dos Entes Subnacionais. Disponível em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/boletim-de-financas-dos-entes-subnacionais>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

4. GASTO SOCIAL

Em 2018, as regiões Nordeste e Sudeste apresentaram o maior quantitativo de beneficiários em relação ao Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Regime Geral da Previdência Social. No Maranhão, o PBF atende 988 mil famílias, o BPC atende 194 mil e no Regime Geral da Previdência Social foram concedidos 156,3 mil benefícios.

O gasto social federal²² apresentou um significativo crescimento ao longo da série histórica analisada, que se inicia em 2001 e vai até 2018, passou de R\$ 444,6 bilhões para R\$ 1,09 trilhão, segundo os dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Em termos percentuais, a participação dos gastos sociais no orçamento total não apresentou grande variação, passou de 41% para 46%, no período analisado. Da mesma forma, em relação ao PIB, o gasto social cresceu de forma pouco expressiva de 3,8 p.p., saindo de 12,0% em 2001 para 15,8% em 2018, considerando que o PIB de 2018 é o acumulado de 12 meses, como pode ser visto (Gráfico 41).

Gráfico 41. Brasil: Evolução do gasto social por categoria* (R\$) e Gasto Social Federal em relação ao PIB (%) – 2001 – 2018



Fonte: STN. *Acumulado de 12 meses, encerrados em nov/2018.

Entre as categorias, a Previdência Social é o que abarca grande parte do gasto social. Em 2017, as despesas empenhadas cresceram 126% ao ano no período entre 2001 e 2018: saiu de R\$ 302 bilhões em 2001 para 682 bilhões. O crescimento observado do gasto nessa categoria ocorreu em decorrência do aumento do quantitativo de beneficiários, de R\$28,1 milhões em 2010 para R\$35 milhões em novembro de 2018, bem como a vinculação do piso previdenciário ao salário mínimo.

De acordo com as informações da Secretaria de Previdência Social, até setembro de 2018, já tinham sido repassados o montante de R\$ 6,5 bilhões, até novembro de 2018, de recursos para o pagamento dos benefícios concedidos do Regime Geral de Previdência Social²³, como demonstrado na Tabela 29. A região Sudeste (R\$ 3,4 bilhões), Nordeste (R\$ 1,4 bilhão) e Sul (R\$ 1,3 bilhão) concentram grande parcela dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios concedidos.

²² É considerado gasto social para o Estado do Maranhão, as despesas empenhadas, por função, quais sejam: assistência social, previdência social, saúde, trabalho, educação, cultura, habitação e urbanismo, saneamento e organização agrária. Foram consideradas essas categorias, segundo a definição de Castro, Ribeiro, Chaves e Duarte (2012), no artigo Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período de 1955-2010.

²³ Os benefícios do Regime Geral de Previdência de Previdência Social abrangem os previdenciários (aposentadorias por idade, invalidez e tempo de contribuição, pensões por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão e auxílio-acidente, salário maternidade e abono de permanência em serviço 20% e os acidentários (Aposentadorias por Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Doença, Auxílio-Acidente, Auxílio-Suplementar).

Tabela 29. Brasil e Regiões: Valores repassados para atender aos benefícios concedidos do Regime Geral de Previdência Social (Em R\$ 1.000.000) – 2010 – 2018*

Brasil e Regiões	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018*
BR	3.581,7	3.974,8	4.532,7	5.142,7	5.485,2	5.038,5	6.700,0	6.843,6	6.589,8
NO	159,5	177,0	202,3	241,4	259,5	240,6	291,3	317,2	294,5
NE	694,5	745,5	866,5	979,1	1.036,9	928,4	1.292,4	1.348,6	1.270,1
SE	1.800,8	2.027,6	2.284,2	2.562,6	2.739,7	2.523,4	3.325,4	3.365,4	3.092,5
SU	704,0	766,8	878,0	1.005,9	1.066,6	1.000,6	1.311,5	1.327,1	1.266,6
CO	223,0	258,0	301,8	353,8	382,5	345,4	479,4	485,1	665,8

Fonte: Secretaria da Previdência. *Até novembro de 2018.

Em relação a Assistência Social²⁴, há o crescimento do gasto, sobretudo a partir de 2004, quando houve um salto de R\$ 19,2 bi para R\$ 29,4 bi, a preços de novembro de 2018, como pode ser visto no (Gráfico 41) **Erro! Fonte de referência não encontrada.** Isso se justifica porque naquele ano houve expansão das políticas de garantia de renda, por meio da criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das ações como a ampliação do alcance do Benefício de Prestação Continuada e do surgimento de políticas de transferência de renda notadamente o Programa Bolsa Família.

Quanto ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que consiste na garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais²⁵, em 2018, o quantitativo de beneficiários somou 4,6 milhões no país, com destaque para a Região Nordeste (1,7 milhão) e Sudeste (1,6 milhão), como demonstrado na Tabela 30. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social, em setembro de 2018, o volume repassado de recursos pelo governo federal acumula o montante de R\$ 50,3 bi, sendo R\$ 5,4 bi para a Região Norte, R\$ 18,2 bi para o Nordeste, R\$ 17,5 bi para o Sudeste, R\$ 5,3 bi para o Sul e R\$ 4,2 bi para o Centro-Oeste.

Tabela 30. Brasil e Regiões: Quantidade de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – 2010 – 2018* (Em Mil)

Brasil e Regiões	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018*
BR	3.402	3.595	3.772	4.130	3.964	4.243	4.412	4.549	4.626
NO	340	360	378	414	397	429	446	460	464
NE	1.221	1.295	1.363	1.500	1.434	1.540	1.597	1.646	1.677
SE	1.177	1.241	1.298	1.427	1.368	1.466	1.532	1.585	1.619
SU	365	387	407	443	427	452	470	483	488
CO	298	313	325	347	338	355	367	375	378

Fonte: MDS. *Setembro/2018.

No que tange ao Programa Bolsa Família (PBF), o qual beneficia 14 milhões de famílias no país, como pode ser visto na Tabela 31, houve aumento do quantitativo de famílias beneficiárias do ano de 2010 até 2013, com redução gradativa nos anos seguintes por conta do aprofundamento dos efeitos da crise econômica nacional. Em 2018, foi registrado um montante maior que 14 milhões de famílias beneficiárias com inclusão de mais 300 mil núcleos familiares em relação a 2017.

²⁴ Todavia, em contraposição à expansão dos gastos com Assistência Social, é possível observar uma ligeira queda nos gastos em 2015, reflexo da crise econômica e política do Brasil e da contestação dos programas sociais, mas que foi recuperado no ano seguinte.

²⁵ O BPC é concedido para idosos e pessoas com deficiência física que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/>.

Tabela 31. Brasil e Regiões: Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – 2010 – 2018* (Em Mil)

Brasil e Regiões	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018*
BR	12.778	13.361	13.902	14.086	14.003	13.937	13.570	13.829	14.142
NO	1.348	1.477	1.575	1.656	1.682	1.683	1.685	1.726	1.793
NE	6.455	6.826	7.049	7.034	7.100	6.936	6.809	7.000	7.121
SE	3.186	3.303	3.443	3.598	3.488	3.618	3.514	3.574	3.684
SU	1.064	1.038	1.060	1.030	980	960	873	854	868
CO	725	718	775	769	755	740	689	675	673

Fonte: MDS. *Dezembro/2018.

O volume de recursos repassados pelo governo federal ao PBF se reduziu durante o período de aprofundamento da crise econômica nacional. Em 2014, os recursos foram de R\$ 33,8 bilhões, em termos reais, com queda em 2015 (R\$ 31,1 bilhões) e em 2016 (R\$ 30,2 bilhões), atingindo em 2017 o menor nível (R\$ 29,9 bilhões). Em 2018, até setembro, apesar de ter havido crescimento no montante de recursos, o qual totaliza R\$ 30,5 bilhões, mantém-se abaixo do valor da pré-crise: em 2013, os recursos eram da ordem de R\$ 33 bilhões. Segundo os dados do Ministério de Desenvolvimento Social, o valor médio mensal por família atingiu o menor patamar em 2017 em todas as regiões brasileiras, como pode ser visto na [Tabela 32](#).

Tabela 32. Regiões Brasileiras: Valor médio mensal por família (R\$) do Programa Bolsa Família – 2010 – 2018*

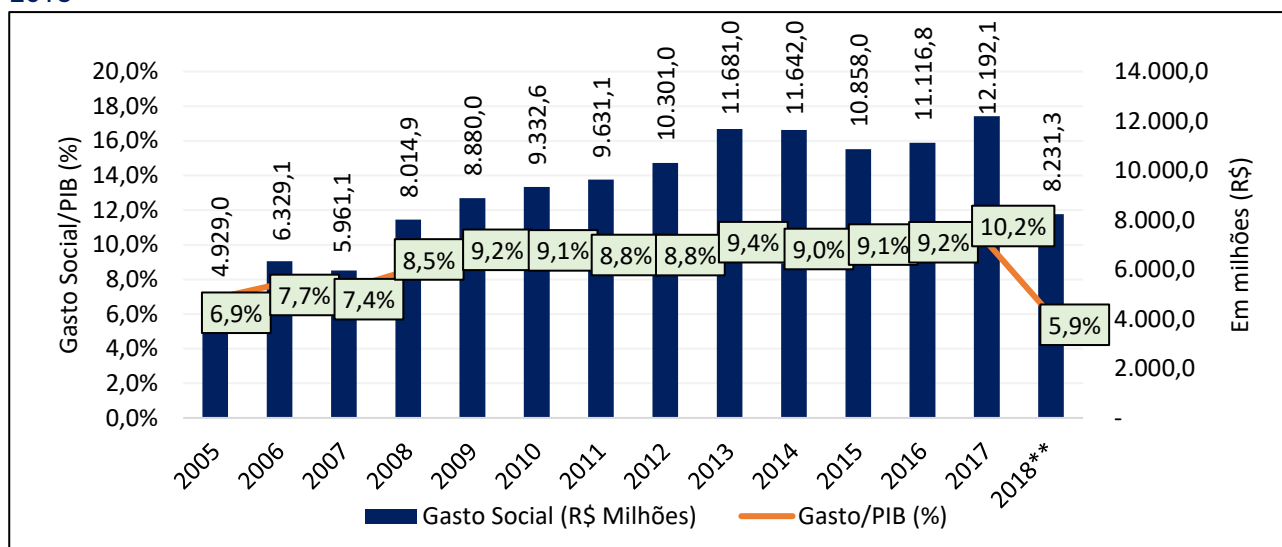
Regiões	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018*
Norte	165,6	174,3	198,7	215,1	226,1	209,9	209,4	206,2	209,2
Nordeste	154,7	163,0	180,1	203,2	206,2	193,8	191,9	186,5	192,0
Sudeste	135,5	153,0	169,1	177,5	187,4	168,1	167,9	163,4	174,4
Sul	135,8	154,6	168,5	179,2	184,1	166,3	168,1	158,4	166,7
Centro-Oeste	131,1	156,2	166,6	179,5	186,2	169,7	168,8	161,8	164,8

Fonte: MDS. *Dezembro/2018.

O dimensionamento do gasto social²⁶ para o Maranhão no período de 2005 até o acumulado no 4º bimestre de 2018 pode ser verificado no [Gráfico 42](#), que também mostra a relação do gasto social ao PIB, como indicador da prioridade macroeconômica, que consiste em medir o volume de recursos alocados nas políticas sociais enquanto percentual do PIB. Assim, o gasto social maranhense partiu de R\$ 4,9 bilhões em 2005 para R\$ 12,2 bilhões em 2017, um crescimento médio de 20,6% ao ano no período de 12 anos. Já no acumulado do ano, até o 4º bimestre de 2018, soma R\$ 8,2 bilhões (5,9% do PIB).

²⁶ É considerado gasto social para o Estado do Maranhão, as despesas empenhadas, por função, quais sejam: assistência social, previdência social, saúde, trabalho, educação, cultura, habitação e urbanismo saneamento e organização agrária. Foram consideradas essas categorias, segundo a definição de Castro, Ribeiro, Chaves e Duarte (2012), no artigo Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período de 1955-2010.

Gráfico 42. Maranhão: Trajetória do Gasto Social (R\$ 1.000.000)* e em relação ao PIB (%) – 2005 a 2018**



Fonte: SICONFI.

*Inflacionado pelo IPCA, acumulado do ano, de agosto 2018.

**Acumulado até o 4º bim/2018.

Apesar do crescimento, em valores reais, do gasto social no período entre 2005 e 2017, a parcela destinada do PIB manteve-se estável, notadamente, nos últimos 5 anos. Todavia, em 2014, não se exigiu uma parcela maior do PIB (queda de 0,4 p.p. em relação a 2013) para o GS, embora tenha havido crescimento deste, tal fato é explicado pelo crescimento da nossa economia de 3,9% naquele ano. Já em 2015, houve uma sensível expansão do GS em relação ao PIB (saiu de 9,0% em 2014 para 9,1% em 2015). Em 2016, esse percentual foi para 9,8% do PIB, o maior patamar da série em tela, não obstante o aprofundamento da crise econômica brasileira e da queda real de 5,6% do PIB maranhense. Em 2017, com a estimativa de crescimento de 3,6% do PIB do Estado, foi possível elevar o percentual para 10,2% do PIB. Isso indica, que além das respostas à crise econômica nacional, também houve incrementos estruturais no âmbito das políticas sociais, a exemplo do Plano Mais IDH, que durante 2015 e 2018, foi executado R\$ 981, 7 milhões.

O movimento de crescimento do gasto social é composto por trajetórias distintas das áreas sociais, como pode ser visto na Tabela 33. No ano, até agosto de 2018, destaca-se o aumento do gasto social do estado, em comparação com o mesmo período do ano anterior, de 6,5%, e para as seguintes áreas: Trabalho (+40,9%), Organização Agrária (+31,5%) e Educação (+15%). Destaca-se a queda de 3,6% do gasto social na Previdência Social, até agosto de 2018, não obstante o crescimento dessa categoria em 2017 em relação a 2016.

Tabela 33. Maranhão: Gastos Sociais, por categorias – 2016 – 2018 (R\$ Milhões)

Categorias	2016	2017	No acumulado		Variação (d)/(c) %
			2017** (c)	2018** (d)	
Despesa Empenhada	16.502,9	17.738,2	11.130,4	11.822,2	6,2
Gasto Social Total	8.332,4	8.998,6	5.415,2	5.765,9	6,5
1 Assistência Social	351,7	348,1	197,5	218,3	10,5
2 Previdência Social	2.497,5	2.659,6	1.508,9	1.454,4	-3,6
3 Saúde	2.173,9	2.245,0	1.460,7	1.572,5	7,6
4 Trabalho	10,5	27,7	12,1	17,1	40,9
5 Educação	2.396,4	2.642,6	1.775,1	2.042,2	15,0
6 Cultura	85,4	115,0	87,7	95,4	8,8
7 Habitação e Urbanismo	302,7	435,9	324,2	327,8	1,1
8 Saneamento	501,1	513,5	42,9	30,2	-29,6
9 Organização Agrária	13,2	11,3	6,1	8,0	31,5

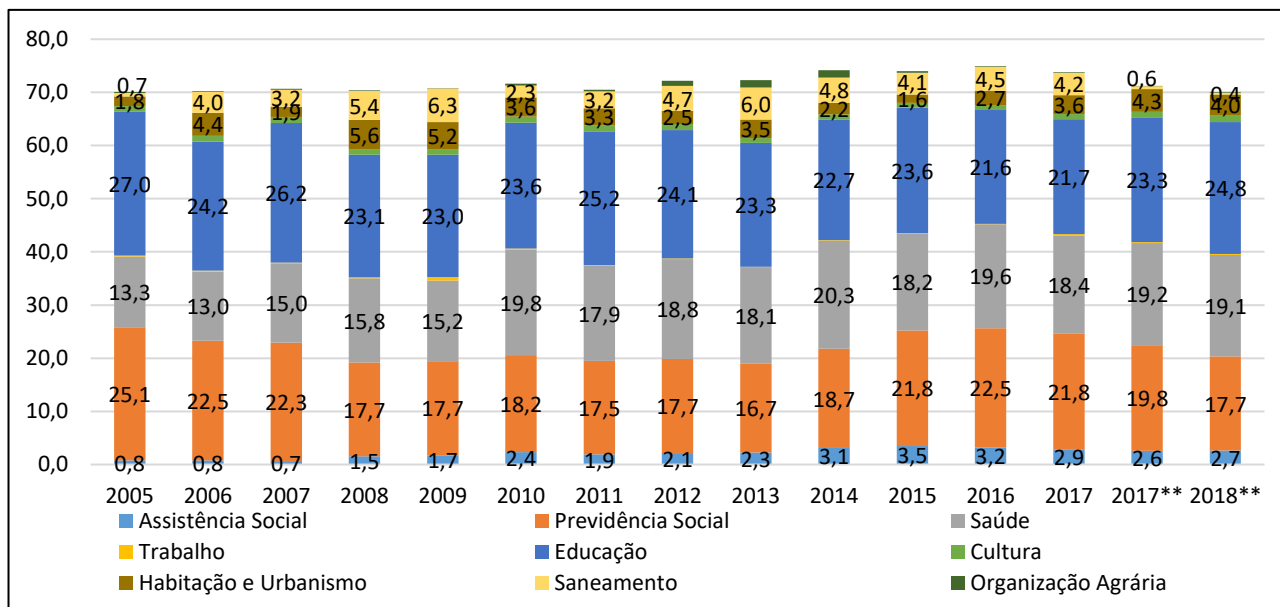
Fonte: SICONFI.

*Inflacionados pelo IPCA do acumulado do ano, até agosto de 2018.

*Acumulado do ano até o 4º bimestre.

No **Gráfico 43**, pode-se observar a composição do gasto por categorias enquanto percentual do gasto social total. De um modo geral, o gasto social do estado se localiza, sobretudo, nas áreas de Educação, Saúde e Previdência Social, que, juntos, perfizeram 61,6%, no acumulado do ano, até agosto de 2018, cujo desempenho apresentou certa estabilidade em comparação ao mesmo período de 2017).

Gráfico 43. Maranhão: Gasto social por categorias (%) – 2005 – 2018**



Fonte: SICONFI. **Acumulado do ano até o 4º bimestre.

Para fazer frente às principais demandas da sociedade, em um contexto de crise econômica nacional e queda no repasse das transferências federais, a resposta anticíclica da política social do Governo do Maranhão, a partir de 2015, englobou a expansão de atendimento ao portador de deficiência, à criança e ao adolescente e assistência comunitária, que refletiu no aumento de participação da rubrica Assistência Social para 3,5% e da categoria Educação (23,6%) em 2015. Ademais, há a pressão da previdência social, que atingiu o maior nível (22,5%) em 2016. Destaca-se também, o retorno do aumento de participação dos recursos destinados à Habitação e Urbanismo, a partir de 2016 (saiu de 1,6% em 2015 para 2,7% para 2016), e já atinge 4% em 2018 (**Gráfico 43**).

Quanto ao Programa Bolsa Família, o Maranhão possui o maior percentual de famílias beneficiárias entre os estados brasileiros (48% da população)²⁷. Em termos de volume de recursos repassados ao Programa, até setembro de 2018 já soma R\$ 2,5 bilhões, para atender 988 mil famílias, com valor médio mensal por família de R\$ 211,2. O valor médio mensal por família vinha crescendo até 2014, quando atingiu R\$ 229,1, porém, devido à recessão da economia, houve perda do poder de compra nos anos seguintes, notadamente, em 2017 (R\$ 210,5) (**Tabela 34**).

Tabela 34. Maranhão: Valor repassado (R\$ milhões), Valor médio mensal por família (R\$) e Quantidade de famílias beneficiárias (Em 1.000) do Programa Bolsa Família – 2010 – 2018

Maranhão	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018*
Valor total repassado (R\$ Milhões)	1,7	1,9	2,2	2,6	2,7	2,5	2,4	2,5	2,5
Valor médio mensal por Família (R\$)	164,7	174,2	194,9	225,0	229,1	219,4	214,2	210,5	211,2
Famílias Beneficiárias (Em mil)	871	920	952	962	985	952	952	982	988

Fonte: MDS. *Setembro de 2018.

Outro programa de envergadura é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma vez que busca garantir a inclusão das pessoas portadoras de deficiência e de idosos na sociedade, na medida em que

²⁷ MARCHESINI, L. Benefícios do Bolsa Família sustentam 21% da população do país. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5306087/beneficios-do-bolsa-familia-sustentam-21-da-populacao-do-pais>.

propõe suprir as carências econômicas, através da garantia de 1 (um) salário mínimo mensal. No caso do Maranhão, o BPC torna-se um instrumento fundamental também para o combate à pobreza, constituindo-se muitas vezes como uma única fonte de renda das famílias vulnerabilizadas. Em termos reais, o valor repassado de recursos, em setembro de 2018, pelo governo federal, soma R\$ 2,2 bi para o estado, o qual garante renda a 194.419 beneficiários (77.323 idosos e 117.096 pessoas com deficiência) (Tabela 35).

Tabela 35. Maranhão: Valor total repassado (R\$ milhões) e Quantidade de Pessoas Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – 2010 - 2018

Maranhão	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018*
Valor Repassado (R\$)	1.555,94	1.649,66	1.836,06	2.187,40	1.849,18	2.078,24	2.195,86	2.261,17	2.198,52
Pessoas Beneficiárias	166.161	172.803	178.878	193.588	186.453	196.313	195.794	195.596	194.419

Fonte: MDS. *Setembro de 2018.

Quanto aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social no Maranhão, conforme os dados disponíveis no site da Previdência, referentes a março de 2018, foram 156,3 mil benefícios concedidos, atingindo o mesmo nível, em termos de concessão, de 2013, como pode ser visto na Tabela 36. Ainda conforme o Ministério da Fazenda, em termos reais, o repasse de recursos para o RGPS totalizou R\$ 158,5 milhões, em setembro de 2018, maior patamar desde 2010 (R\$ 90 milhões) e em relação a 2017 (R\$ 151 milhões).

Tabela 36. Maranhão: Quantidade de benefícios concedidos do Regime Geral da Previdência Social (Em mil) – 2010 – 2018*

Situação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018*
Total	145,9	126,8	141,7	156,3	154,1	117,1	147,7	155,9	156,3
Urbana	30,7%	34,7%	34,5%	35,7%	39,2%	42,4%	45,5%	42,4%	41,6%
Rural	69,3%	65,3%	65,5%	64,3%	60,8%	57,6%	54,5%	57,6%	58,4%

Fonte: Ministério da Fazenda *Março/2018.